



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

Monick Raquel Silvestre da Silva Portes

**DIRETRIZES PARA FORMULAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE GERENCIAMENTO
DE RISCOS DOS ACERVOS DE COLEÇÕES ESPECIAIS DA BIBLIOTECA
CENTRAL DA UFPE: ênfase na conservação e preservação das obras**

Recife

2020

Monick Raquel Silvestre da Silva Portes

**DIRETRIZES PARA FORMULAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE GERENCIAMENTO
DE RISCOS DOS ACERVOS DE COLEÇÕES ESPECIAIS DA BIBLIOTECA
CENTRAL DA UFPE: ênfase na conservação e preservação das obras**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco, como exigência para a obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Área de concentração: Políticas Públicas

Orientador: Erinaldo Carmo

Recife

2020

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

- P849d Portes, Monick Raquel Silvestre da Silva.
Diretrizes para formulação de uma política de gerenciamento de riscos dos acervos de coleções especiais da Biblioteca Central da UFPE : ênfase na conservação e preservação das obras / Monick Raquel Silvestre da Silva Portes. – 2020.
107 f. : il. ; 30 cm.
- Orientador: Prof. Dr. Erinaldo Ferreira do Carmo.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Recife, 2020.
Inclui referências e apêndices.
1. Política pública. 2. Bibliotecas – Coleções especiais – Conservação. 3. Bibliotecas – Coleções especiais – Preservação. 4. Gerenciamento de riscos. I. Carmo, Erinaldo Ferreira do (Orientador). II. Título.
- 320.6 CDD (22. ed.) UFPE (BCFCH2021-001)

MONICK RAQUEL SILVESTRE DA SILVA PORTES

**DIRETRIZES PARA FORMULAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE GERENCIAMENTO
DE RISCOS DOS ACERVOS DE COLEÇÕES ESPECIAIS DA BIBLIOTECA
CENTRAL DA UFPE: ênfase na conservação e preservação das obras**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra Profissional em Políticas Públicas

Aprovada em: 30/11/2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr. Erinaldo Ferreira do Carmo (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dra. Andrea Quirino Steiner (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dra. Fabiana Conceição Ferreira de Lima (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por ter me ajudado a enfrentar os meus medos e obstáculos para encarar esse desafio de realizar o Mestrado e por ter me dado forças para não desistir nos momentos mais difíceis.

Agradeço imensamente aos meus pais (*in memoriam*), pois sem eles nada eu teria conseguido. Foram meus heróis, que se sacrificaram diante de várias dificuldades impostas pela vida para me proporcionar boas condições de estudo e me dar a oportunidade de lutar pelos meus objetivos, sempre me incentivando a buscar o melhor para mim.

À minha filha, por ter me apoiado em situações complicadas da vida que tive que passar e que coincidiram com essa jornada do Mestrado.

À minha família e amigos que sempre torceram por mim.

Gratidão ao meu orientador, pelo tempo disponibilizado para me auxiliar repassando os seus conhecimentos e experiências.

Aos meus colegas de turma, por todo o companheirismo do qual desfrutamos durante todo o período de aulas e pelo incentivo mútuo de todos.

Aos professores do Mestrado em Políticas Públicas, por ajudarem no meu desenvolvimento acadêmico.

Enfim, a todos que de alguma forma contribuíram para este trabalho!

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo expor uma pesquisa realizada no âmbito da Biblioteca Central da Universidade Federal de Pernambuco com a finalidade de verificar se é necessário que haja uma política de gerenciamento de riscos para garantir a segurança apropriada nos locais que armazenam as coleções especiais da Biblioteca Central da UFPE, considerando fatores como controle de temperatura, umidade e luminosidade, que podem afetar a conservação e preservação das obras. Realizada por meio do método qualitativo, utilizando como instrumentos de coleta de dados entrevistas estruturadas e observação participante, a pesquisa também se utiliza de uma técnica descritiva propositiva, por meio do levantamento bibliográfico especializado na área, objetivando a exposição de argumentos que comprovem a necessidade da formulação da política em questão. Dessa forma, apresentam-se como objetivos específicos da pesquisa: a análise das condições de acondicionamentos dos acervos de coleções especiais; a identificação da existência de controle de temperatura, umidade e luminosidade para efeitos de conservação e preservação das obras; o conhecimento das insuficiências de proteção relatadas pelos servidores da biblioteca e, a proposição de algumas diretrizes que auxiliem a formulação da política pública mencionada, sendo este último objetivo específico o produto final do trabalho.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Conservação de obras. Preservação de obras. Coleções Especiais. Gerenciamento de riscos.

ABSTRACT

This work aims to expose a research carried out within the scope of the Central Library of the Federal University of Pernambuco with the purpose of verifying whether there is a need for a risk management policy to ensure appropriate security in the places that store the special collections of the Central Library at UFPE, considering factors such as temperature, humidity and light control, which can affect the conservation and preservation of the works. Conducted using the qualitative method, using structured interviews and participant observation as data collection instruments, the research also uses a propositional descriptive technique, through a specialized bibliographic survey in the area, aiming at the presentation of arguments that prove the need for formulation of the policy in question. In this way, the specific objectives of the research are presented: the analysis of the conditions of conditioning of the collections of special collections; the identification of the existence of temperature, humidity and light control for the purpose of conservation and preservation of the works; the knowledge of the insufficiencies of protection reported by the library's employees and the proposition of some guidelines to assist in the formulation of the mentioned public policy, the latter being the final objective of the work.

Keywords: Public Policies. Conservation of works. Preservation of works. Special Collections. Risk management.

LISTA DE SIGLAS

ASCOM	Assessoria de Comunicação da UFPE
BC	Biblioteca Central
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
COLTED	Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático
COMUT	Comutação Bibliográfica
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CTA	Conselho Técnico-Administrativo
DAPT	Divisão de Aquisição e Processamento Técnico
INL	Instituto Nacional do Livro
MDB	Memorial Denis Bernardes
MEC	Ministério da Educação
NRTVU	Núcleo de Rádio e TV Universitária
PIU	Produção Intelectual da Universidade
PNC	Plano Nacional de Cultura
PNLL	Plano Nacional do Livro e Leitura
PRENAM	Programa de Estudos Norte Americanos
PRONAC	Plano Nacional de Apoio à Cultura
SCB	Serviço Central das Bibliotecas
SIB	Sistema Integrado de Bibliotecas
SNBP	Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA	11
1.2	JUSTIFICATIVA.....	11
1.3	OBJETIVO GERAL.....	12
1.3.1	Objetivos específicos.....	13
1.4	METODOLOGIA.....	13
1.5	ESTRUTURA DO TRABALHO.....	13
2	POLÍTICAS PÚBLICAS.....	15
2.1	O PAPEL DO ESTADO.....	15
2.2	O QUE SÃO POLÍTICAS PÚBLICAS?	17
2.3	CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	18
2.3.1	Identificação do problema.....	19
2.3.2	Formação da agenda.....	21
2.3.3	Formulação e tomada de decisão.....	24
2.3.3.1	<i>Modelo de decisão racional.....</i>	<i>26</i>
2.3.3.2	<i>Incrementalismo.....</i>	<i>27</i>
2.3.3.3	<i>Modelo de coalizões de defesa.....</i>	<i>28</i>
2.3.4	Implementação.....	29
2.3.5	Avaliação.....	30
3	BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS E COLEÇÕES ESPECIAIS.....	32
3.1	IMPORTÂNCIA DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS.....	32
3.2	COLEÇÕES ESPECIAIS.....	34
3.2.1	Coleções Especiais e obras raras da Biblioteca Central da UFPE.....	37
3.2.2	Memorial Denis Bernardes.....	40
3.2.2.1	<i>Fundo Documental João Alfredo.....</i>	<i>40</i>
3.2.2.2	<i>Fundo Documental Padre Daniel Lima.....</i>	<i>41</i>
3.2.2.3	<i>Fundo Documental Methodio Maranhão.....</i>	<i>41</i>
3.2.2.4	<i>Fundo Documental Ruy Antunes.....</i>	<i>41</i>
3.2.2.5	<i>Fundo Documental Joaquim Cardozo.....</i>	<i>42</i>
3.2.2.6	<i>Fundo Documental Marcos Freire.....</i>	<i>42</i>
3.2.2.7	<i>Fundo Documental Assessoria de Comunicação da UFPE (ASCOM)</i>	<i>42</i>
3.2.2.8	<i>Núcleo de Rádio e TV Universitária (NRTVU/UFPE)</i>	<i>43</i>

3.2.2.9	<i>Escola de Medicina</i>	43
3.2.2.10	<i>Escola de Belas Artes</i>	43
3.2.2.11	<i>Produção Intelectual da Universidade (PIU)</i>	43
3.3	OBRAS RARAS.....	44
3.4	CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE OBRAS RARAS E ESPECIAIS.....	47
3.5	LEGISLAÇÃO SOBRE ACERVOS BIBLIOGRÁFICOS.....	51
4	HISTÓRIA DA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFPE	55
4.1	BREVE HISTÓRICO DA UFPE.....	55
4.2	HISTÓRICO DA BIBLIOTECA CENTRAL.....	56
4.3	SISTEMA DE BIBLIOTECAS (SIB) E O PAPEL DA BIBLIOTECA CENTRAL.....	58
5	METODOLOGIA	60
5.1	DESENHO DE PESQUISA.....	60
5.2	LOCAL DE PESQUISA E SUJEITOS PARTICIPANTES.....	61
5.3	INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	62
6	ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS	64
7	DIRETRIZES PARA A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA	77
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
8.1	LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	82
	REFERÊNCIAS	83
	APÊNDICE A – PERGUNTAS DA ENTREVISTA	90
	APÊNDICE B – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 01	92
	APÊNDICE C – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 02	95
	APÊNDICE D – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 03	97
	APÊNDICE E – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 04	100
	APÊNDICE F – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 05	105

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas correspondem aos direitos assegurados na Constituição e podem também ter a participação direta ou indireta de entes públicos ou privados que visem assegurar um direito de cidadania para um ou vários grupos da sociedade (ANDRADE, 2016). Dessa forma, entendendo que uma comunidade universitária abrange um grupo da sociedade, este trabalho visa auxiliar a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) a preservar parte do seu patrimônio cultural por meio da proposta de formulação de uma política de gerenciamento de riscos dos acervos de coleções especiais de sua Biblioteca Central, beneficiando não apenas a comunidade pertencente à universidade mas também a população que tenha interesse em adquirir conhecimentos e procure para tais os serviços oferecidos pelas bibliotecas da universidade, já que estas, dentro do contexto de bibliotecas públicas, têm grande importância social, pois representam um papel fundamental na formação do indivíduo como cidadão, uma vez que através do incentivo à leitura e à cultura, podem proporcionar um maior conhecimento por meio do acesso à informação.

De acordo com o Estatuto do Sistema de Bibliotecas (1991), a Biblioteca Central da UFPE é um órgão suplementar da universidade que tem por finalidade a coordenação e supervisão das atividades técnicas do Sistema de Bibliotecas da UFPE (SIB), bem como atua como Centro Referencial de Informação Científica, Tecnológica, Literária e Artística. A referida biblioteca é estruturada em três divisões: Divisão de Aquisição, Divisão de Processos Técnicos e Divisão de Apoio ao Usuário. Esta última é responsável pelo oferecimento do Serviço de Coleções Especiais, que engloba a organização, preservação e divulgação de um acervo artístico, cultural e histórico, compreendendo três setores: Setor de Multimeios, constituído pela fonoteca, videoteca, dispositivos e fotografias; Setor de Documentos Especiais e Setor de Preservação da Produção Intelectual da Universidade (PIU), que reúne e guarda a memória da UFPE. O foco deste trabalho está nos setores de coleções especiais e no Memorial Denis Bernardes, setor criado em junho de 2013 com o objetivo de resgatar e guardar objetos informacionais que se referem à memória institucional e de Pernambuco, contendo 11 (onze) fundos documentais. A intenção da pesquisa é verificar a necessidade de existência de uma política de gerenciamento de riscos para esses acervos e traçar diretrizes para que tal política seja formulada.

As coleções especiais são assim chamadas por possuir características peculiares, como formato e assunto, abrangendo também as obras raras. No entanto, cada instituição define suas coleções especiais de acordo com a importância que os materiais representam para os objetivos

institucionais. O material bibliográfico dessas coleções necessita de cuidados especiais, como controle de temperatura, luminosidade e umidade, por isso esses acervos devem ser mantidos fisicamente deslocados dos acervos gerais e, considerando o seu valor histórico, a raridade e importância de muitos documentos, é imprescindível que haja uma maior segurança nos locais que abrigam esses acervos.

Assim, o produto final deste trabalho é a proposição de algumas diretrizes para que seja formulada uma política de gerenciamento de riscos¹ dos acervos de coleções especiais da Biblioteca Central da UFPE, contribuindo para a manutenção de um tesouro tão precioso da instituição.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

É necessário que haja uma política de gerenciamento de riscos para garantir a segurança apropriada nos locais que armazenam as coleções especiais da Biblioteca Central da UFPE, considerando fatores como controle de temperatura, umidade e luminosidade, que podem afetar a conservação e preservação das obras?

1.2 JUSTIFICATIVA

A Biblioteca Central da UFPE possui um vasto acervo de coleções especiais, incluindo várias obras consideradas raras. Contudo, apesar de essas coleções já pertencerem ao patrimônio da universidade há um longo período, muitas obras estavam misturadas com as obras do acervo circulante, até que em 2016 um grupo de bibliotecários resolveu resgatar as obras consideradas como coleções especiais e criar um setor específico para abrigá-las, porém a biblioteca não comporta um espaço que seja próprio para essas coleções, então elas estão hoje na mesma sala do acervo circulante, quando deveriam estar guardadas em um local seguro, separadas das demais obras e com condições adequadas de temperatura, luminosidade e umidade, objetivando a conservação e preservação.

Alguns fatores extrínsecos ao papel, como efeitos ambientais e climáticos, podem provocar a sua degradação, por isso, o controle da iluminação, temperatura e umidade é de

¹ Risco é um conjunto de incertezas encontradas quando se ousa fazer algo e por este motivo é uma probabilidade de algo acontecer, sendo necessário então conhecer e gerenciar as informações a fim de evitá-los. (SALLES JÚNIOR, 2006). Gerenciar, segundo Chiavenato (1994), é a capacidade de administrar um conjunto de técnicas que permitem tomar decisões racionais e colocá-las em prática, empregando os recursos disponíveis da melhor forma possível. Dessa forma, pode-se dizer que gerenciamento de riscos é o processo de administrar as informações sobre as probabilidades do que pode acontecer quando se decide fazer algo.

fundamental importância, pois a variação desses índices pode favorecer o surgimento de agentes nocivos aos documentos. Segundo Rodrigues (2007), o limite ideal de radiação ultravioleta para os acervos deve ser de 75UV (m w/lúmen); já a temperatura ideal para os acervos é de 12° C e a umidade relativa do ar deve estar entre 50% e 60%, sendo 55% o valor ideal. Para verificar a iluminação pode ser utilizado um luxímetro, que mede a intensidade da luz em um determinado local. A temperatura pode ser aferida pelo medidor do aparelho de ar-condicionado e a umidade relativa do ar por um higrômetro, ou pode-se utilizar um termo higrômetro, que mede tanto a temperatura como a umidade.

Dessa forma, percebe-se que a falta de acondicionamento adequado pode dar margem à ocorrência de danos irreparáveis aos acervos ou até mesmo a sua total destruição, então, com a finalidade de evitar esses danos, seria ideal que houvesse uma política de gerenciamento de riscos no âmbito da UFPE para proteger essas coleções de possíveis prejuízos e viabilizar a conservação e preservação das mesmas.

Há ainda outros fatores não menos importantes que também devem ser observados para a segurança dos locais que alojam os acervos de coleções especiais. Levando-se em consideração que, conforme a Universidade Federal de Pernambuco (2018) já houve um incêndio na biblioteca em questão no ano de 2018, destruindo parte do almoxarifado, percebe-se que existe uma fragilidade em gerenciar riscos dessa natureza. Não seria difícil acontecer algo do tipo em outras áreas da biblioteca, porém um evento externo como incêndio ou alagamento que atinja as coleções especiais, causaria um prejuízo inenarrável ao patrimônio da biblioteca, entendendo que as obras raras são assim chamadas por ter um valor imensurável. Além disso também existem os danos provocados pela proliferação de fungos, que podem destruir as obras e são provocados pela falta de controle de umidade e temperatura. Diante disso, verifica-se a necessidade de uma política de gerenciamento de riscos para as coleções especiais.

1.3 OBJETIVO GERAL

Considerando as diretrizes para que seja formulada uma política de gerenciamento de riscos direcionada para tais acervos, tendo em vista que essas coleções necessitam de cuidados especiais e diferentes condições de armazenamento devido ao seu estado de conservação, pois geralmente são livros e periódicos muito antigos e frágeis, o objetivo central da pesquisa é verificar a necessidade de haver uma política pública de gerenciamento de riscos para garantir as condições de segurança dos locais que abrigam as coleções especiais da Biblioteca Central da UFPE.

1.3.1 Objetivos específicos

- Analisar as condições de acondicionamento dos acervos das coleções especiais da Biblioteca Central;
- Identificar a existência de climatização, controle de umidade e luminosidade adequados, direcionados à conservação e preservação das obras;
- Conhecer as insuficiências de proteção relatadas pelos funcionários da biblioteca;
- Traçar diretrizes para orientar a formulação de uma política pública de gerenciamento de riscos dos acervos de coleções especiais da Biblioteca Central da UFPE.

1.4 METODOLOGIA

A metodologia aplicada neste trabalho é o uso de uma técnica descritiva e propositiva, por meio de um levantamento da literatura com o intuito de apresentar argumentos que justifiquem a proposta da formulação da política em questão, bem como, para a obtenção de mais dados relevantes, será realizada uma pesquisa qualitativa por meio de entrevistas estruturadas direcionadas aos funcionários que trabalham com os acervos de coleções especiais da Biblioteca Central da UFPE e observação participante, com o intuito de verificar através de fatos observados de forma empírica a necessidade de se formular uma política no âmbito da referida universidade com ênfase no gerenciamento de riscos de tais acervos.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

Além desta introdução, este trabalho está dividido em mais 6 seções e nas considerações finais. A seção 2 apresenta um panorama geral sobre políticas públicas, passando pelos conceitos, mostrando um pouco da parte histórica e expondo o ciclo das políticas públicas, que envolve a identificação do problema, formação da agenda, formulação e tomada de decisão, implementação e avaliação. A seção 3 aborda o referencial teórico da pesquisa, falando sobre a importância das bibliotecas universitárias, sobre o que são coleções especiais e obras raras e apresentando também a literatura sobre conservação e preservação de obras raras. A seção 4 versa sobre a história da Biblioteca Central da UFPE. A seção 5 refere-se à metodologia utilizada no trabalho, trazendo o desenho de pesquisa, o local de pesquisa, os sujeitos participantes e os instrumentos de coleta de dados. A seção 6 trata da análise dos dados e resultados da pesquisa. A seção 7 apresenta o produto final do trabalho, que são as diretrizes

traçadas para auxiliar na formulação da política de gerenciamentos de riscos dos acervos de coleções especiais da Biblioteca Central da UFPE, com ênfase na conservação e preservação das obras. Por último, tem a seção 8, que aponta as considerações finais do trabalho.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS

Conforme Souza (2016), as políticas públicas nasceram nos EUA como área de conhecimento e disciplina acadêmica e, na Europa, surgiram como uma ampliação de trabalhos sobre o papel do Estado e uma das suas mais importantes instituições, o governo. São consideradas um ramo da ciência política que tem o intuito de explicar como e por que os governos escolhem determinadas ações. Assim, elas estão associadas às questões políticas e governamentais que mediam a relação entre Estado e sociedade. No entanto, antes de se entender o que são políticas públicas é necessário ter um pouco de compreensão do papel do Estado na sociedade.

2.1 O PAPEL DO ESTADO

Existem várias concepções diferentes do que o Estado representa, sendo apresentadas aqui de modo breve algumas visões de pensadores passando pelo absolutismo, liberalismo e teoria das elites. No século XV, para Maquiavel (2019), um dos responsáveis pela noção moderna de poder, o objetivo do Estado é apenas concentrar o poder. Do seu ponto de vista, um príncipe não deve se desviar do bem, porém também não deve hesitar em fazer o melhor para o bem do seu povo, ainda que seja preciso fazer o mal, afastando-se assim dos pressupostos morais para ter condições de imperar.

Maquiavel separa a moral individual da moral política. Ao chefe de Estado cabe agir de acordo com as circunstâncias e não a partir de preceitos morais individuais. Por esta razão, o que distingue a bondade da maldade na ação política é sempre o bem coletivo e jamais os interesses particulares. (WINTER, 2006, p. 119).

Na concepção de Hobbes (1997), um dos fundadores da filosofia política e ciência política modernas, com sua obra *Leviatã* de 1651 tratando do contrato social, no estado de natureza ganha quem é mais forte, pois ninguém tem a quem recorrer e quando o Estado é criado, a partir do contrato social, ele tem o poder para defender o outro e assegurar a vida do cidadão. Assim, o Estado deve ser capaz de defender o homem, que deve abrir mão da liberdade, bem como ditar regras de boa convivência em sociedade, devendo ser absoluto e soberano, solucionando todos os problemas da sociedade e controlando a natureza do homem por meio de um contrato firmado entre os indivíduos para viverem em harmonia. Só existe paz se tiver um poder absoluto e centralizado.

Já Locke (1998), filósofo inglês do século XVII conhecido como o pai do liberalismo, pensa que no absolutismo não se tem o poder legítimo e ele tenta diminuir a concentração do poder apenas no governador, preocupando-se em limitar o Estado para não interferir nas

liberdades individuais, pois acredita que aquele é um corpo político único criado com força concentrada para preservar as propriedades, que são os bens, a liberdade e a vida, como também para proteger os indivíduos. Acredita que no estado de natureza pode haver relativa paz e harmonia, bem como existe o indivíduo antes da sociedade, assim como acha que a propriedade é inata ao ser humano e não pode ser violada pelo Estado. Dessa forma, o contrato social de Locke surge como um pacto de consentimento, sem abrir mão da liberdade, para proteger a violação da propriedade privada. Ao contrário da perspectiva de Hobbes, existe contestação contra o soberano em caso de propriedade violada. A ideia dos três poderes é instituída e o Poder Legislativo é o Poder Supremo.

Com sua teoria política baseada nos ideais iluministas, Rousseau (2007), filósofo e teórico político do século XVIII, defende que no estado de natureza o homem é naturalmente bom, a sociedade é que o corrompe. A lógica do seu contrato social é que o indivíduo se corrompe na busca pelo poder, pois o progresso destrói a única virtude do homem natural, que é a piedade e a bondade, corrompendo também os costumes naturais e criando vícios antes inexistentes. Contudo, ele não tem dados científicos para provar isso, tudo é imaginação. O homem perde a liberdade natural e ganha a liberdade civil, passando a ter igualdade política com o início do Estado democrático. Na sua concepção, o Poder Legislativo é o mais importante, já que possui a função de elaborar as leis civis como uma expressão da vontade geral do povo e o Executivo tem os seus membros escolhidos pelo Legislativo.

Alexis de Tocqueville, pensador político e historiador do século XIX, tem como ponto fundamental em todos os seus trabalhos a busca por um desenvolvimento igualitário com a manutenção da liberdade. Segundo Quirino (2001), abordar essa perspectiva em Tocqueville tem sempre relação com democracia, pois ele identifica igualdade com democracia. Ademais, ele acredita que a liberdade e a igualdade não são contraditórias, já que na sua visão a democracia se dá ao mesmo tempo em que se preserva a liberdade. Na sua concepção, democracia é um processo universal com um constante aumento de igualdade de condições que se refere a toda a humanidade. O processo igualitário é uma lei necessária para a compreensão da história da humanidade e cada nação deve ter o seu próprio desenvolvimento democrático, todas caminhando para uma situação cada vez mais ampla de igualdade de condições.

No final do século XIX surge a teoria das elites, que defende a desigualdade como condição da sociedade e acredita que o poder político deve estar nas mãos de uma minoria que se destaca, constituída por membros da aristocracia ou de uma oligarquia. Considerado um dos fundadores da teoria das elites, Vilfredo Pareto (1954), cientista político, sociólogo e economista italiano, simpatiza com o liberalismo e critica o intervencionismo estatal na vida

privada e na vida pública. Para ele, o benefício coletivo deve estar acima do individual. Pareto utilizou a expressão "circulação das elites" para representar a locomoção de um indivíduo de um grupo para outro, considerando a elite e a não-elite. Ele acredita que a sociedade pode ser dividida em dois estratos: um superior, contendo os dirigentes, e um inferior, com os dirigidos. Normalmente, a elite, que seria o estrato superior da sociedade, contém grupos de pessoas chamados de aristocracias. Em alguns casos os indivíduos pertencentes a essas aristocracias realmente possuem os requisitos para estar ali, porém também há casos em que um número razoável de pessoas que formam a classe não possui tais requisitos. Inicialmente, partes da elite governante e às vezes a própria elite devem ter sido constituídas por aristocracias militares, religiosas e comerciais, porém essas morrem com o tempo, bem como perdem a qualidade, abrindo espaço para a classe dominante revigorar-se em número e qualidade por famílias advindas das classes inferiores com vigor suficiente para se manter no poder.

Outro fundador da teoria das elites é Gaetano Mosca, jurista e cientista político italiano que foi o primeiro autor a formular o conceito de classe dirigente. Para Mosca (1954) existem dois fatos políticos que são muito mais ameaçadores na aparência do que na realidade. O primeiro é que em todo organismo político existe um chefe, porém nem sempre essa pessoa detém o poder supremo. O segundo fato é que as pressões provenientes da insatisfação das massas governadas exercem uma certa influência na política da classe dirigente, o que ocorre em qualquer tipo de organização política. No entanto, o homem que está no comando do Estado certamente não conseguiria governar sem o apoio de uma classe numerosa que respeite as suas ordens.

2.2 O QUE SÃO POLÍTICAS PÚBLICAS?

Não existe uma definição concreta sobre as políticas públicas, porém existem vários conceitos que entendem que elas representam as ações desenvolvidas por um governo, de forma direta ou indireta, com a finalidade de resolver problemas sociais buscando soluções para tais. Visam atender determinados setores da sociedade civil e podem ser feitas em parcerias com organizações não governamentais e organizações da iniciativa privada. As partes envolvidas no processo de políticas públicas são chamadas de atores, que podem ser públicos, como dirigentes políticos e burocratas, bem como podem ser atores privados, como empresários e trabalhadores. Essas políticas compreendem um processo com elementos que se interligam para atingir o objetivo final, que é o bem-comum dos beneficiários da política.

Passador (2018) cita em sua obra o conceito de políticas públicas conforme autores distintos: política pública para Lynn é um conjunto de ações do governo; para Dye é qualquer coisa que o governo opte por fazer ou por não fazer; Peters acha que é a soma de todas as atividades desenvolvidas por um governo, direta ou indiretamente; Mead defende que é a análise dos governos, sobretudo no que diz respeito às grandes questões públicas e sua (possível) solução; e Souza fala que política pública pode ser definida como o governo em ação e/ ou como a análise dessa ação.

Existem quatro tipos de políticas públicas:

- Distributivas: têm a função de distribuir alguns serviços a uma parcela específica da população, por meio de subsídios e auxílios.
- Redistributivas: redistribuem bens e serviços para uma parte da população retirando o dinheiro do orçamento de todos, com a finalidade de estabelecer uma reestruturação da economia e bem-estar.
- Regulatórias: regras em formas de leis para ditar padrões comportamentais, monitorando e controlando as atividades.
- Constitutivas: têm o objetivo de estabelecer procedimentos.

Segundo Souza (2016), as políticas públicas contam com Laswell, Simon, Lindblom e Easton como seus pais fundadores, cada um com uma visão diferente. Laswell foi quem introduziu a expressão *policy analysis* para estabelecer o diálogo entre os cientistas sociais, os grupos de interesse e o governo. Simon trouxe a concepção de racionalidade limitada dos decisores públicos (*policy makers*), porém acreditando que o conhecimento racional poderia diminuir essa limitação. Lindblom defendia a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, trazendo o incrementalismo como o método mais usual para a formulação de políticas. Easton, por sua vez, definiu a política pública como um sistema com relação entre formulação, resultados e o ambiente.

Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2016, p. 26).

2.3 CICLO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Para que uma política pública seja colocada em prática ela passa por várias etapas que constituem um ciclo, que podem se alternar e se misturar, porém cada fase tem uma

característica específica. Para Raeder (2014), há várias formas diferentes de se definir as etapas, porém o precursor da abordagem, Laswell, dividiu o ciclo em sete fases: informação, promoção, prescrição, invocação, aplicação, término e avaliação. No entanto, o reconhecimento de cinco fases é o mais utilizado de acordo com literaturas mais recentes sobre o tema, pois é mais compacto e engloba todo o processo de políticas. As etapas são: identificação do problema; formação da agenda decisória; formulação e tomada de decisão; implementação e monitoramento e avaliação. Em alguns casos pode ocorrer uma outra etapa que é a extinção da política pública, que pode ocorrer se o problema deixar de existir ou se as ações não forem eficazes para solucionar o problema.

Figura 1 - Ciclo de Políticas Públicas para Raeder (2014)



Fonte: a autora (2020)

2.3.1 Identificação do problema

A primeira etapa do ciclo de políticas públicas é a identificação e reconhecimento de problemas que necessitam de soluções ou melhorias. Considera-se problema a diferença existente entre o *status quo* e o ideal a que se pretende chegar e, sua definição é o principal elemento para explicar a formação da agenda governamental.

Dentre os diversos problemas socioeconômicos que a sociedade apresenta, alguns deles são percebidos como mais prioritários e passíveis de resolução pelo sistema

político. Esta é a questão central da etapa de definição de problemas, que é permeada tanto por critérios técnicos, marcados pela construção de indicadores que apontam a urgência de determinadas ações, como por circunstâncias decorrentes de situações de emergência (epidemias, catástrofes naturais, etc.). Além disso, o feedback das políticas em curso pode também ser uma fonte para a definição de problemas, a partir das falhas ou ajustes necessários para o aprimoramento dos programas ou projetos. Grande parte dos problemas existentes não avança para a agenda decisória, considerando os escassos recursos públicos que viabilizam as soluções. (RAEDER, 2014, p. 129).

Conforme Capella (2018), os problemas públicos são frutos de escolhas feitas por grupos sociais referentes a várias questões constantes da arena pública e essas escolhas constituem um dos aspectos mais centrais da ação governamental para a produção de políticas públicas. Existem alguns elementos que são constantemente utilizados na definição de problemas (ROCHEFORT; COBB, 1984, p. 15 apud CAPELLA, 2018, p. 20):

- Causalidade: a definição de problema sempre está relacionada com algo sobre sua origem, provocando uma relação de causa e efeito;
- Gravidade: a percepção da gravidade de uma situação, que depende do ponto de vista dos atores envolvidos, é essencial para chamar a atenção dos atores centrais do processo de formulação de políticas a fim de que reconheçam o problema;
- Incidência: uma situação que tem uma maior incidência de deterioração é vista como mais grave do que outras que são mais estáveis, sendo assim mais facilmente definida como um problema;
- Novidade: situações desconhecidas e não frequentes são mais claramente definidas como problemas por terem maior importância do que situações cotidianas;
- Proximidade: situações que impactam diretamente na vida das pessoas e de seus interesses podem ser definidas como problemas;
- Crise: situações de crise demandam a necessidade de uma rápida intervenção e ação corretiva por serem consideradas graves, reafirmando assim que existe o problema;
- Público-alvo: problemas que envolvem alguns grupos sociais que são considerados de maior importância social tendem a chamar mais a atenção dos atores centrais da formulação de políticas, enquanto os relacionados com grupos que têm um menor grau de recursos de poder tendem a ser ignorados;
- Meios *versus* fins: a depender das alternativas e soluções discutidas que podem decorrer da ação governamental, um problema pode ser definido com base nos meios ou dando ênfase ao seu objetivo final;
- Soluções: é importante na definição de problemas avaliar se existe disponibilidade de recursos para solucionar o problema, se a solução atende aos valores éticos e se há

capacidade financeira e orçamentária para os custos envolvidos na solução adotada. É importante salientar que nem todos os problemas são considerados problemas públicos, pois existem também as chamadas condições, que se referem a qualquer tipo de ocorrência (como por exemplo congestionamento, poluição etc.), porém essas condições apenas se tornam problemas públicos quando são assim definidos de acordo com os critérios mencionados anteriormente.

2.3.2 Formação da agenda

A formação da agenda é essencial para a formulação de políticas públicas, sendo a etapa em que o governo define quais assuntos são mais importantes e urgentes para serem tratados na agenda governamental, que considera os problemas que são relevantes para todos os atores envolvidos com a política.

Num estudo feito por Capella (2018) sobre os autores Cobb e Elder, esses autores apontam que existem dois tipos de agenda, uma sistemática e outra governamental. A agenda sistêmica refere-se às questões que a sociedade considera importantes e acredita que são de competência das autoridades governamentais, porém nem todas essas questões atraem a atenção do governo e entram na agenda governamental. Esta, por sua vez, inclui os assuntos que chamam a atenção e são relevantes para os tomadores de decisão, que formularão as políticas públicas. No entanto, segundo Kingdon (2003 apud CAPELLA, 2018, p. 29), existe ainda uma agenda decisória, que é um subconjunto da agenda governamental e é composta pelos assuntos que estão prestes a se tornarem políticas públicas.

Capella (2018) ainda afirma que os autores Cobb e Elder iniciaram os primeiros estudos sobre a formação de agenda governamental na área da Ciência Política com base nas agendas sistêmica e governamental. A explicação da transição entre as agendas foi feita por Cobb, Ross e Ross (1976 apud CAPELLA, 2018) por meio de três modelos: modelo de iniciativa externa; modelo de mobilização e modelo de iniciação interna.

- Modelo de iniciativa externa: as demandas das questões são planejadas em termos genéricos por grupos externos ao governo para posteriormente serem traduzidas em demandas mais específicas, atingindo primeiro a agenda sistêmica e depois a agenda governamental. Com o objetivo de chegar à agenda governamental, os grupos que inicialmente propuseram as questões, tentam atrair a atenção dos formuladores de

políticas públicas expandindo as questões a outros grupos sociais, mesmo correndo o risco de perder o controle sobre a questão;

- Modelo de mobilização: a questão tem origem na burocracia governamental e sua expansão tem a finalidade de conseguir apoio junto ao público, pois quando esta questão já está na agenda governamental a burocracia mobiliza a agenda sistêmica em busca da aceitação pela sociedade;
- Modelo de iniciação interna: as questões também têm sua origem dentro do governo, porém surgem de órgãos governamentais ou grupos influentes, sem a expansão para obter apoio junto ao público, que tem sua participação excluída, já que os proponentes da questão tentam impedir que ela chegue à agenda sistêmica.

Cada um desses modelos de *agenda-setting*², para os autores, está relacionado com as características específicas do sistema político no qual a construção da agenda se desenvolve. Em democracias liberais, a primeira forma de articulação (da agenda sistêmica para a governamental) seria mais provável, enquanto a segunda (da agenda governamental para a sistêmica) seria típica de sociedades hierarquizadas onde os líderes concentram grandes parcelas de poder. Regimes burocráticos-autoritários, com grande concentração de riqueza e status tenderiam a construir suas agendas seguindo a terceira explicação. (CAPELLA, 2018, p. 38).

Uma outra perspectiva para se compreender a formação da agenda, conforme Capella (2018), é o Modelo de Múltiplos Fluxos desenvolvido por John Kingdon. Segundo o modelo, existem três processos que são levados em consideração para se reconhecer um problema e decidir colocá-lo na agenda governamental:

- Fluxo de problemas: quando uma condição passa a ser um problema, por chamar a atenção dos formuladores de políticas públicas, desperta a necessidade de ação por meio de três mecanismos básicos: indicadores; eventos, crise e símbolos, e, feedback das ações governamentais;
- Fluxo de soluções: propostas alternativas politicamente viáveis para solucionar o problema;
- Fluxo político: três elementos têm influência sobre a agenda governamental. O primeiro é o humor nacional, que representa a distribuição das questões por várias pessoas em um determinado período de tempo. O segundo elemento compõe as forças políticas organizadas, efetivadas sobretudo pelos grupos de pressão, sendo o apoio ou a oposição destas forças que determinam se haverá consenso ou conflito na arena política. O terceiro elemento é composto pelas mudanças que ocorrem no governo, como barganha, mudanças no governo resultante de

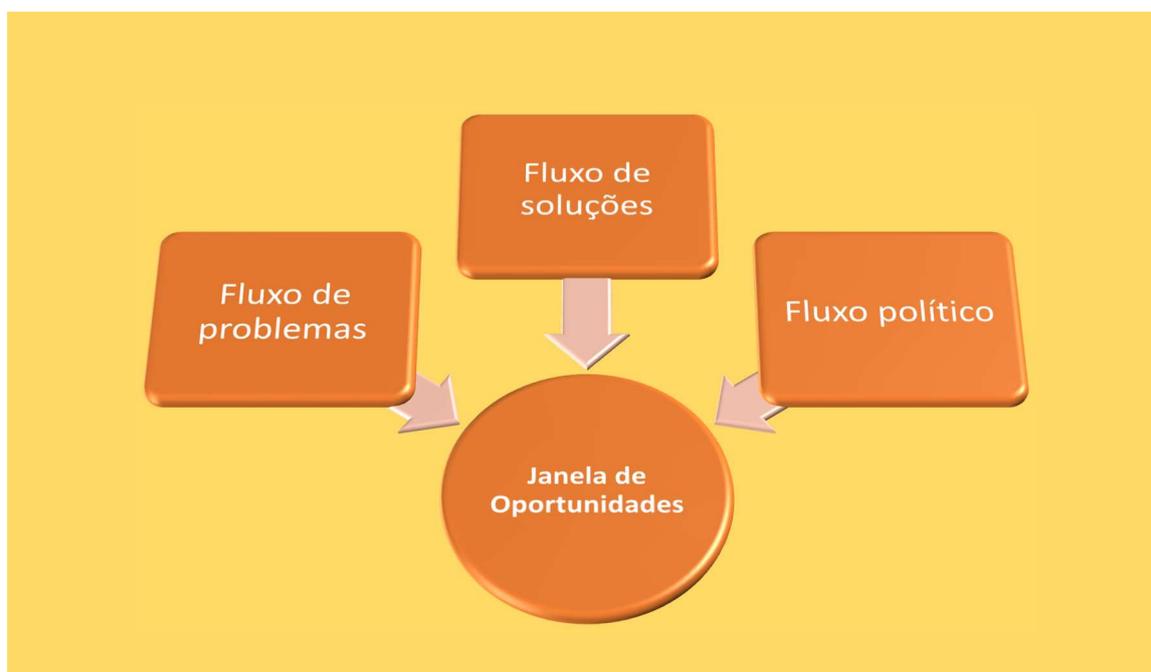
² *Agenda-setting* é o processo de formação da agenda, entendido como “o processo pelo qual problemas e soluções alternativas ganham ou perdem atenção do público e da elite” (BIRKLAND, 2005, p. 109 apud CAPELLA, 2018, p. 33)

eleições, jogos políticos e financiamento de campanha, que podem influenciar a agenda governamental.

Quando esses três processos acontecem de forma simultânea, ou seja, quando há convergência dos fluxos (*coupling*), em momentos em que as janelas de oportunidade favorecem as mudanças, os formuladores de políticas se convencem da necessidade de se colocar determinado problema na agenda.

As janelas de oportunidades são influenciadas, principalmente, pelo fluxo de problemas e pelo fluxo político, pois uma oportunidade para a mudança surge quando um novo problema atrai a atenção do governo. Por outro lado, o fluxo de soluções não exerce tanta influência sobre a oportunidade de mudança da agenda. (ALVES; AZEVEDO; LOPES, 2016).

Figura 2 – Modelo de Kingdon



Fonte: a autora (2020)

Alves, Azevedo e Lopes (2016) acreditam que a preocupação de Kingdon com o seu modelo de Múltiplos Fluxos é basicamente com relação aos estágios pré-decisórios, que são a formação da agenda e as alternativas para a formulação das políticas. Uma questão só passa a fazer parte da agenda governamental quando chama a atenção dos formuladores de política e os deixam interessados em resolver. Porém, como várias questões são apresentadas, apenas algumas são consideradas em um certo momento, compondo a agenda decisional e ficando prestes a se tornarem políticas.

Capella (2005) aponta outro modelo para a formação de agenda, que é o Modelo do Equilíbrio Pontuado, criado por Baumgartner e Jones, na tentativa de elaborar um modelo que permita a análise tanto de períodos de estabilidade quanto de momentos de rápida mudança no processo de formulação de políticas públicas. O modelo considera que longos períodos de estabilidade em que as mudanças se processam de forma lenta, incremental e linear, são interrompidos por momentos de rápida mudança, então esta ideia é também adotada para as agendas, que podem ser modificadas de forma rápida devido a algumas questões que se tornam importantes e atraem outras questões que se difundem rapidamente num efeito cascata, fazendo com que algumas ideias se tornem populares e se disseminem, tomando o lugar das ideias antigas e, conseqüentemente, abrindo espaços para novos movimentos políticos.

Da mesma forma que Kingdon (2003), os autores entendem que condições políticas e sociais não se transformam, necessária e automaticamente, em problemas. Para que um problema capture a atenção do governo, é preciso que uma imagem, ou um entendimento sobre uma política efetue a ligação entre o problema e uma possível solução (Baumgartner e Jones, 1993, 27). A criação de uma imagem é considerada um componente estratégico na mobilização da atenção do macro sistema em torno de uma questão. Quando há um entendimento de que condições indesejadas são causadas por elementos como catástrofes naturais, por exemplo, não se espera a atuação governamental; no entanto se as mesmas condições são atribuídas à negligência governamental, cria-se uma demanda pela intervenção estatal e a questão tem grandes possibilidades de emergir na agenda. Assim, a imagem de uma política intervém fortemente na transformação de condições em problemas. (CAPELLA, 2005, p. 27).

Conforme Capella (2005), Baumgartner e Jones entendem que os subsistemas são caracterizados pela estabilidade, pois as mudanças lentas, graduais e incrementais são predominantes e as propostas de mudanças são desencorajadas porque há um feedback negativo por haver pouco ganho dos atores políticos com relação aos investimentos, resultando em equilíbrio. Contudo, esse equilíbrio pode ser pontuado por períodos de rápida mudança em alguns momentos críticos, quando a atenção a uma questão sai dos limites do subsistema e chega ao macro sistema político, que por sua vez, é caracterizado por rápidas mudanças e há vários entendimentos sobre uma mesma política. “Quando uma questão ascende ao macro sistema, o subsistema, por sua vez, torna-se propenso à mudança, já que a atenção dos líderes governamentais e do público a uma questão pode levar à introdução de novas ideias e novos atores naquele subsistema”. (CAPELLA, 2005, p, 29). Assim, essas novas ideias podem permanecer no tempo e criar um novo estado de equilíbrio no subsistema, mas depois de algum tempo o subsistema tende a voltar à estabilidade.

2.3.3 Formulação e tomada de decisão

A etapa da formulação é aquela em que se define o objetivo da política por meio do detalhamento de soluções e alternativas que já estão definidas na agenda. Nessa fase são selecionadas as melhores alternativas para solucionar o problema e posteriormente é realizada a tomada de decisão para definir qual o curso de ação a ser adotado e quais os recursos e prazos da ação da política. Os protagonistas nessa etapa são os atores governamentais, pois é um processo especificamente político.

Naquilo que depende do Estado, são as políticas públicas as grandes responsáveis pela concretização das promessas constitucionais. Enquanto conjunto de ações governamentais, as políticas públicas têm o potencial edificante ou destruidor das aspirações do povo brasileiro, tudo a depender de como são formadas as políticas públicas. Políticas públicas bem desenhadas e estruturadas tem o potencial concretizador das promessas constitucionais. Lado outro, políticas públicas mal desenhadas e mal estruturadas, já são manifestações do descumprimento e descompromisso com o projeto constitucional, além de desencadear o nefasto efeito erosivo da consciência constitucional. (SILVA NETO; TABAK, 2017, p. 492).

Para Secchi (2013 apud RAEDER, 2014, p. 132), a fase da formulação divide-se nos estágios da formulação de alternativas e da tomada de decisão, sendo o primeiro de suma importância como instrumento de poder uma vez que, para o autor, a definição de alternativas é a escolha de conflitos, enquanto para o segundo estágio ele reconhece três modelos de tomada de decisão: o de racionalidade, o incremental e o de fluxos múltiplos.

Conforme Capella (2018), as políticas públicas são desenhadas por meio de instrumentos ou ferramentas que traduzem os propósitos dos formuladores de políticas em ações concretas. Esses instrumentos são destinados à produção de mudança social e afetam as atividades e comportamentos de indivíduos e grupos sociais na produção, distribuição e consumo de bens públicos, assim como afetam o comportamento político ou da administração pública por serem direcionados às atividades internas desenvolvidas pelo Estado.

Os instrumentos, nessa perspectiva, estruturam a ação pública, ou seja, estabelecem padrões institucionalizados de conduta entre indivíduos e organizações. Nessa perspectiva, o autor chama a atenção para uma distinção conceitual envolvendo instrumentos e programas: os instrumentos são mais elementos gerais do que programas. Um programa pode incorporar uma ou mais ferramentas, de acordo com as circunstâncias ou com o problema público em questão. Por outro lado, as políticas – entendidas como um conjunto de programas – são mais amplas que as ferramentas. Uma política é composta por programas que podem lançar mão de uma única ferramenta para lidar com problemas públicos, ou podem basear-se em várias ferramentas, situação bastante comum na gestão pública contemporânea. (CAPELLA, 2018, p. 75).

Capella (2018) ainda menciona que um dos principais autores que indicou uma categorização dos instrumentos em 1986 foi Christopher Hood, definindo quatro elementos: **nodalidade**, que garante ao governo o acesso a várias informações relevantes sobre os problemas públicos; **autoridade**, que refere-se à regulação de competência dos governos para

recomendar uma ação que deve ser executada; **tesouro**, relaciona-se com a capacidade do governo em arrecadar e distribuir recursos financeiros, que podem ser incentivos a ações de interesse do governo; **organização**, trata dos recursos referentes às estruturas organizacionais que estão à disposição dos governos. Com base nesses elementos são definidas as alternativas que melhor se adequam à solução de um problema político para então se definir os programas que irão compor a política pública.

A tomada de decisão em políticas públicas é a etapa em que se define qual é a melhor solução para a o problema identificado e a partir daí são desenhados os programas governamentais para tratar dos problemas sociais que já estão na agenda governamental.

Em termos práticos, tendo em vista o modelo constitucional brasileiro, é possível compreender a tomada de decisão em políticas públicas como o momento em que os agentes decisores (agentes públicos eleitos pelo povo – parlamentares e chefes do Poder Executivo) escolhem as formas pelas quais as demandas sociais selecionadas serão tratadas, fato que se traduz na aprovação de leis ou na publicação de decretos, instrumentos que criam as amarras para a efetiva implementação dos programas estatuidos. (SILVA NETO; TABAK, 2017, p. 498).

2.3.3.1 Modelo de decisão racional

Todas as escolhas feitas pelos indivíduos são racionais, porém elas são realizadas conforme as preferências individuais, que envolvem questões culturais, religiosas, sociais, entre outras. No entanto, no modelo de processo decisório racional a escolha racional está relacionada a uma ótima correspondência entre os meios e os fins, com a impossibilidade de crenças e preferências contraditórias. Os passos seguidos pelo modelo de decisão racional são a identificação do problema a ser resolvido, o levantamento das opções para a ação, a classificação de todas as opções em termos de custo e benefício, a comparação sistemática das opções, o ordenamento e, por fim, a escolha da opção que maximize a utilidade. Esse modelo segue a teoria econômica tradicional, em que deve prevalecer a razão e racionalidade nas decisões tomadas pelo homem, avaliando sempre os custos e benefícios das alternativas apresentadas para escolher a alternativa que potencialize os resultados finais. Ele pressupõe que procedimentos racionais devem ser utilizados na tentativa de se atingir a decisão ideal, aquela que traria a melhor solução para o problema identificado.

Segundo Melo e Fucidji (2016), Herbert Simon propôs um modelo de racionalidade limitada como alternativa à visão neoclássica da racionalidade. O modelo considera a limitação dos agentes em obter e processar todas as informações importantes existentes para a tomada de decisão devido à complexidade do sistema em que estão incluídos. Simon (1983 apud MELO; FUCIDJI, 2016) afirma que os seres humanos possuem alguns mecanismos que possibilitam o

uso da racionalidade limitada, como a capacidade de concentração nos problemas que precisam de ação imediata, a capacidade de produzir alternativas viáveis de ação e a capacidade de adquirir fatos e inferir a partir destes. Para ele, alguns fatores como limite de tempo, grande número de fatores internos e externos e natureza mal definida de alguns problemas dificultam a análise sistemática, então, o modelo de racionalidade limitada faz uso do processo de decisão intuitivo, por meio de experiência e bom senso para a escolha da alternativa adequada, sem a utilização do raciocínio puro e lógico. Nessa perspectiva, o tomador de decisão identifica uma lista com as opções mais notáveis dentre a lista inicial de alternativas para então implementar a escolha de alta visibilidade, esquecendo das demais.

2.3.3.2 Incrementalismo

Conforme Lindblom (2009), o incrementalismo trata de avanços a passos pequenos na tomada de decisão, que demandem pouco esforço ou planejamento, sendo, para ele, o único modelo de decisão praticável na formulação de políticas, pois seria o mais ideal para solucionar problemas complexos. Dentre as características do incrementalismo estão:

- Comparação das alternativas no que diferem do *status quo*;
- Considera apenas um número restrito de opções;
- Analisa apenas as consequências consideradas importantes;
- O problema tem um ajustamento contínuo;
- Não há resposta certa, é na base da tentativa e erro;
- Atenua os problemas e não promove ideias inalcançáveis
- Faz um ajuste mútuo e não um planejamento centralizado;
- Promove o critério da boa política, fazendo acordo entre os grupos de interesse

No entanto, existem várias críticas a esse modelo incremental, pois seus opositores alegam que há dificuldades em explicar as grandes mudanças ou mudanças fundamentais, bem como defendem que o incrementalismo limita o campo das políticas públicas ao comodismo. Esses críticos argumentam ainda que as mudanças de larga escala trariam melhores resultados e que os pequenos passos incrementais buscam a tentativa e erro, mas não conseguem garantir que estão no caminho certo.

Lindblom (2009) ressalta que basta entender que o tamanho dos passos na formulação de políticas pode ser distribuído ao longo de um *continuum* de passos, que vai desde os pequenos até os grandes. No entanto, ele faz um alerta para que não haja confusão entre política incremental e análise incremental, apresentando três tipos de análise que às vezes tomam o

nome de incrementalismo. A primeira é a análise incremental simples, que é restrita à consideração das propostas políticas que diferem apenas incrementalmente do *status quo*, ou seja, da posição inicial. A segunda é chamada de incrementalismo desconexo e corresponde a um método mais complexo de análise, caracterizado por um conjunto favorável de estratégias simplificadores e focalizadores, incluindo entre eles a própria análise incremental simples. Entre os estratégias desse tipo de análise pode-se destacar a limitação de análise a umas poucas propostas de decisão que sejam mais ou menos familiares, uma maior preocupação analítica com os males a serem remediados do que com as metas positivas a serem perseguidas e, uma fragmentação do trabalho analítico entre os interessados na formulação de políticas. O último tipo de análise é a estratégica, limitada a um conjunto cuidadosamente escolhido de estratégias com a finalidade de simplificar os complexos problemas políticos. O próprio incrementalismo desconexo é uma das várias formas de análise estratégica.

Alguns críticos se perguntam se a análise sinóptica, que atende aos requisitos teóricos convencionais por ser uma análise mais científica, não seria o único ideal defensível, porém Lindblom (2009) defende que a análise estratégica é a que aponta para alguma coisa a ser feita a algo a que se possa efetivamente chegar. Segundo ele, a análise sinóptica é um ideal inútil, que não leva a nada, enquanto o uso de estratégias para se aprimorar a análise de políticas indica uma aspiração direcional e norteadora, mostrando um fim, uma vez que a análise estratégica é uma escolha informada e cuidadosa dos métodos de simplificação de problemas que auxilia o analista de modo consciente e aberto, por ser um ideal orientador.

2.3.3.3 Modelo de coalizões de defesa

De acordo com Mintrom e Vergari (1996), o modelo de coalizões de defesa foi desenvolvido por Paul Sabatier e vários coautores. A coalizão de defesa se refere a pessoas de posições distintas que compartilham um sistema particular de crenças, porém os membros das coalizões discordarão constantemente em assuntos menores, mas de uma forma limitada. As ações das coalizões de defesa são importantes para a formulação de políticas porque depois de formadas elas traduzem suas crenças compartilhadas em políticas públicas ou programas. Para Sabatier, os subsistemas de políticas constituem uma rede de indivíduos de várias organizações públicas e privadas que desempenham papéis fundamentais na geração, disseminação e avaliação de ideias políticas, fator importante na formação e implementação de políticas.

Ainda conforme Mintrom e Vergari (1996), a mudança política expressiva nesse modelo de coalizões de defesa decorre de eventos do subsistema de políticas, porém pequenas

mudanças podem ser resultado da aprendizagem política do subsistema, que ocorre quando novas ideias modificam as crenças dos membros das coalizões de defesa. Esse modelo faz pensar sobre como as estruturas de crenças e aparecem e vão se ajustando no decorrer do tempo, trazendo estabilidade a um subsistema político.

2.3.4 Implementação

A etapa da implementação é aquela em que se coloca em prática as ações e projetos do governo após a decisão tomada com relação à melhor alternativa para solucionar um problema político, a fim de obter os resultados esperados. É o momento em que são direcionados os recursos financeiros, humanos, materiais e tecnológicos para a execução da política.

A implementação de políticas públicas está intimamente relacionada aos resultados obtidos após a decisão tomada para solucionar um problema político. Ela refere-se aos programas e projetos públicos que fazem com que uma política pública seja materializada, ou seja, é o momento em que se coloca em prática as ações e projetos do governo. No Brasil, muitas vezes programas e projetos bem definidos se perdem no caminho e não atingem os resultados esperados, frustrando uma política pública, porém o problema da implementação não está apenas em problemas técnicos, mas também em problemas políticos. Vários fatores ocorrem entre as decisões e os resultados, pois as políticas públicas podem sofrer influências externas aos implementadores que podem interferir na implementação, tornando-a possível ou não. (PORTES, 2018, p. 82).

De acordo com Pires (2011), a literatura sobre implementação de políticas focava muito nos *policymakers*, que são os formuladores de políticas públicas, esquecendo a importância do papel dos funcionários e burocratas que atuam na ponta do serviço público. A partir da oposição entre estes atores em posições extremas surgiram duas abordagens, que são estratégias de processamento de informação para analisar as políticas, e as duas ressaltam diferentes visões sobre o processo de implementação. A primeira abordagem é a *Top-Down*, que vem de cima para baixo e privilegia os papéis de decisão das políticas por parte do alto escalão, que são as lideranças políticas, os legisladores, os formuladores de programas e ocupantes de cargos de alta direção. A segunda abordagem é a *Bottom-Up*, de baixo para cima, que enfatiza as mudanças que a política pode sofrer durante a sua execução por burocratas de linha de frente, aqueles que estão na base, também chamados de burocratas de nível de rua, já que eles podem definir os rumos de uma política à medida em que tomam decisões em campo. Pode-se citar como exemplos desses burocratas policiais, professores, agentes fiscalizadores, entre outros.

Para Sabatier (1986), os modelos *Top-Down* apresentam falhas porque começam a partir da perspectiva de tomadores de decisões, muitas vezes omitindo outros atores, considerando

que os líderes são os principais atores das decisões políticas e que os outros não têm tanta importância, fazendo com que os líderes negligenciem iniciativas estratégicas vindo do setor privado, de burocratas de nível de rua ou de agências locais de funcionários e de outros subsistemas de políticas. Por outro lado, a abordagem *Bottom-Up* começa a identificar a rede de atores e usa os contatos como um veículo para desenvolver uma rede técnica para identificar os atores locais, regionais e nacionais envolvidos no planejamento, financiamento e execução dos programas relevantes governamentais e não governamentais. Esse processo apresenta força, pois fornece um mecanismo para mover os burocratas de nível de rua (o 'fundo') até os 'principais' decisores, ambos dos setores público e privado.

Outro fator apontado por Pires (2011) é que a literatura deixou um pouco de lado os atores que encontram-se no meio dessas duas abordagens, que são os burocratas de médio escalão, aqueles que têm uma posição intermediária entre o topo e a base, como gerentes e supervisores. Esses burocratas são os encarregados de operacionalizar as estratégias definidas nos altos escalões da burocracia e também desempenham funções importantes nas transformações de objetivos sociais e políticos em programas a serem executados pelo governo. Devido a isso, alguns estudos estão se dedicando a entender o papel desses burocratas e hoje já existem duas linhas de estudo. A primeira mostra a natureza tática do papel dos gerentes, pois uma vez em que eles se encontram no nível intermediário, nível tático, cabe a eles traduzir as diretrizes do nível estratégico, que está no topo, em instruções e procedimentos a serem executados por agentes de base, do nível operacional, que são justamente os burocratas de linha de frente. A segunda linha de estudo destaca o papel técnico-político desses burocratas de médio escalão, mostrando que muitas vezes eles aparecem como agentes de negociação e barganhas, seja diretamente ou através de associações, partidos e outras instituições.

Independente da abordagem utilizada, a etapa da implementação é fundamental para a execução de uma política pública, pois representa o momento em que de fato o problema identificado anteriormente começara a ser solucionado.

2.3.5 Avaliação

Considerada a “última etapa” do ciclo de políticas públicas, a avaliação é o instrumento pelo qual os gestores verificam os resultados da implementação de uma política pública para saber se a política está sendo eficiente e eficaz com relação ao problema identificado, e, a partir disso, aprimoram a política ou realizam novas intervenções nessa política para obter melhores resultados.

As metodologias e ferramentas analíticas utilizadas na avaliação fundamentam a tomada de decisão dos gestores públicos em prol do aprimoramento das políticas em execução. Portanto, os resultados da avaliação de processos servem: para a implementação ou o aperfeiçoamento da política (avaliação formativa); ou para a tomada de decisão sobre sua adoção ou expansão (avaliação somativa). É importante diferenciar o monitoramento da avaliação de políticas públicas. A avaliação deve ser um processo objetivo de exame e diagnóstico da política pública sob análise. Devem ser considerados, dentre outros aspectos, a forma como a política está sendo implementada, seus efeitos desejados e adversos, os principais *stakeholders*, e a forma como os recursos públicos estão sendo utilizados. Para tanto, é necessário o uso de metodologias formais, já que, diferentemente da análise individual (em que aspectos subjetivos são facilmente racionalizados e ordenados de acordo com o seu grau de importância relativa), no caso das políticas públicas ocorre uma impossibilidade de sintetização de benefícios subjetivos de toda a sociedade. (BRASIL, 2018, p. 14).

Para Figueiredo e Figueiredo (1986), a avaliação política é a análise e elucidação dos critérios que fundamentam uma política, ou seja, as razões que a tornam preferível à outra. Eles entendem que as pesquisas de avaliação de políticas públicas se enquadram em dois tipos, que são a avaliação de processos e a avaliação de impactos, em que a primeira verifica a eficácia da política para perceber se o programa foi implementado conforme as diretrizes traçadas para a sua execução a fim de atingir as metas desejadas, enquanto a avaliação de impactos refere-se aos efeitos que o programa produz na população alvo.

Dessa forma, a avaliação de políticas públicas não necessariamente é a última fase do ciclo de políticas públicas, pois caso seja detectado que o programa não está surtindo os efeitos desejados, os gestores podem decidir por reiniciar o ciclo com as alterações necessárias para solucionar o problema identificado.

A próxima seção, feita com base em um levantamento bibliográfico da área específica, indica a relevância das bibliotecas universitárias e passa por alguns conceitos de coleções especiais e obras raras, bem como mostra o que diz a literatura sobre a conservação e preservação de obras raras e coleções especiais.

3 BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS E COLEÇÕES ESPECIAIS

Esta seção trata sobre a importância social das bibliotecas universitárias como provedoras de informação para a sociedade. Uma vez que o foco deste trabalho é o gerenciamento de riscos de acervos de coleções especiais e obras raras de uma biblioteca universitária, também serão descritas nesta seção as peculiaridades de tais coleções, bem como serão apresentadas as necessidades de conservação e preservação das mesmas.

3.1 IMPORTÂNCIA DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

De acordo com Nunes e Carvalho (2016), as bibliotecas são instituições milenares ligadas ao desenvolvimento humano e social e que ao longo do tempo foram se adaptando às mudanças e estabelecendo o seu papel na sociedade como espaço de disseminação do conhecimento. Desempenham importante papel no desenvolvimento científico, tecnológico e cultural, estando diretamente relacionadas à função da universidade na sociedade como agente catalizador e difusor do conhecimento científico advindo das contribuições dos pesquisadores, docentes e discentes. Apesar da evolução histórica, elas afirmam que na Idade Média foram criadas as corporações de ofícios e as primeiras experiências no sentido de formar as primeiras universidades, destacando-se as *Universitas studii*, que podem ser caracterizadas como associação de alunos e mestres para transmissão e aprendizagem de conhecimentos. Com isso, a maioria das universidades mais antigas que se tem conhecimento foi criada a partir das *Universitas studii* e suas bibliotecas surgiram agregadas a essas instituições.

Mesmo ainda resultando de uma tradição monacal tendo em vista o grande número de bibliotecas vinculadas aos mosteiros e às congregações religiosas, as bibliotecas universitárias atendem diretamente às necessidades de bibliografia descrita nos currículos dos cursos superiores. Essa necessidade por leitura, e leitura impressa, marca também a evolução bibliográfica vista a partir do Século XV, superando tradições e barreiras relativas ao objeto livro e a fidelidade de seus conteúdos. (NUNES; CARVALHO, 2016, p. 176).

As bibliotecas, como instrumento de educação universal, encontram-se em constante mudança para atender e acompanhar as mudanças da sociedade e difundir o conhecimento. Nesse cenário, as bibliotecas universitárias se espalharam por todo o mundo favorecendo a aprendizagem dos estudantes por meio de ações concretas que visam otimizar o desenvolvimento destes e de pesquisadores no espaço informacional. Dentro de uma visão globalizada, essas bibliotecas devem atuar na disseminação do conhecimento aplicando recursos humanos e materiais para criar redes de informação utilizando não apenas tecnologia,

mas tendo profissionais de informação que saibam lidar com o outro a fim de contribuir nas ações de mediação da informação. Isso mostra o quanto é fundamental que autoridades universitárias se mostrem empenhadas em investir nesses recursos, para que as bibliotecas universitárias consigam cumprir com êxito o seu papel de atender às demandas dos docentes, discentes e da comunidade para o acesso e uso pleno da informação, ampliando o acesso à informação pública e contribuindo para o desenvolvimento da sociedade (NUNES; CARVALHO, 2016).

As universidades e faculdades estão sempre expandindo suas áreas de atuação, devido à grande procura pelo ensino superior, e com isso investem em espaços de aprendizagem que garantam uma melhor qualidade do ensino. Nesse sentido, Hubner e Kuhn (2017) defendem que a biblioteca, dentre os espaços que compõem uma universidade, é privilegiada, pois serve de apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão, devendo ser vista como um espaço informal de aprendizagem que proporciona oportunidades para as relações entre sujeitos e objetos de estudo, contribuindo assim para que seus usuários passem de um estágio de conhecimento para outro. Eles acreditam que as bibliotecas universitárias passaram a ser consideradas como espaços de aprendizagem, com importante função na construção de conhecimentos no âmbito acadêmico, no momento em que o usuário passou a ter livre acesso ao acervo da biblioteca e autonomia para permanecer nos seus espaços, pois antes o acesso aos livros era totalmente restrito e só a partir do século XIX algumas instituições começaram a abrir os acervos à comunidade acadêmica. As universidades e bibliotecas, segundo eles, devem servir à sociedade uma vez que são instituições estimuladoras e transformadoras do conhecimento, constituindo-se em espaços de inovação.

Melo, Rios e Freitas (2013) analisam as bibliotecas universitárias a partir da sua importância para o desenvolvimento da competência informacional do docente. Para eles essa competência contribui para a formação de indivíduos e percorre o trajeto da pesquisa desde a identificação da necessidade informacional à aplicação e comunicação do conhecimento adquirido. Nesse sentido, o bibliotecário é o moderador entre a informação e o docente, trabalhando de forma a capacitá-lo tanto na identificação como na utilização das várias fontes de informação e serviços disponibilizados pelas bibliotecas. Esses autores acreditam que a biblioteca universitária tem um papel fundamental na academia, pois cria uma ligação entre o saber e a pesquisa, uma vez que é responsável pela gestão das informações e dos materiais que registram o conhecimento das áreas afins, além de proporcionar ferramentas com tecnologias digitais a serviço da comunidade acadêmica.

Sendo assim, ressaltamos que a Biblioteca Universitária (BU), também conhecida como acadêmica é responsável pelo armazenamento, tratamento, organização, recuperação e gestão das informações e dos materiais que registram o conhecimento das áreas veiculadas no universo acadêmico. Como organismo, cria uma relação entre o saber e o pesquisar, fazeres estes constantes nas universidades, possibilitando que o acesso ao conhecimento seja cada vez mais ágil, preciso e relevante, no que afeta a essas dinâmicas. Deste modo, assume o papel de mediadora entre os estoques de informação e os usuários, abrindo caminhos às mais diversas fontes informacionais, capazes de atender às inúmeras demandas efetuadas pela comunidade acadêmica, independentemente se estas provêm de docentes, discentes ou de servidores técnico-administrativos. (MELO; RIOS; FREITAS, 2013, p. 4).

Ainda sob a perspectiva de desenvolvimento da competência informacional, Santos, Gomes e Duarte (2014) também pensam que o bibliotecário deve ser o mediador da informação e deve facilitar a autonomia dos usuários na busca, acesso e apropriação daquela, de modo que esses usuários se tornem multiplicadores em suas áreas de atuação, ao desenvolver a competência na busca, acesso e recuperação da informação, podendo, desta forma, contribuir ativamente para a inclusão social. Na concepção deles, a biblioteca universitária deve atuar como um dispositivo informacional suprimindo todas as necessidades apresentadas pelos usuários, bem como promovendo atividades de incentivo à leitura proficiente, de produção escrita e de pesquisa, além de organizar oficinas, seminários, debates e palestras sobre assuntos de interesse dos usuários, a fim de auxiliar no desenvolvimento da competência informacional destes usuários. Para isso é necessário que a biblioteca reveja constantemente as suas atividades com a finalidade de desempenhar com êxito o seu papel de ajudar o usuário a suprir suas necessidades de informação. Os autores consideram ainda que, por ser um ambiente propício para a construção e troca de saberes, sendo fundamental para a atividade de ensino-aprendizagem, a biblioteca universitária tem a capacidade de identificar ou contribuir para a formação de redes sociais, entendendo que essas redes são essenciais no contexto das universidades, uma vez que é por meio dessa interação que os indivíduos ampliam seus conhecimentos, produzem informações e entendem o seu papel como sujeito social. Assim, a biblioteca pode aproximar indivíduos que trabalhem com assuntos correlatos e pode ainda cumprir o seu papel de disseminar e proporcionar o acesso, uso e circulação da informação.

3.2 COLEÇÕES ESPECIAIS

Os acervos de coleções especiais são assim chamados por serem compostos por itens raros, históricos, científicos e de memória institucional, sendo assim de extrema importância em uma biblioteca e devendo ocupar local de destaque, uma vez que possuem um caráter histórico e permitem a preservação da memória, contribuindo para a construção de uma ampla

identidade cultural para várias gerações. Normalmente essas coleções seguem critérios de raridades e especificidades que são estabelecidos pela instituição e sua catalogação deve ser criteriosa, pois por se tratar de documentos raros existem diversas características que são consideradas fontes de informação que podem favorecer o resultado da busca do usuário, como um selo, o tipo de papel utilizado, uma assinatura e até mesmo o tipo de encadernação. A disseminação da informação contida nessas coleções, no entanto, não é tão simples, pois a maioria dos materiais encontra-se fragilizada e muitos deles não têm condições de serem consultados manualmente, o que implica na necessidade de digitalização desses materiais para disponibilizar o acesso a esse conhecimento (SANTOS; SILVEIRA, 2015).

Analisando as coleções especiais no contexto das bibliotecas universitárias, Souza, Azevedo e Loureiro (2017) apontam que estas são vistas como guardiãs do patrimônio bibliográfico universitário e da memória da Universidade desde a Idade Média, exercendo um importante papel na preservação desse patrimônio devido aos acervos acumulados ao longo de décadas e, acreditam também, que as bibliotecas são consideradas lugares de memória pelo valor das coleções que compõem o seu patrimônio. Para preservar essas coleções chamadas especiais para o futuro elas devem ser armazenadas separadas das demais e deve haver um controle e monitoramento dos níveis de temperatura, umidade e luz. Em seu artigo, os autores elegeram, com base na literatura existente, sete critérios a serem adotados para a identificação de coleções especiais em bibliotecas universitárias. São eles:

- Obras de origem estrangeira;
- Obras difíceis de serem encontradas, escassas;
- Obras fragilizadas;
- Obras caras, com valor no mercado livreiro;
- Obras que tenham conteúdo científico compatível com os interesses da instituição;
- Obras com significado histórico e valor de memória;
- Obras que são produto próprio da Universidade, como trabalhos acadêmicos, que constituem o suporte da vida intelectual da instituição.

Para Pinheiro (2015) é necessário fazer a distinção entre os conceitos de livro raro e coleção especial, entendendo que o conceito do primeiro é subjetivo a depender do ponto de vista de quem o identifica como raro, que deve analisar a preciosidade da obra de acordo com o conhecimento da área temática e do livro, enquanto a coleção especial pode referir-se a diferentes formas de registro, segmentadas em coleções distintas, conforme sua materialidade, sendo caracterizada pela singularidade ou raridade das obras, pelo formato físico delas ou pelo

compromisso da instituição com a preservação dos materiais a longo prazo, bem como pode designar materiais mais valiosos da biblioteca, que por esse motivo devem ficar em uma área reservada, com maior segurança. A autora defende que para identificar a raridade de uma coleção especial é necessário analisá-la minuciosamente, para descrever sua materialidade e verificar a importância da edição da obra, do seu autor, do seu conteúdo e de sua história. Também devem ser observadas informações mínimas da obra, página a página, contemplando tanto suas características tipográficas como as intervenções feitas manualmente, como disposições textuais, vinhetas, anotações manuscritas, marcas de leitura e de propriedade. Dessa forma, o bibliotecário de livros raros e coleções especiais deve ter qualidades e conhecimentos que garantam gestão estratégica à custódia de coleções especiais.

Custodiar, no caso, objetiva garantir um futuro para a coleção especial, envolvendo guarda, proteção e vigilância, alicerçadas em políticas estratégicas que favoreçam à tomada de decisão mediante o estabelecimento, por exemplo, de: a) prioridades de processamento (definição da obra que será preservada imediatamente e do exemplar precioso que será objeto dessa preservação); b) condições de reprodução (por demanda, por iniciativa do bibliotecário, para acesso remoto); c) recursos que complementem o restauro, a digitalização e a microfilmagem (descrições bibliográficas exaustivas, com informações detalhadas sobre o item); d) soluções para situações de perda (vandalismo, furto e roubo); e) ações preventivas ou curativas para situações de risco (sinistros); f) definições sobre questões de posse e propriedade (coleções doadas, vendidas ou guardadas por tempo determinado ou não); g) condições de acesso às coleções (definição de áreas de guarda, sinalização, normas de trânsito e perfil de usuário); h) critérios de armazenamento (normas de guarda, padrões de mobiliário, monitoramento ambiental); i) padrões de acondicionamento (embalagens); j) métodos de seleção de obras/exemplares para guarda em cofres (definição de cimélios, isto é, os itens mais raros entre os raros); k) normas de uso (critérios, treinamento, técnicas de manuseio); l) procedimentos técnicos sistêmicos e continuados (inventário, catalogação, higienização); e m) serviços e produtos; entre outros procedimentos. (PINHEIRO, 2015, p. 39).

De acordo com Alves (2015), as coleções especiais de uma instituição podem ser compostas por acervos que estejam deslocados do acervo geral devido à sua importância ou características peculiares, como um acervo pessoal, acervo de obras raras, acervo de um tema específico, acervo de memória institucional, entre outros. A autora entende que são funções da biblioteca universitária trabalhar com a história, a memória e a cultura, viabilizando, por meio do seu acervo e de suas ações, o alicerce bibliográfico e documental que apoia a academia. É nesse contexto de preservar a cultura, as artes e a memória dentro da universidade, que muitas bibliotecas olham de um modo diferenciado para suas coleções especiais, e isso, segundo a autora, traz à tona duas situações, uma que apresenta a coleção especial como um ativo estratégico na missão da biblioteca e outra que mostra a preocupação com a preservação e salvaguarda destas coleções. A autora defende ainda que as bibliotecas pessoais são grandes atrativos para as bibliotecas universitárias, pois são objetos de status social e intelectualidade

que possuem memória que pode gerar novos conhecimentos. Para ela, por meio destas coleções especiais é possível divulgar e preservar a história de personagens ilustres em diversas áreas de atuação, proporcionando um melhor desempenho nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Conforme Carvalho (2015), tendo em vista que uma das funções das universidades é reunir fontes primárias de informação e obras escassas, as coleções especiais têm se tornado uma tendência nas últimas décadas para essas instituições. Normalmente são coleções que pertenceram a personalidades do meio científico e acadêmico, sendo, portanto, consideradas especiais devido ao valor do seu conjunto e às características de raridade de exemplares. Assim, a universidade, na sua missão de preservar e difundir a memória nacional, pode oferecer meios para a formação de coleções especiais e obras raras, levando-se em consideração que esse material pode contribuir para a produção de novos conhecimentos, estimulando a pesquisa e, conseqüentemente, o resgate da memória. Vale ainda ressaltar que, devido à natureza das obras, esses acervos diferem dos demais na sua missão, pois são documentos ímpares, raros, escassos e na maioria das vezes frágeis, mas que têm um grande significado histórico e valor no mercado livreiro, ou ainda, valor como artefato.

...as coleções especiais podem estar em qualquer formato, incluindo, mas não limitando aos acervos de livros raros, manuscritos, fotografias ou documentos pessoais. O acervo pode estender aos conjuntos de artefatos com valor monetário, raridade ou singularidade, tendo como compromisso de zelar o prazo de conservação e sobretudo, a preservação e o acesso. (BENDER; SIMIONATO; ALBUQUERQUE, 2016, p. 76)

3.2.1 Coleções Especiais e obras raras da Biblioteca Central da UFPE

Serviço de responsabilidade da Divisão de Apoio ao Usuário, é o foco deste trabalho, pois é responsável pelos acervos de coleções especiais e obras raras. De acordo com o Estatuto do Sistema de Bibliotecas (1991), o Serviço de Coleções Especiais está dividido nos setores de Multimeios, Documentos Especiais e Produção Intelectual da Universidade (PIU), tendo por responsabilidade a organização, preservação e divulgação de um acervo artístico, cultural e histórico, convencional e não convencional, reunindo, guardando e divulgando a memória da UFPE.

Os critérios utilizados pelo Setor de Coleções Especiais da Biblioteca Central da UFPE para a identificação de coleção especial, verificados por meio de observação e participação, são os seguintes:

- a) Obras referentes ao histórico da Universidade, considerando os acervos dos cursos fundadores;

- b) Coleção Primeiros Passos, por serem livros muito pequenos e fáceis de serem roubados, caso estejam no acervo geral;
- c) Livros com muitas gravuras e que a biblioteca só possui um exemplar;
- d) Folhetos;
- e) Documentos com formatos diferenciados e de grandes dimensões;
- f) Documentos fragilizados;
- g) Obras com selo COLTED (Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático), por pertencerem a um programa instituído em 1966, tomando como referência o contexto histórico a partir de estudos sobre a Guerra Fria, que tinha como objetivo disponibilizar aos estudantes cerca de 51 milhões de livros num período de três anos, em todo o território nacional (KRAFZIK, 2008);
- h) Obras com selo PRENAM (Programa de Estudos Norte Americanos), programa instituído pela UFPE em 1987, com local físico na Biblioteca Central (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 1987).

O Setor de Coleções Especiais da Biblioteca Central da UFPE é composto por coleções do acervo fundador da UFPE e de outras importantes obras que o torna um setor essencial para o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão da universidade em diversas áreas. As obras são as seguintes:

- Coleção da Faculdade de Filosofia;
- Coleção da Escola de Engenharia;
- Coleção da Faculdade de Medicina;
- Coleção da Faculdade de Arquitetura;
- Coleção da Escola de Belas Artes;
- Coleção da Escola de Química;
- Coleção do Instituto de Geologia;
- Coleção do Instituto de Letras;
- Coleção do Serviço Central;
- Coleção do Serviço de Documentação;
- Coleção da Faculdade de Odontologia;
- Coleção da Faculdade de Farmácia;
- Coleção da Faculdade de Ciências Econômicas;
- Coleção da Escola de Serviço Social;
- Coleção da Escola Superior de Administração;

- Coleção do Instituto de Física e Matemática;
- Coleção do Curso de Biblioteconomia;
- Coleção do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
- Coleção da Escola de Enfermagem;
- Coleção do Instituto de Ciências do Homem;
- Coleção de periódicos impressos;
- Obras da Coleção COLTED;
- Obras da Coleção PRENAM;
- Folhetos;
- Coleção Primeiros Passos;
- Obras com formatos diferenciados;
- Obras raras.

Figura 3 – Obras valiosas, a serem identificadas como raras ou não



Fonte: a autora (2019)

Alguns livros foram resgatados do acervo geral por serem considerados valiosos e estão em processo de identificação quanto à sua raridade bibliográfica. Para auxiliar nesse processo, a Biblioteca Central utiliza como base os critérios adotados pela Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul (RODRIGUES, 2006), listados abaixo:

- a) Livros impressos fora do Brasil até 1800;
- b) Livros impressos no Brasil até 1860;
- c) Edições de tiragem reduzida e/ou limitada até 300 exemplares;
- d) Edições especiais;
- e) Edições personalizadas;
- f) Edições de luxo;
- g) Exemplares com anotações manuscritas de importância;
- h) Exemplares que, comprovadamente, pertenceram a personalidades importantes;
- i) Edições censuradas;
- j) Edições clandestinas;
- k) Trabalhos monográficos originais elaborados por personalidades importantes;
- l) Obras citadas em fontes bibliográficas fidedignas.

3.2.2 Memorial Denis Bernardes

Segundo o Sistema Integrado de Bibliotecas (2020), com a reabertura da Biblioteca Central da UFPE, em junho de 2013, ocorreu de modo oficial a criação do Memorial Denis Bernardes (MDB), com o objetivo de resgatar e guardar objetos informacionais referentes à memória institucional e à memória do Estado de Pernambuco. O Memorial Denis Bernardes é destinado à manutenção e disseminação da informação científica de natureza histórica produzida na Universidade Federal de Pernambuco ou de acervos importantes para a cultura do Estado. O Memorial é composto por 11 fundos documentais que estão, atualmente, em processo de inventário para definição de quantitativo, conteúdo e características físicas de cada conjunto documental.

Apesar de contar com um espaço próprio para suas coleções, que também são consideradas coleções especiais, o MDB, assim como o Setor de Coleções Especiais da Biblioteca Central, não atende às condições ideais de conservação e preservação, carecendo de um controle mais rigoroso dos níveis de temperatura, umidade e luminosidade, o que demanda investimento de recursos.

3.2.2.1 Fundo Documental João Alfredo

João Alfredo Correia de Oliveira, nascido em 1835, foi um Conselheiro de Estado que estudou Direito em Olinda. Contribuiu para o desenvolvimento do país com ações em diversas

áreas e além de conselheiro atuou como Deputado Provincial, Deputado Geral, Senador do Império, Presidente das Províncias do Pará e de São Paulo e Presidente do Conselho de Ministros, vindo a falecer em 1919. Este fundo documental é composto por documentos privados que apresentam importantes testemunhos de um período crucial da história do Brasil, em que a monarquia dava lugar à república. São aproximadamente 9.337 documentos, sendo a maioria correspondências, porém o acervo também é composto de 588 documentos de outras tipologias, como jornais, fotografias, projetos de lei, papéis referentes ao Banco do Brasil, estudos, plantas, mapas, entre outros (SISTEMA, 2020).

3.2.2.2 Fundo Documental Padre Daniel Lima

O Padre Daniel Lima foi um sacerdote secular católico, nascido em 1916 e morto em 2012. Foi poeta e ex-professor de Filosofia da UFPE. O fundo documental abriga o seu acervo pessoal, de base filosófica e literária, composto na maior parte de textos datilografados, tendo 13 cadernos com conjuntos de poemas e 14 com escritos filosóficos. Na sua coleção também tem alguns manuscritos avulsos armazenados em pastas e agendas. Um de seus trabalhos, a obra “Poemas”, ganhou o prêmio Alphonsus de Guimaraens da Fundação Biblioteca Nacional em 2011, na categoria Poesia, fato que divulgou o seu nome nacionalmente e o colocou no hall dos grandes escritores brasileiros do momento (SISTEMA, 2020).

3.2.2.3 Fundo Documental Methodio Maranhão

Jurista, político, professor catedrático e historiador, Methodio Romano Albuquerque Maranhão, nascido em 1864, ingressou na Faculdade de Direito do Recife em 1916. Com uma vida intelectual bastante ativa, participou de vários movimentos culturais da cidade do Recife, bem como dedicou-se à pesquisa histórica, desenvolvendo a atividade de historiador no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, local em que passou a ser sócio em 1907 e, em 1942, ocupou o cargo de presidente. Também foi Prefeito do Município de Goiana entre 1907 e 1910. Faleceu em 1951. O acervo do fundo documental é composto por parte da sua biblioteca pessoal, com aproximadamente 10 mil títulos (SISTEMA, 2020).

3.2.2.4 Fundo Documental Ruy Antunes

Deputado estadual pelo Partido Comunista, Ruy da Costa Antunes teve seu mandato cassado em 1948, pois o partido foi declarado ilegal. Foi professor da Faculdade de Direito do Recife e também advogou na área penal. Sua biblioteca particular, composta por aproximadamente 10 mil títulos, foi transferida para o Memorial Denis Bernardes em 2013 (SISTEMA, 2020).

3.2.2.5 Fundo Documental Joaquim Cardozo

Apesar de ser muito conhecido como engenheiro, Joaquim Maria Moreira Cardozo (1898 – 1978) também foi poeta, contista, desenhista e editor de revistas especializadas em arte e arquitetura. Começou a estudar Engenharia em 1915 e foi convidado por Oscar Niemeyer, na década de 40, para fazer os cálculos estruturais do conjunto Pampulha. Publicou 11 livros, com destaque para a obra “Poemas”, que tem prefácio de Carlos Drummond de Andrade. Estão no Memorial cerca de 200 títulos de sua biblioteca pessoal (SISTEMA, 2020).

3.2.2.6 Fundo Documental Marcos Freire

O ex-senador Marcos de Barros Freire nasceu em Recife, em 1931 e, incentivado pelo pai, entrou na Faculdade de Direito do Recife em 1950, participando ativamente da política estudantil. Atuou no meio político nacional, militando contra os difamadores da democracia e com isso estimulou uma geração de políticos que promoveram a abertura e a consequente redemocratização do país. Lecionou na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade, na Escola de Administração e Faculdade de Direito do Recife. O acervo que se encontra no Memorial contém recortes de jornais reunidos por ele entre 1952 e 1985. Possui 204 livros com recortes colados, organizados por ordem cronológica (SISTEMA, 2020).

3.2.2.7 Fundo Documental Assessoria de Comunicação da UFPE (ASCOM)

A Assessoria de Comunicação Social da Universidade Federal de Pernambuco (ASCOM) é responsável pela coordenação da política de comunicação da UFPE, juntamente com o Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI), ou seja, juntos fazem o intermédio dos contatos entre a comunidade acadêmica e a imprensa. A ASCOM fez cobertura jornalística e fotográfica de toda a vida acadêmica institucional, então este fundo documental abrange aproximadamente 15 mil fotografias, todas elas já digitalizadas (SISTEMA, 2020).

3.2.2.8 Núcleo de Rádio e TV Universitária (NRTVU/UFPE)

O Núcleo de Televisão e Rádios Universitárias surgiu a partir de um processo realizado pelos profissionais da televisão e das rádios com o apoio da Universidade Federal de Pernambuco, tendo por missão promover a comunicação pública de forma democrática e participativa, contribuindo assim para a formação crítica e a construção do conhecimento. Foram resgatados, em 2013, em torno de 11 mil discos de vinil da Rádio Universitária e cerca de 200 fitas U-Matic com programações da TV Universitária. Os suportes estavam guardados em péssimas condições de armazenamento, mas agora estão acondicionados no MDB, em estantes deslizantes apropriadas, porém ainda não estão nas condições adequadas de conservação e preservação, bem como ainda precisam ser identificados e receber o tratamento informacional (SISTEMA, 2020).

3.2.2.9 Escola de Medicina

Composto por parte dos documentos administrativos produzidos ao longo da existência da antiga Escola de Medicina, o seu acervo, hoje guardado no Memorial Denis Bernardes, apresenta registros das atividades acadêmicas realizadas antes da formação da UFPE, com destaque para a atuação política e pedagógica do médico Otávio de Freitas, que ratificou a Ata inaugural da escola após 1909. O acervo inclui diversos documentos distintos, como atas, relatórios, pareceres, ofícios, documentos de diplomados, entre outros (SISTEMA, 2020).

3.2.2.10 Escola de Belas Artes

A Escola de Belas Artes foi idealizada para Recife em 1932, com base na Escola Nacional de Belas Artes. Assim, foi alugada uma casa na Rua Benfica, 150, bairro da Madalena, conhecida como “Solar dos Amorim”, onde a Escola começou suas atividades em 15 de julho do mesmo ano, contando com doações. Estão no MDB vários documentos referentes às transformações sofridas pela escola até a transferência dos cursos para o campus universitário, que ocorreu na década de 1970 (SISTEMA, 2020).

3.2.2.11 Produção Intelectual da Universidade (PIU)

Este fundo documental é constituído por publicações editadas pela Editora Universitária que são escritas por servidores, ex-servidores e pós-graduados (Mestrado e Doutorado) da UFPE, bem como contém teses e dissertações da UFPE (SISTEMA, 2020).

3.3 OBRAS RARAS

Segundo Rodrigues (2006), livros raros são aqueles difíceis de se encontrar devido à sua antiguidade, ou por ser um livro manuscrito, ou por pertencer a uma personalidade renomada no país ou fora dele, como também podem ser aqueles livros que têm demasiada importância para uma área específica do conhecimento. Independente do fator que o torna raro, é necessário justificar quais foram os critérios adotados para identificar a raridade bibliográfica. Muitas bibliotecas vinculam esses critérios à ideia de antiguidade e valor histórico-cultural, levando-se em consideração para identificar a idade cronológica, a aparição da imprensa em vários lugares do mundo. Para Pinheiro (1989 apud RODRIGUES, 2006, p. 116), os profissionais responsáveis por identificar os acervos raros devem prestar atenção a fatores como:

- a) Limite histórico, observando a produção artesanal de impresso e o início da imprensa em determinado lugar;
- b) Aspectos bibliológicos, verificando o tipo de papel utilizado, as ilustrações artesanais e uso de pedras e materiais preciosos na encadernação;
- c) Valor cultural, conferindo se as publicações têm tiragens reduzidas, personalizadas, censuradas e se são primeiras edições;
- d) Pesquisa bibliográfica, verificando dicionários e enciclopédias bibliográficos especializados que apontam se uma obra é preciosa ou rara;
- e) Características do exemplar, olhando se tem algum autógrafo ou dedicatória de alguma personalidade importante ou se tem alguma marca de propriedade.

Rodrigues (2011) afirma que a raridade de uma obra está ligada à sua escassez, isto é, quando se torna difícil de ser encontrada por vários fatores que estabelecem se tal obra é ou não importante no universo bibliográfico, pois quando um exemplar é único e insubstituível, o seu valor de mercado aumenta, levando-o a ter uma carga simbólica, um maior status, que o faz ser objeto de desejo de alguém.

Não existem fórmulas fáceis para determinar a raridade de um exemplar. Um livro pode se tornar valioso por seu conteúdo – por exemplo: os primeiros relatos de invenções e descobertas científicas, as primeiras edições de importantes obras literárias ou históricas; ou por suas características físicas – por exemplo: encadernações luxuosas contendo ouro e pedras preciosas, anotações manuscritas de

uma pessoa ilustre, livro cujas ilustrações dão uma nova interpretação de um texto ou da obra de um artista de renome etc. (RODRIGUES, 2011, p. 1).

No Brasil não existe uma política nacional que oriente as instituições quanto à identificação de obras raras, então cada instituição define os seus critérios de acordo com o seu público e suas necessidades, porém muitas vezes tomam por base os critérios de raridade adotados pela Biblioteca Nacional. Dessa forma, de acordo com a Biblioteca Nacional ([200?]), o primeiro passo a se tomar para definir os critérios de raridade de determinado acervo é identificar quais são os objetivos da instituição que o abriga, isto é, definir quais são os critérios mais importantes que atendam à satisfação dos usuários da biblioteca em questão. Apesar de existir alguns critérios que, por si só, determinam a raridade de um livro, uma obra pode ser considerada rara para uma determinada biblioteca, devido à importância do seu conteúdo para os objetivos da instituição, mas pode não ser rara para uma outra biblioteca. No entanto, os principais critérios adotados pela Biblioteca Nacional e que servem de base para outras instituições são os seguintes:

- As primeiras impressões (séculos XV – XVI) – o primeiro livro impresso no mundo foi a Bíblia de Gutenberg, conhecida como a Bíblia de 42 linhas, datada de 1455. Os livros que se seguiram até 1500 são conhecidos como incunábulo, em que os impressores deram continuidade aos costumes dos escribas, começando as obras com a palavra *incipit* (aquí começa) e finalizando-as com *explicit* (aquí termina);
- Impressões do século XVII e XVIII – no século XVII o livro se tornou objeto de comércio e foi neste mesmo século que surgiram grandes nomes da literatura, como Cervantes e Shakespeare, entre outros. Houve também a instalação de estabelecimentos oficiais para impressores, tipógrafos e gravadores. No século XVIII os livros tiveram maior destaque por conta de suas ilustrações;
- Brasil século XIX – a produção gráfica no Brasil se desenvolveu a partir do segundo reinado e, por isso, livros publicados até 1841 são considerados raros. A Imprensa Régia foi criada em 1808 por Dom João VI e manteve o monopólio da imprensa no Rio de Janeiro até a independência do país, em 1822. As primeiras tipografias particulares foram na Bahia, em 1811, e em Pernambuco, em 1817;
- Edições clandestinas – são edições que ocorrem por questões morais, religiosas, políticas ou por pirataria editorial. No Brasil, qualquer livro publicado até 1808, ano da criação da Imprensa Régia, seria considerado uma edição clandestina, pois pela Ordem

- Régia, em 6 de julho de 1747, os oficiais impressores eram proibidos de imprimir qualquer livro ou papel avulso, sob a pena de serem presos e remetidos para o reino;
- Edições de tiragens reduzidas – edições limitadas, que têm um número específico de exemplares e que muitas vezes têm papel especial e geralmente assinados;
- Edições especiais ou edições de luxo – obras do século XX, porém feita nos moldes de livros antigos, com riquezas tipográficas dos grandes impressores dos séculos XV e XVI. São feitas com papel de boa qualidade, normalmente ilustradas por algum artista de renome e também podem ter a assinatura do autor;
- Exemplares de coleções especiais em regra geral com belas encadernações e ex-libris – as obras podem ser consideradas raras pelo seu valor extrínseco, como encadernações em couro, pergaminho, veludo, gravadas a ouro etc. Ademais, também podem ser consideradas raras as obras que possuem carimbos ou ex-libris, que são marcas de propriedade que identificam uma personalidade ou uma coleção, comprovando a sua origem;
- Exemplares com anotações manuscritas de importância (incluindo dedicatórias) – livros que contenham informações relevantes que esclareçam ou comentem a obra, como dedicatórias dos autores, de reis, governantes ou autógrafos de celebridades;
- Obras esgotadas – devem ser consideradas raras as edições consagradas que se esgotaram e não foram reeditadas.

Para Sant’Ana (2001), a definição da raridade bibliográfica de uma obra para os bibliotecários especializados na guarda de livros raros é diferente da definição dada pelos colecionadores de obras raras. Para estes, a importância maior de uma obra recai no livro como um objeto, devendo estar em perfeitas condições de conservação, como por exemplo, com a capa da brochura original, com o texto íntegro, páginas sem manchas, enfim, quanto mais perfeito, maior valor terá no mercado livreiro. O conceito de raro para os colecionadores não se aplica ao conteúdo textual da obra, considerando toda a edição, mas sim aos exemplares, verificando assim se o exemplar é raro e não a obra em si. Desse ponto de vista, o que torna um livro valioso e raro é o interesse e a procura que ele desperta, fatores que estabelecem seu preço de venda. Por outro lado, os bibliotecários que analisam os critérios de raridade de uma obra levam em consideração para a definição de raridade, sobretudo, a importância histórica do livro e seu conteúdo. No entanto, o autor entende que tanto para os colecionadores como para os bibliotecários, o uso de critérios de raridade deve levar em conta que as obras raras requerem um tratamento diferenciado, pois “...a obra rara é mais difícil de ser repostada, caso desapareça;

do mesmo modo, uma obra valiosa é sempre mais visada, merecendo um cuidado maior quanto à segurança do acervo onde está depositada.” (SANT’ANA, 2001, p. 2).

3.4 CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE OBRAS RARAS E ESPECIAIS

Segundo Spinelli Júnior (1997), os documentos dos acervos de bibliotecas, por serem materiais orgânicos, encontram-se em constante processo de degradação. Nessa circunstância, a conservação não consegue suspender algo que já existe naturalmente, porém utiliza-se de métodos técnico-científicos para reduzir o tanto quanto possível esse processo. Ele afirma que o acondicionamento de obras em ambientes quente e úmido gera efeitos danosos, existindo um consenso entre os conservadores de que o controle racional e sistemático de condições ambientais não apenas reduz os problemas de deterioração, mas sobretudo evita seu agravamento. Apontados pelo autor como principais agentes de deterioração de acervos documentais, a umidade e a temperatura podem ser controladas. A primeira mediante o uso de aparelhagens de desumidificação do ar, em situação de ambientes úmidos e de umidificação, em situação de ambientes secos; a segunda, pelo uso de ar-condicionado. Entretanto, a ventilação natural ou forçada pode controlar simultaneamente a umidade e a temperatura. Os valores convenientes para a conservação de acervos generalizados são de 50% a 60% de umidade relativa e 20 a 22° C de temperatura. Outros agentes degradadores de acervos documentais são os insetos, fungos e roedores, devendo haver uma constante vigilância e controle de proliferação dentro da política de preservação dos acervos, pois os danos provocados por estes agentes podem ser irreparáveis. A iluminação inadequada é um outro fator prejudicial aos acervos, uma vez que “a luz, natural ou artificial, é um tipo de radiação eletromagnética capaz de fragilizar os materiais constitutivos dos documentos, induzindo um processo de envelhecimento acelerado”. Para controlar as radiações eletromagnéticas em acervos documentais pode-se utilizar cortinas, persianas, filtros especiais para absorção do ultravioleta, filmes refletivos de calor, etc. O autor deixa claro que até a data da publicação do seu trabalho não havia sido descoberto nenhum tipo de lâmpada ideal para iluminar o acervo sem danificar o material documental. Por último, outro fator considerado por ele como um agente deteriorante de acervos documentais é a poluição ambiental, que pode comprometer os materiais prejudicando sua estética e favorecendo o desenvolvimento de micro-organismos que aceleram a deterioração dos documentos devido aos ácidos contidos. Para proteger-se da ação dos poluentes ambientais recomenda-se a utilização de sistemas de ventilação artificial como acoplamento de filtros especiais direcionados à contenção dos componentes nocivos ao acervo.

Ainda de acordo com Spinelli Júnior (1997), “um método de conservação se constitui do reconhecimento e execução de tratamento em uma obra, considerando-se sua estrutura, composição física e seus aspectos estéticos e históricos, visando o prolongamento de sua vida útil o máximo possível”. Ele apresenta um método de conservação constituído por quatro tratamentos específicos, que são:

- Fumigação – tratamento na maioria das vezes imprescindível para salvaguardar os acervos documentais, consiste em exterminar todos os organismos vivos que afetam as obras, utilizando um inseticida para desinfestação em câmaras lacradas, colocando os livros semiabertos nas prateleiras que formam a estrutura interna da câmara com as lombadas voltadas para cima e os cortes laterais voltados para baixo;
- Higienização – tratamento essencial para um acervo documental, elimina o máximo possível das sujeiras extrínsecas às obras, ajudando a monitorar a identificação de ataques de micro-organismos ao acervo, além de evitar manchas irreversíveis provocadas pela alternância de umidade relativa do ambiente do acervo, já que esse fator propicia o crescimento e desenvolvimento de fungos, que atingem inicialmente a encolagem do papel e em algumas situações penetram nas fibras, enfraquecendo o papel e provocando as manchas;
- Reestruturação – tratamento que objetiva ordenar as partes que compõem uma obra encadernada, executando remendos, enxertos e consolidações necessários para resgatar a estrutura das obras como bens culturais;
- Velatura – técnica de conservação utilizada para documentos planos, consiste em colar sobre o verso de documentos executados sobre suporte de papel uma folha de papel japonês com o uso de cola metilcelulose, a fim de proporcionar uma maior resistência física ao documento.

Rodrigues (2007) divide os fatores de deterioração do papel em duas categorias: fatores intrínsecos, relacionados à qualidade dos elementos utilizados na fabricação do papel e fatores extrínsecos, ligados ao meio ambiente em que o papel se encontra, como fatores ambientais, agentes biológicos, ação do homem e situações como incêndios, inundações e catástrofes naturais. Para ela, os efeitos ambientais e climáticos são considerados os agentes físicos e os insetos, roedores e fungos são os agentes biológicos. Com relação à iluminação, ela recomenda que recomenda que o limite de radiação ultravioleta seja de 75UV (m w/ lúmen), não apenas para os acervos, mas também para leitura, pois acredita que as radiações ultravioletas presentes tanto na luz solar como nas lâmpadas fluorescentes oxidam a celulose, colaborando para a

degradação do papel e do couro. No que concerne à temperatura, ela aponta que para os acervos, o ideal é que a temperatura seja de 12° C, porém para as áreas de consultas com vários usuários, a temperatura deve variar entre 18 e 22° C. Já a umidade relativa do ar deve ficar entre 50% a 60%, indicando 55% como o ideal. As oscilações desses fatores facilitam o desenvolvimento de micro-organismos, insetos e roedores, contudo, podem ser controlados pelo uso de ar-condicionado para manter a temperatura ideal e pelo uso de higrômetro, para medir a umidade relativa do ar e desumidificador, para retirar a umidade do ambiente, pois o calor pode danificar as obras e a umidade alta facilita a proliferação de fungos e insetos. Na falta de equipamentos recomendados, pode-se manter a ventilação natural ou forçar com ventiladores como uma maneira de controlar ao mesmo tempo a temperatura e a umidade. A autora ainda indica a utilização de filtros nos sistemas de ventilação para evitar a poluição atmosférica, uma vez que a poeira nos documentos além de afetar a estética pode contribuir para o surgimento de micro-organismos como os fungos, que aceleram o processo de degradação dos documentos.

Com relação aos agentes biológicos, Rodrigues (2007) declara que são uma ameaça mais séria, devido aos danos irreparáveis que podem causar aos acervos. Os principais são os seguintes:

- Fungos – surgem em ambientes de alta umidade e são identificados por manchas amarelas, atingindo todos os tipos de acervos. Para a prevenção, recomenda-se higienizar o acervo e controlar a temperatura e umidade do ambiente em que se encontra o acervo, podendo utilizar o desumidificador para ambientes úmidos;
- Insetos – são divididos em dois tipos: roedores de superfície, que atacam os documentos pelo lado externo, como as baratas, traças e piolhos de livros e, roedores internos de documentos, como cupins e brocas. Como medidas de prevenção deve-se manter ralos e aberturas de paredes e pisos fechados, evitar o consumo de alimentos nos ambientes que abrigam os acervos, fazer uma limpeza rotineira dos documentos e controlar temperatura e umidade.

Há ainda fatores que podem provocar a destruição parcial ou total dos acervos documentais, como incêndios e alagamentos, porém, conforme Rodrigues (2007), esses danos podem ser evitados ou reduzidos caso a biblioteca tenha um programa de proteção contra incêndios e inundações. A autora ainda entende que existe outro fator que deve ser levado em consideração para a conservação e preservação das obras, que são os casos de furtos e vandalismos, devendo haver uma política de proteção para essas situações, ainda que por meio de um sistema simples de segurança.

Há muito tempo, desde os primórdios da formação das bibliotecas, que a destruição de documentos raros ou valiosos por causa de catástrofes é um assunto da mais alta seriedade. Os incêndios e as inundações estão entre as mais dramáticas dessas causas e os danos que produzem na maioria das vezes são acentuados pela utilização de procedimentos e a aplicação de métodos espúrios ao seu controle. Por isso, vários países vêm desenvolvendo, adotando e disseminando procedimentos técnicos científicos que objetivam o estabelecimento de critérios de prevenção e técnicas de salvamentos adequados. De forma geral as causas de incêndio, quando não são atos de vandalismo, ocorrem em decorrência de curtos-circuitos nos sistemas de eletricidade causados algumas vezes por ataques de roedores, de pontos de cigarro deixados acesas indevidamente, etc. (SPINELLI JÚNIOR, 1997, p. 37).

Para Pinheiro e Granato (2012), os bens culturais constituem um elemento crucial da personalidade dos povos por serem uma evidência das diferentes tradições e realizações intelectuais do passado, devendo, portanto, serem transmitidos para as gerações futuras da melhor forma possível, por isso há a necessidade de preservação e conservação desses bens.

A preservação surge como instrumento para essa transmissão e consiste em qualquer ação que se relacione à manutenção física desse bem cultural, mas também a qualquer iniciativa que esteja relacionada ao maior conhecimento sobre o mesmo e sobre as melhores condições de como resguardá-lo para as futuras gerações. Inclui, portanto, a documentação, a pesquisa em todas as dimensões, a conservação e a própria restauração, aqui entendida como uma das possíveis ações para a conservação de um bem. (PINHEIRO, GRANATO, 2012, p. 31).

De acordo com Mesquita (2012), é necessário que haja uma conscientização do pessoal lotado nas instituições que possuem patrimônio material, de modo a tomar medidas indispensáveis à preservação desse patrimônio, por meio da conservação preventiva, devendo haver um plano diretor direcionado às coleções com diretrizes a curto, médio e longo prazo. No entanto, o que se vê com grande frequência, são instituições que não têm um plano diretor e não valorizam a área da conservação, apresentando graves falhas na condução do gerenciamento das coleções. De um modo geral, as instituições não têm uma política de preservação escrita, o que leva essas instituições a cometerem deslizes, como:

- A não existência de manutenção rotineira nos prédios;
- As equipes não conhecem as normas de segurança e não recebem treinamento;
- Os equipamentos e instalações não são inspecionados;
- O pessoal da limpeza não é qualificado para a função;
- Não há restrição quanto ao consumo de alimentos a áreas específicas;
- Não há controle dos níveis de umidade relativa do ar, temperatura e iluminação;
- Não há plano de preparação para emergências.

3.5 LEGISLAÇÃO SOBRE ACERVOS BIBLIOGRÁFICOS

Conforme Ramos (2017), com relação à legislação pertinente às bibliotecas públicas acervos bibliográficos no Brasil foram encontrados algumas leis e decretos no Portal da Câmara Federal e no site da SNBP que de alguma forma abrangem algo sobre o assunto. São eles:

Quadro 1 – Legislação concernente às bibliotecas públicas

LEGISLAÇÃO	TEMA	OBJETIVO
Decreto 20.529 de 1931	Intercâmbio bibliográfico	Ampliar a distribuição de bibliografia às instituições culturais
Decreto 93 de 1937	Criação do INL	Incentivar a manutenção das bibliotecas públicas no país
Lei 784 de 1949	Concessão de franquia postal	Facilitar a doação de livros
Decreto 51.223 de 1961	Criação do MEC	Estimular a criação de novas bibliotecas públicas
Decreto 51.224 de 1961	Aprovar o regulamento de serviços regionais	Assistência às bibliotecas públicas
Lei 8.313 de 1991	Instituir o PRONAC	Auxiliar na construção de novas bibliotecas e manutenção do acervo das já existentes
Decreto 520 de 1992	Instituir o SNBP	Promover a melhoria das bibliotecas por meio de uma rede
Lei 10.753 de 2003	Política Nacional do Livro	Contribuir para a manutenção dos acervos
Lei 12.343 de 2010	Instituir o PNC	Contribuir para a criação de novas bibliotecas
Decreto 7.559 de 2011	Instituir o PNLL	Promover o acesso à leitura

Fonte: a autora, com base em Ramos (2017)

Além da legislação acima listada, de acordo com o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (2018) foi sancionada, em julho de 2018, a Lei 13.696, que institui a Política Nacional de Leitura e Escrita. Tal política tem como diretrizes, entre outras, o reconhecimento da leitura

e escrita como direitos, a universalização do direito de acesso ao livro, à leitura, escrita, literatura e às bibliotecas e o fortalecimento do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. No que concerne ao foco da pesquisa, que é a conservação e preservação de acervos de coleções especiais e obras raras, nenhuma das legislações mencionadas trata diretamente sobre o assunto, porém a Lei 10.753 de 2003, no seu inciso segundo, fala que “o livro é o meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio nacional, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida”. (BRASIL, 2003). De certa forma, essa afirmação corrobora a importância das obras de coleções especiais para a pesquisa social e científica.

Apesar da existência dessas leis e decretos, no Brasil não existe legislação específica sobre a conservação e preservação de acervos bibliográficos em bibliotecas, porém, entendendo que os acervos de coleções especiais são constituídos por diversos documentos que incluem também produções científicas, esses acervos podem ser considerados patrimônio cultural brasileiro, conforme a Constituição Federal de 1988:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. (BRASIL, 1988).

Dessa forma, o parágrafo primeiro do art. 216 da Constituição Federal evidencia que é de responsabilidade do Poder Público a proteção do patrimônio cultural brasileiro por meio de sua preservação. Há também a Lei 8.159 de 1991, que mesmo não versando diretamente sobre acervos bibliográficos também indica, em seu artigo primeiro, ser de responsabilidade do Poder Público a proteção especial a documentos de arquivos. “É dever do Poder Público a gestão documental e a de proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação”. (BRASIL, 1991).

Percebe-se, então, que ainda que não exista legislação específica sobre o assunto, o Poder Público deve sim proteger os documentos que constituem o patrimônio cultural

brasileiro, uma vez que esse patrimônio serve de instrumento para incentivar o desenvolvimento científico. Assim, entende-se que a UFPE, como um órgão público que tem por objetivo estimular o ensino, a pesquisa e a extensão, tem a responsabilidade de investir na manutenção dos seus acervos bibliográficos com o intuito de preservar a memória cultural e a história.

Devido à ausência de legislação sobre conservação e preservação de acervos de coleções especiais, muitas bibliotecas de instituições públicas seguem o que está descrito no Plano de Gerenciamento de Riscos da Biblioteca Nacional quanto à preservação dos acervos, tendo em vista que esta biblioteca é a responsável pela execução da política governamental de recolhimento, guarda e preservação do patrimônio bibliográfico brasileiro. O objetivo do plano em questão é garantir a salvaguarda do acervo para futuras gerações, fazendo constante avaliação e tratamento dos riscos ao acervo, com vistas a eventos inesperados e catastróficos, mas também aos processos contínuos de deterioração. (SPINELLI JÚNIOR; PEDERSOLI JÚNIOR, 2010).

Contudo, apesar de não haver legislação nacional sobre acervos bibliográficos, com relação à gestão de riscos há, segundo Celestino (2017), uma norma australiano-neozelandesa, a AS/NZS 4360 (*Risk Management, Australian/ New Zealand Standard AS/NZS 4360:2004*) reconhecida internacionalmente, que explica os passos necessários para a criação de um plano de gerenciamento de riscos e pode ser aplicada em diversos ambientes e contextos, incluindo a preservação de acervos especiais em bibliotecas. A norma está dividida em seis etapas que consistem em:

- Comunicar e consultar – etapa em que todas as partes envolvidas são consultadas com o objetivo aproveitar a visão e experiência de todos para identificar os riscos;
- Estabelecer contexto – contextualizar o meio em que se pretende criar o plano de risco para definir o que está em risco. No caso dos acervos de coleções especiais, como o elemento principal é o livro, deve-se avaliar todo o contexto que envolve o livro, como a estante em que fica, a sala que o abriga, o edifício, enfim, tudo que está no entorno do livro;
- Identificar os riscos – momento em que se observa e identifica os riscos a que um acervo está exposto, respondendo a perguntas como: O que pode acontecer? Quando e onde? Como e por quê?;
- Analisar os riscos – fase em que se faz a triagem dos riscos, considerando tanto os fatores de menor magnitude como os fatores de alto risco, colocando estes últimos como prioridade;

- Tratar os riscos – etapa em que se determina o que será feito para minimizar os riscos identificados, como elaborar um plano que envolva o local em questão;
- Monitorar e revisar – fazer constante revisão e monitoramento dos riscos identificados, com a finalidade de aprimorar o plano de gerenciamento de risco.

A seção posterior traz informações sobre a história da Biblioteca Central da UFPE, apresentando um breve histórico da universidade, como também versa sobre o Sistema de Bibliotecas e o papel da Biblioteca Central.

4 HISTÓRIA DA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFPE

Esta seção mostra um pouco da história da Biblioteca Central da UFPE desde a sua criação até os dias atuais. No entanto, para melhor compreensão, será apresentado um breve histórico da fundação da Universidade Federal de Pernambuco.

4.1 BREVE HISTÓRICO DA UFPE

Segundo Reis (1969), desde o período colonial, durante a ocupação holandesa em Pernambuco, já se pensava no estabelecimento de uma universidade. Em 1827 surgiu o ensino superior no Estado com a criação do Curso Jurídico de Olinda, que posteriormente culminou na Faculdade de Direito, fruto da aliança entre a iniciativa privada e o trabalho governamental, que criavam e faziam funcionar faculdades e escolas com a finalidade de preparar os profissionais de nível superior que o progresso do país demandava. A Faculdade de Direito do Recife tinha posição de destaque, pois além de ser a mais antiga, era a única escola superior federal da região e era conhecida pela liderança política e cultural de seus membros. Em junho de 1946 o então Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra, recorreu ao professor Joaquim Inácio de Almeida Amazonas, que era diretor da Faculdade de Direito, para a criação da universidade tão almejada por todos os pernambucanos. Assim, passou a ter vida legal a Universidade do Recife, pelo Decreto-Lei nº 9.388 de 20 de junho de 1946, porém existindo de fato em 11 de agosto de 1946, como a primeira universidade do norte do país e tendo como Reitor o professor Joaquim Amazonas, que assumiu o reitorado aos 67 anos e apenas o deixou após a sua morte aos 80 anos.

Conforme o Manual do Estudante (1972), são os principais objetivos da Universidade à época da sua criação:

- Promover o ensino e a pesquisa nos domínios da filosofia, das ciências, das letras, das artes e das técnicas;
- Contribuir para a formação geral e técnica dos quadros superiores do país;
- Colaborar no esforço do desenvolvimento do Nordeste, articulando-se com os poderes públicos e a iniciativa privada;
- Estender à comunidade, sob a forma de cursos e serviços, as atividades de ensino e pesquisa que lhe são inerentes;
- Incentivar o intercâmbio com universidades e outras instituições científicas e culturais, nacionais ou estrangeiras;

- Integrar progressivamente o corpo discente em suas atividades, complementar sua formação cultural, moral e física e proporcionar-lhe adequada assistência social e material.

A universidade passou a ser denominada Universidade Federal de Pernambuco por determinação legal em 1965 e o seu crescimento provocou a sua mudança estrutural.

A primeira grande modificação estrutural veio em 1963, com a aprovação do novo Estatuto, elaborado para substituir o que fora baixado no início de suas atividades, em outubro de 1946. Naquela época, a Universidade do Recife, já não era mais a mesma do momento da sua fundação. As 5 escolas que agrupava no momento da instalação – Direito, Engenharia, Medicina com os cursos anexos de Odontologia e Farmácia, Belas Artes e Filosofia do Recife – tinham recebido companhia, e a Universidade contava, então, com nada menos de 13 Faculdades e Escolas e 3 cursos autônomos em regime especial de administração; 11 Institutos, dentre centrais e especializados; 2 centros de treinamento e 2 instituições complementares, sem falar no Hospital das Clínicas e no Ginásio de Aplicação, vinculados diretamente à Faculdade de Medicina e à Faculdade de Filosofia de Pernambuco. (REIS, 1969)

Hoje, passados mais de 70 anos desde a sua fundação, a Universidade ampliou o seu leque de objetivos e finalidades:

Art. 4º A Universidade Federal de Pernambuco tem por finalidade: I - ministrar o ensino em grau superior, realizar pesquisa e estimular atividades criadoras e inovadoras no campo das ciências, das tecnologias, das letras e das artes, ampliando os campos do conhecimento humano, garantidas plenas condições de acessibilidade e permanência; II - aplicar-se ao estudo da realidade brasileira e colaborar para o desenvolvimento do País e do Nordeste em particular, articulando-se com os poderes públicos e com a iniciativa privada, resguardados o caráter público e os princípios da autonomia universitária; III - realizar intercâmbio científico, artístico e cultural, bem como participar de programas de cooperação nacional e internacional; IV - complementar a formação cultural, ética e cidadã do seu corpo discente e proporcionar-lhe bem-estar e adequada assistência estudantil; V - definir políticas de comunicação, informação e tecnologias da informação, com transparência e responsabilidade social, com o objetivo de prestar contas aos públicos interno e externo; VI - desenvolver e estimular atividades de ensino, pesquisa e extensão nos diversos campos do saber; VII - desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão com vistas à inovação, à internacionalização e à interação com a sociedade; VIII - estimular a troca de saberes e práticas culturais na comunidade acadêmica e com os diversos segmentos da sociedade; IX - garantir formação integral e continuada do corpo discente, docente e técnico-administrativo, proporcionando a oferta permanente de oportunidades de informação e de acesso ao conhecimento, aos bens culturais e às tecnologias; X - estender o ensino e a pesquisa à comunidade interna e externa, mediante cursos, projetos, programas, eventos ou serviços; XI - efetivar os princípios da cultura de paz, dos direitos humanos e da democracia, como elementos pedagógicos e organizativos da universidade; XII - promover o respeito à diversidade e o combate a todas as formas de intolerância e discriminação decorrentes de diferenças sociais, etárias, raciais, étnicas, religiosas, de gênero e de orientação sexual; XIII - integrar os serviços institucionais e as pessoas, internas e externas, por meio de processos simplificados que possam ser acessados e resolvidos, preferencialmente, por intermédio das tecnologias de informação e comunicação. (ESTATUTO, 2019, p. 2).

4.2 HISTÓRICO DA BIBLIOTECA CENTRAL

Em 1948 se deu o início da história da Biblioteca Central da UFPE, momento em que o Reitor Amazonas contratou o bibliotecário Edson Nery da Fonseca para reorganizar a biblioteca da Faculdade de Direito. No ano seguinte foi apresentado um plano de reforma e foram então iniciados os trabalhos de reorganização. Depois disso, com o objetivo de evitar multiplicação de esforços e de coordenar os trabalhos existentes em unidades da Universidade do Recife, foi planejada, em 1952, na Biblioteca da Faculdade de Direito, a Biblioteca Central, que começou a funcionar como o Serviço Central das Bibliotecas (SCB) em 1953 em um prédio anexo à Reitoria. Em 1964 o SCB se transformou em Serviço de Documentação, tendo as suas atribuições um pouco ampliadas e passando a ser um departamento da Reitoria. Com a reforma universitária que houve em 1968, foi criada a Biblioteca Central como um órgão suplementar para assegurar a plena utilização de recursos materiais e humanos e evitar a duplicação de meios para finalidades idênticas, sendo então tomadas providências para a construção do seu edifício sede. Em 1969 foram traçadas as linhas gerais da nova estrutura da Biblioteca Central, levando-se em consideração a centralização das coleções dos Institutos Básicos. Seu regimento foi aprovado em 1972 e, finalmente, em 1º de abril de 1974, foi inaugurada a Biblioteca Central em seu novo edifício, após a transferência das coleções do Instituto de Letras e do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Em 1984, com 10 anos em sua nova sede, a Biblioteca Central já oferecia vários serviços, como COMUT, levantamento bibliográfico, Tv-Vídeo Cassete, visitas dirigidas com áudio, acesso dos usuários ao catálogo coletivo de livros e estágios para os alunos do curso de Biblioteconomia. (BIBLIOTECA, [19--]).

Desde a década de 90 a Biblioteca Central é parte integrante do Sistema de Bibliotecas (SIB) e na mesma década entraram na era da informatização por meio de vários acontecimentos expressivos:

- Convênio com a FGV - Fundação Getúlio Vargas - com a finalidade de automatizar os acervos da UFPE através de catalogação cooperativa em conjunto com a Rede Bibliodata/Calco.
- Aquisição do Sistema de automação de Bibliotecas-SAB2, da FURG- Fundação da Universidade do Rio Grande, o qual foi viabilizado por franquia e adaptado ao acervo das outras bibliotecas.
- Disponibiliza-se o Serviço PROQUEST através de bases de dados on-line, full text, proporcionando uma maior rapidez de acesso a informação técnica científica.
- Disponibiliza-se o First Search –Serviço prestado por um dos maiores bancos de dados do mundo –OCLC- Online Computer Library Center Inc.
- Implementa-se o Serviço de Comutação Eletrônica -COMUT ONLINE, integra-se a Rede Antares, ao CCN – Catálogo Coletivo Nacional de Periódicos, e ao SITE - Sistema de Informações sobre Teses, atual TB - Teses Brasileiras, (serviços conveniados com o IBICT- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.)
- O acesso à WEB OF SCIENCE é oferecido para a comunidade da UFPE e o SIB promove um programa de treinamento nos Centros de Ensino.

- Disponibiliza-se na Internet a Biblioteca On-line da UFPE, para recuperação de informações de livros, teses e títulos de periódicos do Sistema de Bibliotecas da Universidade no seguinte endereço: <http://www.ufpe.br/sib>
- O soft Ariel é adquirido por meio do programa REENGE - Reengenharia do ensino da Engenharia e integra-se à REBAE - Rede de bibliotecas da área de Engenharia. (SISTEMA, 2020).

Atualmente, a Biblioteca Central tem na sua infraestrutura 4 auditórios, 6 salas de estudo em grupo e o Memorial Denis Bernardes para pesquisa. No seu acervo estão inclusos impressos, eletrônicos, multimídia e de memória e a biblioteca oferece vários serviços como empréstimo domiciliar, reserva e pesquisa online, acesso ao Portal de Periódicos CAPES, orientação à normalização de trabalhos acadêmicos, visitas dirigidas, entre outros.

4.3 SISTEMA DE BIBLIOTECAS (SIB) E O PAPEL DA BIBLIOTECA CENTRAL

O Sistema de Bibliotecas da UFPE foi instituído em 1991 com o objetivo de disseminar a informação e democratizar o conhecimento acadêmico. O sistema é formado pela Biblioteca Central, que é o seu órgão coordenador, e mais 13 bibliotecas setoriais, totalizando uma coleção com aproximadamente 300 mil títulos e mais de 1 milhão de exemplares, incluindo livros, publicações periódicas impressas e eletrônicas, teses e dissertações, materiais multimídia e outros documentos. A missão do sistema é “contribuir para a construção e preservação do conhecimento científico, tecnológico e cultural, promovendo o acesso a ampla disseminação da informação em seus diversos suportes, em apoio ao ensino, pesquisa e extensão da UFPE”. (SISTEMA, 2020). As bibliotecas setoriais têm por finalidade dentro do sistema proporcionar apoio documental às atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFPE, bem como o registro, guarda e preservação do acervo bibliográfico de que são constituídas. (ESTATUTO, 1991).

A Biblioteca Central tem como finalidades a coordenação e supervisão das atividades técnicas do Sistema, atuando como Centro Referencial de Informação Científica, Tecnológica, Literária e Artística, bem como orientar, do ponto de vista técnico, as atribuições das bibliotecas setoriais. Sua estrutura organizacional é composta por um Conselho Técnico-Administrativo (CTA), a Direção, as Divisões e Serviços, uma Secretaria, a Administração Física e Patrimonial e a Contabilidade. São três as divisões da Biblioteca Central - a Divisão de Aquisição, Divisão de Processos Técnicos e Divisão de Apoio ao Usuário – cada uma responsável por serviços inerentes à sua área. (ESTATUTO, 1991).

Os principais serviços oferecidos pela Biblioteca Central hoje são:

- Reserva dos auditórios para realização de eventos;

- Salas de estudo em grupo que podem ser utilizadas tanto pela comunidade acadêmica da UFPE como pela comunidade externa;
- Acervo multimídia para consulta ou empréstimo;
- Assistência ao usuário com orientação à pesquisa no Sistema Pergamum e no uso das coleções, além de visitas dirigidas e treinamento de usuários para a utilização dos serviços oferecidos;
- Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, responsável pelo recebimento (depósito legal) das teses e dissertações defendidas pelos programas de pós-graduação da UFPE e disponibilização dos seus conteúdos no Repositório Institucional da UFPE;
- Cabines de estudo em grupo;
- Consultas, que podem ser feitas presencialmente ou pela internet, disponibilizadas para as comunidades acadêmica e externa;
- COMUT, serviço que permite a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informação internacionais. Entre os documentos acessíveis, encontram-se periódicos, teses, anais de congressos, relatórios técnicos e partes de documentos;
- Catalogação na fonte, que é um serviço oferecido para a elaboração de ficha catalográfica das publicações produzidas na UFPE (livros, monografias, dissertações e teses);
- Empréstimo domiciliar, feito apenas para a comunidade acadêmica com cadastro do Sig@;
- Estação da pesquisa, serviço de orientação de pesquisa bibliográfica em bases de dados on-line, disponíveis no Portal Periódicos CAPES. A orientação inclui assistência individual, treinamentos sistemáticos à grupos de pesquisadores (alunos, professores e bibliotecários), e atendimento on-line para localização de artigos científicos e outros documentos. (SISTEMA, 2020).

As bibliotecas setoriais, como integrantes do SIB e apoiadoras das atividades de ensino, pesquisa e extensão, também oferecem vários serviços iguais aos da Biblioteca Central, mas, sobretudo, são responsáveis pela elaboração das fichas catalográficas das produções acadêmicas da UFPE, como teses e dissertações.

Na seção seguinte é apresentada a metodologia utilizada para a construção do trabalho, mostrando o desenho da pesquisa, os instrumentos de coleta de dados utilizados, o campo da pesquisa e os sujeitos da pesquisa.

5 METODOLOGIA

Esta seção relata a metodologia utilizada na presente pesquisa, descrevendo o desenho, a abordagem, a tipologia e as características de uma pesquisa qualitativa, por meio de uma técnica descritiva e propositiva. São apresentados os instrumentos utilizados para a coleta de dados, o campo de investigação e a representação dos sujeitos participantes.

5.1 DESENHO DE PESQUISA

Segundo Bauer e Gaskell (2008), existem quatro dimensões que descrevem o processo de pesquisa: primeiro há o delineamento da pesquisa, que envolve o levantamento por amostragem, a observação participante, estudos de caso e experimentos; a segunda dimensão refere-se aos métodos de coleta de dados, englobando entrevista, observação e busca de documentos; na terceira dimensão há os tratamentos analíticos dos dados, como a análise de conteúdo e, a quarta e última dimensão envolve os interesses do conhecimento.

Esta pesquisa tem um desenho na perspectiva da pesquisa qualitativa, utilizando uma técnica descritiva e propositiva, realizada por meio de um levantamento bibliográfico a fim de mostrar relevantes argumentos que comprovem a necessidade da proposta da formulação da política objeto de estudo. Também foram utilizadas as técnicas de observação participante, verificando *in loco* as deficiências dos locais que abrigam os acervos de coleções especiais, bem como entrevistas estruturadas direcionadas a servidores que lidam com esses acervos.

Quadro 2 - Desenho de pesquisa

Variáveis de interesse	Dependente: Política de segurança dos acervos de coleções especiais Independentes: controle de temperatura; umidade; luminosidade
Técnicas	Pesquisa descritiva e propositiva
Instrumentos	Entrevistas; observação participante
Fontes	Biblioteca Central da UFPE; bibliotecários do SIB UFPE

Fonte: a autora

Para Minayo (2002), a pesquisa é a atividade básica da Ciência na sua investigação e construção da realidade, pois alimenta a atividade de ensino, atualizando-a frente à realidade do mundo, além de conectar pensamento e ação, ainda que seja uma prática teórica. As investigações começam sempre por um problema com uma questão vinculada com conhecimentos anteriores, mas que também podem requisitar a criação de novos referenciais.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Não existe um “continuum” entre “qualitativo-quantitativo”, em que o primeiro termo seria o lugar da “intuição”, da “exploração” e do “subjetivismo”; e o segundo representaria o espaço do científico, porque traduzido “objetivamente” e em “dados matemáticos”. (MINAYO, 2002, p. 21).

Numa tentativa de superar a polêmica existente entre pesquisa qualitativa e quantitativa, Bauer e Gaskell (2008) acreditam que não existe quantificação sem qualificação, uma vez que antes que se possa aferir quantas pessoas pertencem a uma ou outra categoria, é necessário saber identificar as distinções qualitativas entre as categorias sociais, pois a mensuração dos fatos sociais depende da categorização do mundo social.

5.2 LOCAL DE PESQUISA E SUJEITOS PARTICIPANTES

O campo de investigação da pesquisa é a Biblioteca Central da Universidade Federal de Pernambuco, local onde encontram-se os principais sujeitos do objeto de estudo deste trabalho. Tendo em vista que o foco da pesquisa se refere aos acervos de coleções especiais da Biblioteca Central, o critério adotado para a inclusão dos sujeitos participantes da pesquisa foi a escolha de servidores que trabalham direta ou indiretamente com esses acervos, todos lotados na Biblioteca Central. Dessa forma, foram incluídos na pesquisa:

- Dois servidores da Divisão de Aquisição;
- Dois servidores do Memorial Denis Bernardes;
- Um servidor do Setor de Acervos e Empréstimos

Foram excluídos cinco servidores que, apesar de atenderem às características dos sujeitos da pesquisa, foram convidados para participação, mas não retornaram o contato e, conseqüentemente, não responderam às perguntas. Então de um total de dez servidores que foram convidados a participar, cinco participaram efetivamente.

Com a missão de promover a formação de pessoas e a construção de conhecimentos e competências científicas e técnicas de referência mundial, a Universidade Federal de

Pernambuco é uma das melhores universidades do país, se destacando também em avaliações nacionais que avaliam os índices de desempenho dos alunos de graduação no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), a estrutura das instituições e o investimento em professores e nos cursos, juntos no Índice Geral de Cursos (IGC), e da titulação e produção científica dos professores da pós-graduação – pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 2020).

De acordo com o The World University Rankings (2020), a UFPE ocupa a vigésima terceira colocação entre as melhores universidades da América do Sul, vigésima nona colocação entre as melhores universidades da América Latina e décima quarta posição entre as melhores universidades do Brasil. Assim, diante da relevância da universidade a nível internacional, entende-se que os seus acervos bibliográficos representam um importante patrimônio histórico, científico e cultural, sobretudo os acervos de coleções especiais, uma vez que são constituídos, entre outros, por diversos documentos que retratam a memória institucional e do Estado de Pernambuco. Por esse motivo, faz-se necessário esse estudo.

5.3 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Técnica caracterizada por uma comunicação verbal que corrobora a importância da linguagem e do significado da fala, servindo como uma forma de coleta de informações sobre um determinado assunto, a entrevista é o procedimento mais utilizado no trabalho de campo, pois possibilita a obtenção de dados objetivos e subjetivos. Por meio da entrevista, o pesquisador tenta buscar dados contidos na fala dos atores sociais, para assim coletar fatos relatados por eles como sujeitos-objeto da pesquisa que vivem a realidade do que está sendo estudado. As entrevistas podem ser individuais ou coletivas, bem como podem ser estruturadas e não-estruturadas, ou seja, mais ou menos dirigidas, já que as estruturadas são realizadas com perguntas previamente formuladas e as não-estruturadas são abertas. (MINAYO, 2002).

As entrevistas, a princípio, seriam semiestruturadas e realizadas presencialmente, de modo a haver a interação entre a pesquisadora e os entrevistados, no entanto, devido ao cenário da pandemia do Covid-19, não houve a possibilidade de realizá-las de tal maneira. Dessa forma, os atores sujeitos-objeto do estudo foram convidados a participar da pesquisa por meio do instrumento entrevista estruturada, que foram enviadas aos participantes pelo WhatsApp, com explicações sobre o objetivo da pesquisa e preservação do anonimato, solicitando as respostas em formato de áudio, porém apenas um dos entrevistados respondeu por áudio, os demais preferiram responder de forma escrita.

O artigo primeiro da Resolução 510/2016 dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, indicando que não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP, entre outras, “pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito”. (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2016). Assim, levando-se em consideração que a pesquisa atual não envolve diretamente seres humanos, mas tem como objetivo apenas o monitoramento de um serviço com a finalidade de propor sua melhoria, não houve a necessidade de passar por uma análise ética.

Outra técnica utilizada na pesquisa qualitativa é a observação participante, feita pelo contato direto do pesquisador com o fenômeno observado, a fim de se ter informações sobre a realidade que os atores sociais vivenciam. De acordo com Minayo (2002), essa técnica é importante porque viabiliza a captação de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio das perguntas, pois a observação direta na própria realidade transmite o que há de incomensurável e dúbio na vida real.

Nesse sentido, também foi realizada a observação participante nesta pesquisa por meio da verificação do local objeto de estudo, percebendo as reais necessidades e insuficiências dos acervos de coleções especiais da Biblioteca Central e estabelecendo um contato direto com alguns atores, objetivando identificar a realidade vivenciada por eles. Outrossim, também foi realizado um levantamento bibliográfico sobre as questões exploradas, para fins de parametrização entre a realidade do campo da pesquisa e o que está descrito na literatura.

Com relação à análise dos dados, foi utilizada nesta pesquisa a técnica de análise de conteúdo, que “...é uma técnica de análise das comunicações, que irá analisar o que foi dito nas entrevistas ou observado pelo pesquisador. Na análise do material, busca-se classificá-los em temas ou categorias que auxiliam na compreensão do que está por trás dos discursos”. (SILVA, FOSSÁ, 2015, p. 2). Nesse contexto, a próxima seção apresentará a análise e interpretação dos dados, mostrando os resultados obtidos.

6 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

Segundo Bardin (1977), a análise de conteúdo não se trata de um instrumento, mas é um conjunto de técnicas de análise das comunicações com uma variedade de ferramentas, ou, pode ser ainda considerada, um único instrumento, porém marcado por uma grande discrepância de formas e flexível a um campo de aplicação muito extenso, que são as comunicações. Esse conjunto de técnicas tem por finalidade obter indicadores, por meio da utilização de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, com o propósito de que estes indicadores, quantitativos ou não, viabilizem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção destas mensagens.

Sintetizando, o método de análise de conteúdo compreende as seguintes fases:

- 1) Leitura geral do material coletado (entrevistas e documentos);
- 2) Codificação para formulação de categorias de análise, utilizando o quadro referencial teórico e as indicações trazidas pela leitura geral;
- 4) Recorte do material, em unidades de registro (palavras, frases, parágrafos) comparáveis e com o mesmo conteúdo semântico;
- 5) Estabelecimento de categorias que se diferenciam, tematicamente, nas unidades de registro (passagem de dados brutos para dados organizados). A formulação dessas categorias segue os princípios da exclusão mútua (entre categorias), da homogeneidade (dentro das categorias), da pertinência na mensagem transmitida (não distorção), da fertilidade (para as inferências) e da objetividade (compreensão e clareza);
- 6) agrupamento das unidades de registro em categorias comuns;
- 7) agrupamento progressivo das categorias (iniciais → intermediárias → finais);
- 8) inferência e interpretação, respaldadas no referencial teórico. (SILVA; FOSSÁ, 2015).

Conforme Bardin (1977), apesar de algumas similaridades, há diferenças cruciais entre a análise de conteúdo e a análise documental, visto que esta trabalha com documentos e tem por finalidade representar a informação de maneira condensada, para consulta e armazenagem, enquanto aquela trabalha com mensagens (comunicação), objetivando manipular esse conteúdo e sua expressão para apontar os indicadores que possibilitem inferir sobre uma outra realidade diferente da mensagem.

Para interpretar os dados coletados nesta pesquisa, foi realizada uma análise de conteúdo comparando os relatos das entrevistas com a literatura. Assim, o quadro abaixo representa um resumo das respostas obtidas por meio de entrevistas estruturadas, utilizadas como instrumento de coleta de dados para o estudo em questão, porém as transcrições completas das entrevistas encontram-se nos apêndices.

Quadro 3 – Síntese das respostas das entrevistas

	Sujeito 1	Sujeito 2	Sujeito 3	Sujeito 4	Sujeito 5
Suas atividades estão diretamente relacionadas aos acervos de coleções especiais?	Sim	Não diretamente na armazenagem, mas sim na seleção	Não atualmente, mas tem acesso	Sim	Sim
As salas que abrigam os acervos de coleções especiais da BC da UFPE possuem condições apropriadas para a conservação e preservação desses acervos?	Não	Não respondeu	Não	Não	Não
A temperatura ambiente é um fator que interfere na conservação e preservação das obras de coleções especiais?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Os acervos de coleções especiais da BC da UFPE estão abrigados em salas com a temperatura adequada?	Sim, no MDB	Não é constante a temperatura	Não	Não	Sim, no MDB
Qual é a média da temperatura ambiente dessas salas?	Entre 20° e 22° no MDB	25° no DAPT	37° sem ar condicionado	Programados para ficar entre 18° e 22°	22° no MDB
A umidade do local é um fator que deve ser considerado quando se trata de conservação e preservação dos acervos?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Qual é o nível de umidade que você acredita que seja ideal para os locais que armazenam as coleções especiais?	Entre 45% e 60%	Não respondeu	Entre 30% e 50%	Não sabe dizer de forma precisa	Entre 30% e 50%
As salas dos acervos de coleções especiais da BC da UFPE possuem o nível de umidade controlado para conservar e preservar as obras?	Sim, no MDB	Não respondeu	Não	Não	Sim, no MDB
A luz em excesso pode danificar as obras?	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Os acervos de coleções especiais da Biblioteca Central da UFPE estão alojados em locais com controle de luminosidade?	Não	Materiais em transição não recebem luz natural diretamente	Não	Não	Foram adotadas alternativas para diminuir os danos
Os locais que abrigam os acervos de coleções especiais da BC da UFPE apresentam problemas que possam interferir na segurança das obras quanto à conservação e preservação das obras?	Sim	Não respondeu	Sim	Sim	Sim
Quais melhorias você considera que seriam necessárias para uma maior segurança dos acervos de coleções	Capacitação técnica do pessoal; disponibilizar EPIs;	Não respondeu	Equipamentos para controle de umidade, temperatura e luz;	Tem que praticamente mudar	Reconhecer que as bibliotecas possuem acervos valiosos;

especiais da Biblioteca Central da UFPE no que se refere à conservação e preservação das obras?	distribuir higrômetros e desumidificadores; plano de gestão de riscos		controlar temperatura e umidade o ano inteiro; materiais adequados para armazenamento; equipe especializada em obras raras e coleções especiais; política sobre preservação dos acervos especiais	tudo; colocar estantes deslizantes.	investir em higienização; materiais adequados para armazenamento; política sobre preservação dos acervos especiais
---	---	--	---	-------------------------------------	--

Fonte: a autora (2020)

O quadro 3 representa de forma sucinta as respostas dadas pelos sujeitos entrevistados da Biblioteca Central da UFPE. De acordo com as respostas, pode-se observar que apenas um dos entrevistados não trabalha atualmente de forma direta com os acervos de coleções especiais, porém tem acesso a eles. Com exceção do sujeito 2, que não se sentiu qualificado para responder à questão, todos os demais sujeitos concordam que as salas que abrigam os acervos de coleções especiais da BC da UFPE não possuem condições apropriadas para a conservação e preservação desses acervos. Quando perguntado se a temperatura ambiente é um fator que interfere na conservação e preservação das obras de coleções especiais, foi unanimidade a resposta sim. Com relação à temperatura adequada nas salas que abrigam os acervos de coleções especiais, dois entrevistados responderam que as salas não possuem temperatura adequada e um respondeu que no seu setor de trabalho a temperatura não é constante, porém os entrevistados que trabalham no Memorial Denis Bernardes acreditam que lá a temperatura é adequada. Dos que responderam que a temperatura não é adequada, um informou que a temperatura sem ar condicionado gira em torno de 37° C e o outro disse que os aparelhos de ar condicionado

da BC são programados para ficar entre 18 e 22° C, mas isso pode variar de acordo com a época do ano. O sujeito que disse que na sua sala de trabalho a temperatura não é constante, informou que a mesma no seu setor é de 25° C. Já aqueles que trabalham no MDB e acham que no seu setor a temperatura é adequada, um informou que ela fica entre 18 e 22° C e o outro disse que é de 22° C. No entanto, no que tange à questão da temperatura ideal para acervos de coleções especiais e obras raras, a literatura indica que o ideal é algo em torno de 12° C, como atesta Rodrigues (2007). Portanto, pode-se constatar que apesar de existir um setor que tenta fazer um controle da temperatura, ainda assim ele não consegue atingir o ideal necessário para o tipo de acervo. Vale ressaltar que, segundo Spinelli Júnior (1997), 20° a 22° C de temperatura são valores aceitáveis para fins de conservação de acervos bibliográficos, no entanto esses valores não são direcionados aos acervos de coleções especiais, que demandam condições diferenciadas. De acordo com o sujeito 4, falando sobre os setores que têm acervos de coleções especiais, ele afirmou que “todos têm problema de trânsito de pessoas, porque isso é uma das coisas que a gente precisa entender que a gente tem que ter um espaço para o acervo e um espaço para o servidor”. (APÊNDICE E). Observando essa fala é possível perceber que esse é um dos problemas que fazem com que não se consiga atingir uma temperatura ideal nas salas que abrigam esses acervos, já que pessoas transitam e trabalham no mesmo ambiente, o que inviabiliza manter uma temperatura tão baixa.

Continuando a interpretação das respostas, todos os sujeitos concordam que a umidade do local é um fator que deve ser considerado quando se trata de conservação e preservação dos acervos. Quanto ao nível de umidade ideal para os acervos de coleções especiais, dois entrevistados pensam que deve ser entre 30% e 50%, um acredita que deve ser entre 45% e 60%, um não respondeu e outro informou que não sabe dizer com precisão, pois acha que devido ao local onde se encontra a BC, uma região bastante úmida no bairro da Várzea, no Recife, deveria ser realizado um estudo específico para verificar o nível ideal de umidade de acordo com a localização. Os sujeitos que trabalham no MDB informaram que no seu setor o nível de umidade é controlado com no mínimo 30% e no máximo 50% de umidade, mas dois sujeitos disseram que não há controle do nível de umidade nas salas dos acervos de coleções especiais da BC e outro não se sentiu apto a responder. Ainda sobre essa questão da umidade, o entrevistado 1 falou que “a higroscopicidade, característica comum ao papel, associada à umidade, provoca dilatações e contrações bruscas que levam ao rompimento da estrutura do papel”. (APÊNDICE B). Já o sujeito 5 afirmou que “o excesso de umidade no ambiente é um fator que contribui muito para a degradação do papel e de outros materiais acondicionados nas bibliotecas”. (APÊNDICE F). Essas afirmações corroboram a necessidade de manutenção de

um controle de umidade nos locais que abrigam as coleções especiais e obras raras, tendo em vista que normalmente são livros mais frágeis, por serem mais antigos e, conseqüentemente, estão mais propícios à degradação, carecendo de maiores cuidados. É importante observar que o Memorial Denis Bernardes é um setor que está conseguindo manter um bom nível de umidade, já que segundo Rodrigues (2007), a umidade relativa do ar deve estar entre 50% e 60%.

Nas questões que tratam da luminosidade, foi unânime a afirmação de que a luz em excesso pode danificar as obras. Como justificativa para a sua posição, o entrevistado 1 declarou que “uma Iluminação inadequada em ambientes que custodiam coleções especiais é capaz de fragilizar os materiais constitutivos dos documentos, conduzindo a um processo de envelhecimento e até a danos irreparáveis do suporte. Tal processo é conhecido como fotodegradação”. (APÊNDICE B). O sujeito 3, para explicar a mesma situação, alegou que “a luminosidade também é fator importante para a conservação e preservação dos acervos, pois, pode acelerar a deterioração dos acervos”. (APÊNDICE D). Contudo, mesmo todos estando cientes de que a luminosidade alta pode afetar a vida útil das obras, três sujeitos responderam que os acervos de coleções especiais da Biblioteca Central da UFPE não estão alojados em locais com controle de luminosidade. Um sujeito falou que os materiais que estão em transição, ou seja, em processo de separação e catalogação antes de irem para o acervo, não recebem luz natural diretamente, enquanto um outro entrevistado informou que no seu setor foram adotadas alternativas para diminuir os danos, como o uso de estantes fechadas. Rodrigues (2007) atesta que o limite ideal de radiação ultravioleta para os acervos deve ser de 75UV (m w/lúmen), porém foi constatado por meio de observação participante que em um dos setores que abrigam as coleções especiais da BC há uma grande incidência de luz solar, como mostra a figura 4, podendo essa situação ser minimizada com ações simples, como a utilização de películas escuras ou até cortinas nas janelas do local, mas além de não ter esse tipo de paliativo, também não há na biblioteca disponibilidade de luxímetros para medir a intensidade da luz e tentar fazer um controle da luminosidade. Também por meio da observação, foi verificado que o único setor que tenta reduzir esse problema é o Memorial Denis Bernardes, pois lá existem estantes deslizantes que podem ficar fechadas para diminuir a incidência da luz solar nos materiais. Para finalizar as justificativas dos entrevistados quanto à questão do controle de luminosidade nos acervos de coleções especiais, um dos entrevistados foi enfático ao afirmar que “mais uma vez os acervos de coleções especiais da Biblioteca Central não estão alojados em locais com controle de luminosidade considerando os níveis ideais. Com certeza, os ambientes onde os acervos estão colocados na Biblioteca Central e em todo o sistema de bibliotecas, eles não são

adequados, não são ideias para a preservação de acervos de memória e acervos de coleções especiais e obras raras”. (APÊNDICE E).

Uma das perguntas das entrevistas refere-se aos problemas existentes nos locais que abrigam os acervos de coleções especiais da BC da UFPE que possam interferir na segurança das obras quanto à conservação e preservação delas. Apenas um dos sujeitos não se sentiu qualificado para responder à essa questão, mas os demais apontaram vários problemas. Entre eles, estão:

- Manutenção periódica das janelas dos espaços;
- Maior oferta de estantes que otimizem o espaço físico e protejam os documentos;
- Acondicionamento - as obras não possuem envelopamento de proteção ou local especial para guarda;
- Luminosidade - a luz natural (solar) penetra através das vidraças e a iluminação artificial (led) do ambiente é uniforme em todo o salão de acervos, durante o expediente;
- Climatização - Os aparelhos de ar-condicionado funcionam apenas durante o horário de expediente. Ou seja, a temperatura e a umidade são instáveis e podem ser agressivas ao acervo tendo em vista que todas as noites, finais de semanas e feriados os aparelhos se mantêm desligados.
- Trânsito de pessoas nos acervos de coleções especiais;
- Incidência de bichos e insetos;
- Falta de uma equipe de limpeza treinada para lidar com estes acervos;
- Falta de treinamento para profissionais e bolsistas que atuam no setor.

O entrevistado 4 atestou que “eu não sei se no caso da Biblioteca Central, pelo prédio que a gente tem, que é muito antigo, um prédio que foi construído numa época que não se pensava muito nessas coisas, então talvez a gente não vai conseguir nunca ter um ambiente ideal para isso, por questão de espaço, por a gente ter um acervo muito grande, então talvez a gente nunca vai conseguir adequar 100%, mas que realmente os espaços estão totalmente fora do que seria um ambiente ideal para conservação de obras raras, estão, isso aí sem dúvida nenhuma”. (APÊNDICE E).

Por fim, foi perguntado aos sujeitos quais melhorias seriam necessárias para uma maior segurança dos acervos de coleções especiais da Biblioteca Central da UFPE no que se refere à conservação e preservação das obras. Quatro dos cinco entrevistados consideraram algumas melhorias, mas o que chamou a atenção foi que três deles acreditam que deve haver uma política de gestão de riscos para a preservação dos acervos de coleções especiais. O sujeito 1 enfatizou,

entre outras melhorais, “elaboração de um Plano de Gestão de Riscos, aumentando a capacidade de prevenção e antecipando-se a possíveis ocorrências, evitando e minimizando os efeitos negativos dos diversos agentes de risco”. (APÊNDICE B). As melhorias descritas são:

- Capacitação técnica do pessoal;
- Disponibilização de equipamentos de proteção individual;
- Distribuição de higrômetros e desumidificadores;
- Equipamentos para controle de umidade, temperatura e luz;
- Controlar temperatura e umidade o ano inteiro;
- Materiais adequados para armazenamento;
- Equipe especializada em obras raras e coleções especiais;
- Colocar estantes deslizantes;
- Reconhecer que as bibliotecas possuem acervos valiosos;
- Investir em higienização;
- Política de gestão de riscos para preservação dos acervos especiais.

Um dos quatro sujeitos que citou as melhorias acredita que nada que se faça no prédio da Biblioteca Central vai chegar a cem por cento, mas pensa que há condições de chegar a um máximo adequado e disse: “a gente tem muitos animais, muitos insetos, tem muita umidade, muita luminosidade, muita gente transitando no ambiente, então assim, tudo isso precisa ser pensado e criar um ambiente adequado para que a gente pudesse fazer essas melhorias para que o acervo pudesse ser mais bem conservado”. (APÊNDICE E).

Por meio da observação participante também foram verificados alguns problemas no Setor de Coleções Especiais. Devido ao seu valor cultural, histórico e monetário, as coleções especiais devem ficar em lugar reservado da biblioteca, afastadas dos demais acervos e com melhores condições de segurança, sobretudo no que concerne aos níveis de temperatura, umidade e luminosidade. No entanto, foi observado que não é isso que acontece na Biblioteca Central da UFPE, pois não existe um local específico para o Setor de Coleções Especiais e, hoje, ele se encontra no mesmo ambiente do acervo geral da biblioteca, sem as condições necessárias de segurança para conservação e preservação das obras.

A figura abaixo mostra claramente que os acervos de coleções especiais não estão abrigados em locais adequados, pois o nível de luminosidade está bem alto, afetando diretamente as obras, o que pode impactar na danificação das mesmas, por serem obras antigas e já bastante fragilizadas. Outro fator a ser observado é o acúmulo de cadeiras no final do corredor, como se o local fosse um depósito, evidenciando um certo descaso com o setor.

Figura 4 – Coleções Especiais



Fonte: a autora (2019)

Figura 5 – Infiltração no teto



Fonte: a autora (2019)

A figura 5 mostra que o nível de umidade da sala que abriga as coleções especiais é bastante elevado, provocando infiltrações em todo o ambiente, outro fator que deve ser levado em consideração na conservação e preservação do acervo, pois a umidade alta é propícia para a proliferação de fungos nos materiais.

Figura 6 – Obras de grandes dimensões alojadas incorretamente



Fonte: a autora (2019)

Outro problema recorrente são as condições em que alguns livros se encontram, como mostra a figura 6, muitos precisando de encadernação ou acondicionamento em caixas específicas para uma melhor preservação, bem como não há estantes apropriadas para alojar as obras de grandes dimensões, que ficam guardadas de modo incorreto, correndo o risco de rápida deterioração. Além disso, boa parte desse acervo está acondicionada próxima a alguns livros danificados, com fungos, que estão ali por não ter outro espaço para guardá-los até que sejam higienizados.

Contudo, levando-se em conta o problema de pesquisa deste trabalho, que questiona a necessidade de haver uma política de gerenciamento de riscos para garantir a segurança

apropriada nos locais que armazenam as coleções especiais da Biblioteca Central da UFPE, considerando fatores como controle de temperatura, umidade e luminosidade, que podem afetar a conservação e preservação das obras, constata-se por meio das respostas apresentadas pelos entrevistados que esses fatores realmente afetam a vida útil das obras, tendo em vista que 100% dos sujeitos concordam que tanto a temperatura como a umidade interferem na conservação e preservação das obras de coleções especiais, bem como a luz em excesso danifica as obras, reduzindo o seu tempo de vida. Conforme Souza, Azevedo e Loureiro (2017), deve haver um controle e monitoramento dos níveis de temperatura, umidade e luz a fim de preservar essas coleções chamadas especiais para o futuro e elas devem ser armazenadas separadas das demais. Também fica comprovado, de acordo com as respostas das entrevistas e com a observação participante por parte da pesquisadora, que a BC não possui condições adequadas para alojar esses tipos de acervos, pois apresenta vários problemas de luminosidade, temperatura e umidade, além de outras deficiências pertinentes à conservação e preservação das obras.

Pinheiro (2015) afirma que a coleção especial pode ser caracterizada pela singularidade ou raridade das obras, ou ainda pelo compromisso da instituição com a preservação dos materiais a longo prazo, com também pode conter os materiais mais valiosos da biblioteca, que por esse motivo devem ficar em uma área reservada, com maior segurança. Alves (2015) entende que no cenário de preservação da cultura, das artes e da memória dentro da universidade, muitas bibliotecas olham de um modo diferenciado para suas coleções especiais, evidenciando duas situações, uma que apresenta a coleção especial como um ativo estratégico na missão da biblioteca e outra que mostra a preocupação com a preservação e salvaguarda destas coleções.

Os resultados obtidos pela pesquisa mostram um retrato das condições dos acervos de coleções especiais da BC na ausência de uma política de gestão dos riscos que podem provocar a degradação dos materiais. Acredita-se que a existência de uma política nesse sentido teria condições de impor regras e obrigações aos servidores que lidam com esses acervos e, à medida em que proporcionasse melhores condições de trabalho e segurança dos locais que alojam os acervos, também estaria incentivando os servidores a cuidar melhor desse patrimônio.

Considerando os elementos citados por Rochefort e Cobb (1984 apud CAPELLA, 2018) que sempre são utilizados para a definição de problemas, já vistos na seção 2, é válido o entendimento de que os resultados coletados podem chamar a atenção dos atores centrais do processo de formulação de políticas para colocar o problema na agenda da UFPE pelo elemento da percepção da gravidade, pois é fato que as obras de coleções especiais da Biblioteca Central estão se desgastando rapidamente devido às condições inadequadas de armazenamento. O

elemento da incidência também é relevante para se definir esse problema conforme os resultados apresentados, já que a situação pode ser considerada mais grave que outras por haver uma grande incidência de deterioração.

Segundo os conceitos de agenda sistemática e governamental de Cobb e Elder, estudados por Capella (2018), pode-se dizer que hoje esse problema da ausência de uma política de gerenciamento de riscos dos acervos de coleções especiais da Biblioteca Central da UFPE precisa ser colocado na agenda sistêmica, uma vez que é uma questão considerada importante pelos atores envolvidos com ela e é de competência da administração da universidade. Depois disso, a ideia é que haja o reconhecimento desse problema por parte dos tomadores de decisão e que ele possa entrar na agenda governamental, que engloba os assuntos que são relevantes também para esses tomadores de decisão, responsáveis pela formulação das políticas públicas.

Entretanto, para chegar na agenda sistêmica e posteriormente transitar para a agenda governamental, pode-se utilizar o modelo de iniciativa externa proposto por Cobb, Ross e Ross (1976 apud CAPELLA, 2018), em que as demandas da questão devem ser planejadas em termos genéricos por um grupo externo à administração, nesse caso um grupo formado pelos bibliotecários da Biblioteca Central, e depois devem ser traduzidas em demandas mais específicas. Para atrair a atenção dos formuladores de políticas públicas o grupo inicial pode expandir a questão a outros grupos, que podem incluir os estudantes dos cursos de Biblioteconomia e de Ciência da Informação, bem como os demais bibliotecários do SIB, ainda que corra o risco de perder o controle sobre a questão. Segundo Kingdon (2003 apud CAPELLA, 2018, p. 29), há ainda uma terceira agenda, que é a decisória, entendida como um subconjunto da agenda governamental e composta pelos assuntos que estão prestes a se tornarem políticas públicas. Nesta percepção, o problema ainda teria que chegar a essa agenda decisória depois de passar pela agenda governamental.

Com a finalidade de mostrar a relevância da questão a ser colocada na agenda, pode-se também apresentar aos gestores da universidade algumas universidades que já possuem um plano de gerenciamento de riscos para seus acervos, objetivando a conservação e preservação das obras. Um exemplo disso é a Universidade de Brasília, que possui um plano de contingência que abrange a sua Biblioteca Central e as bibliotecas setoriais, tendo “...o objetivo de identificar riscos e elencar ações prioritárias para preveni-los e/ou mitigar seus efeitos, prevalecendo a ação preventiva e evitando planejamentos compensatórios futuros”. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2020, p. 4). O plano envolve ações preventivas e ações de contingência para diversos tipos de riscos identificados, como riscos físicos (temperaturas extremas, umidade etc.), riscos biológicos (fungos, bactérias, insetos etc.), riscos de acidentes (arranjo físico

inadequado, iluminação insuficiente etc.), entre outros. O plano também indica os danos que podem ocorrer e o nível de impacto que podem causar caso ocorram, tanto para o acervo em si, como para os servidores e usuários, fazendo com que as pessoas reconheçam o estrago que pode acontecer e tenham uma maior responsabilidade com as ações preventivas. Por isso é essencial que haja um plano de gestão de riscos para acervos e é provável que esse reconhecimento e responsabilidade também ocorram com as partes envolvidas na Biblioteca Central da UFPE com a criação de uma política nesse sentido.

Portanto, nesse contexto, mostra-se necessária a formulação de uma política de gerenciamento de riscos dos acervos de coleções especiais da Biblioteca Central da UFPE com a finalidade de minimizar os danos que podem ser provocados por agentes externos, na tentativa de promover uma maior conservação e preservação dos materiais, maximizando o tempo de vida útil de um acervo de memórias valiosas.

Diante disso, a seção subsequente traz o produto final do trabalho, apontando as diretrizes traçadas de acordo com a literatura especializada que podem contribuir para a formulação da política em estudo.

7 DIRETRIZES PARA A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA

Como dito anteriormente, na seção 2, o primeiro passo para que uma política pública possa existir é identificar o problema e depois colocá-lo na agenda governamental. Depois disso, são traçadas as diretrizes para que a política possa ser formulada, sendo essa etapa uma das cruciais para que a implementação ocorra de forma satisfatória. Na formulação o objetivo da política é definido por meio do detalhamento de soluções e alternativas que já estão definidas na agenda, selecionando as melhores alternativas para solucionar o problema.

De acordo com Secchi (2013 apud RAEDER, 2014, p. 132), a fase da formulação divide-se nos estágios da formulação de alternativas e da tomada de decisão, sendo o primeiro de suma importância como instrumento de poder uma vez que, para o autor, a definição de alternativas é a escolha de conflitos. Para Capella (2018), as políticas públicas são desenhadas por meio de instrumentos ou ferramentas que traduzem os propósitos dos formuladores de políticas em ações concretas e nesse ponto de vista os instrumentos estruturam a ação pública, isto é, estabelecem padrões institucionalizados de conduta entre indivíduos e organizações.

Nesse contexto, como se trata de uma política pública a ser formulada pela UFPE, após ser detectada pela administração da universidade a real necessidade de se colocar essa política na agenda, será preciso que haja diretrizes norteadoras para a formulação propriamente dita. Dessa forma, o produto final desta pesquisa pretende apresentar alguns procedimentos que possam contribuir para a etapa da formulação de uma política pública de gerenciamento de riscos dos acervos de coleções especiais da Biblioteca Central da UFPE, com ênfase na conservação e preservação das obras, levando-se em consideração não apenas as variáveis estudadas, mas também outros fatores que se fazem necessários para esse gerenciamento.

De acordo com a análise dos dados, foi visto que existem deficiências nos locais que abrigam as coleções especiais, sobretudo no que se refere a questões como temperatura, umidade e luminosidade. Assim, com base nos resultados da pesquisa e nas recomendações da literatura, atendendo à proposta final do trabalho, seguem algumas diretrizes para auxiliar em uma possível formulação da política em evidência.

a) Procedimentos para o controle de fatores ambientais (temperatura, umidade, iluminação e poluição atmosférica):

- Na medida do possível, manter os acervos de coleções especiais em uma sala isolada, com acesso de pessoas apenas em casos de necessidade;

- Controlar a temperatura do ambiente em que se encontram os acervos de coleções especiais para que se mantenha em 12° C, caso a sala não tenha fluxo de pessoas. Caso contrário, manter a temperatura entre 18 e 22° C;
- Estabelecer medidas para que a temperatura do ambiente se mantenha constante o tempo inteiro e os aparelhos de ar-condicionado não sejam desligados fora do horário de expediente;
- Disponibilizar higrômetros para que se possa medir a umidade relativa do ar;
- Considerando que a BC se encontra em uma região bastante úmida, disponibilizar desumidificadores para todas as salas que comportam acervos de coleções especiais, a fim de controlar a umidade relativa do ar para que se mantenha entre 50 e 60%;
- Utilizar apetrechos como cortinas, persianas, filtros especiais para absorção do ultravioleta e filmes refletores de calor para reduzir a incidência de luz solar diretamente nos documentos, pois o limite ideal de radiação ultravioleta para os acervos deve ser de 75UV (m w/lúmen);
- Disponibilizar luxímetros para a aferição da intensidade da radiação ultravioleta;
- Disponibilizar estantes deslizantes para todos os acervos de coleções especiais, uma vez que elas possibilitam a redução de incidência de luz solar diretamente nas obras;
- Colocar filtros nos sistemas de ventilação para diminuir a poluição atmosférica.

b) Procedimentos para minimizar o ataque de agentes biológicos (insetos, roedores e fungos):

- Fazer constantemente higienização específica para eliminar o máximo possível das sujidades extrínsecas às obras;
- Acondicionar as obras danificadas em caixas especiais para evitar maiores danos;
- Manter uma equipe de limpeza com treinamento constante para lidar com esse tipo de acervo;
- Não permitir o consumo de alimentos nas salas que abrigam as coleções especiais;
- Manter o ambiente sempre limpo;
- Realizar desinfestações preventivas com o uso de inseticidas, por meio de empresas especializadas;
- Controlar temperatura e umidade;
- Manter ralos e aberturas de paredes e pisos fechados.

c) Procedimentos para evitar desastres (incêndios e inundações) e roubos:

- Manutenção rotineira da edificação da biblioteca;

- Inspeção periódica dos equipamentos e instalações;
- Vistoriar constantemente o sistema de eletricidade do prédio da biblioteca;
- Elaborar um manual para casos de emergência;
- Treinar a equipe de trabalho e mantê-la atualizada com relação às normas de segurança;
- Fazer verificação periódica dos extintores de incêndio;
- Não permitir o uso de cigarros no ambiente da biblioteca;
- Desligar os aparelhos elétricos ao final do expediente;
- Instalar equipamentos de detecção de fumaça;
- Criar uma equipe de brigada anti-incêndio treinada pelo Corpo de Bombeiros;
- Todos devem ter conhecimento do número de telefone do Corpo de Bombeiros local;
- Para evitar roubos, manter os dispositivos antifurtos sempre com funcionamento adequado;
- Não permitir a entrada de usuários com bolsas, mochilas ou pastas nas salas de coleções especiais;
- Liberar a consulta das obras apenas mediante a apresentação de um documento de identificação e na sala em que se encontra o acervo, sob a supervisão de algum funcionário;
- Em caso de falta de energia, não liberar a entrada de usuários nas salas de coleções especiais.

d) Procedimentos gerais:

- Realizar capacitação técnica do pessoal de trabalho para lidar com os acervos de coleções especiais e obras raras;
- Disponibilizar equipamentos de proteção individual para a realização do trabalho de processamento técnico das obras;
- Adquirir estantes adequadas para acondicionar os documentos de grandes dimensões;
- Disponibilizar envelopamentos e caixas de proteção especial para a guarda dos documentos;
- Controlar o fluxo de pessoas transitando nos ambientes que abrigam os acervos de coleções especiais e obras raras;
- Providenciar, por meio de empresas especializadas, a restauração das obras que estão danificadas, entendendo que todas elas possuem um grande valor histórico e cultural.

Na próxima seção serão feitas as considerações finais do trabalho.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a ótica da formulação de políticas públicas, esta pesquisa traz como problema o questionamento sobre a necessidade de se formular uma política pública dentro da Universidade Federal de Pernambuco para atender ao gerenciamento de riscos dos acervos de coleções especiais e obras raras da Biblioteca Central da universidade, objetivando uma maior conservação e preservação das obras por meio do controle de fatores que podem deteriorá-las com maior rapidez, como a temperatura, a umidade e a luminosidade.

É uma pesquisa com o método qualitativo, de cunho descritivo e propositivo, visto que o objetivo final é a sugestão de algumas diretrizes que possam nortear uma futura formulação da política pública em evidência, utilizando para isso um levantamento da literatura especializada e, como instrumentos de coleta de dados, entrevistas estruturadas direcionadas aos servidores que trabalham com os acervos de coleções especiais da BC da UFPE e observação participante nos locais que abrigam esses acervos, por parte desta pesquisadora.

Após a análise dos dados coletados, fica compreendido que as variáveis independentes propostas no trabalho – temperatura, umidade e luminosidade – de fato interferem diretamente na variável dependente, que é a segurança dos acervos de coleções especiais, pois o que a literatura indica reflete isso, mas a realidade dos setores que abrigam essas coleções especiais na Biblioteca Central difere muito do que seria considerado ideal de acordo com a literatura, fato constatado tanto pela observação participante como pela interpretação dos dados coletados pelas entrevistas, em que por unanimidade os sujeitos entrevistados declararam reconhecer que tanto a temperatura como a umidade interferem na conservação e preservação das obras de coleções especiais, bem como a luz em excesso danifica as obras, reduzindo o seu tempo de vida, mas, informaram que a biblioteca de um modo geral não possui o controle desses fatores.

Ainda de acordo com as respostas expostas pelos entrevistados, comprova-se que a Biblioteca Central da UFPE não tem condições ideais para alojar acervos de coleções especiais de modo a favorecer a conservação e preservação dos materiais, uma vez que apresenta demasiados problemas que afetam as obras consideradas tão valiosas, tanto monetariamente quanto pelo valor histórico, cultural e de memória. Um fator a ser considerado nesse momento em que o mundo está vivenciando uma pandemia é a situação atual em que os acervos se encontram, pois, se em períodos normais já existem vários problemas referentes à temperatura inconstante, bem como luminosidade e umidade inadequadas, provavelmente neste período em que a biblioteca está fechada há meses os problemas devem ter se agravado, provocando uma rapidez na deterioração das obras. Outro fator que precisa ser levado em conta é a capacitação

dos servidores que trabalham com os acervos de coleções especiais, pois mostra-se necessário um investimento nesse sentido, uma vez que as próprias entrevistas apresentam opiniões desencontradas dos servidores com relação à parte mais técnica, indicando que possivelmente há falta de conhecimentos específicos da área, problema que pode ser contornado com a disponibilização de cursos especializados.

Infelizmente existe no país uma cultura de desvalorização da leitura e conseqüentemente do livro, fator que está se agravando com a era digital e que pode influenciar na falta de investimento na Biblioteca Central, mas é fato que as bibliotecas com o seu papel de democratizar a cultura não devem ter seus acervos desmerecidos, sobretudo por preservar o patrimônio cultural. Então mesmo que essa pesquisa tenha sido direcionada à Biblioteca Central da UFPE, a falta da política de gerenciamento de riscos dos acervos de suas coleções especiais não importa apenas ao público que trabalha com essas coleções, tendo em vista o seu valor histórico, científico e cultural, por isso a consequência de não haver uma política nesse sentido pode afetar toda a comunidade da UFPE, que corre o risco de perder obras tão valiosas por não estarem sendo conservadas da maneira correta, bem como pode afetar indiretamente a população externa à universidade que de alguma forma precise de informações que podem ser encontradas na BC da UFPE. Dessa forma, seria interessante que houvesse algum tipo de mobilização por parte dos bibliotecários da Biblioteca Central com o apoio tanto dos estudantes dos cursos de Biblioteconomia e de Ciência da Informação como dos outros bibliotecários do Sistema de Bibliotecas da UFPE, a fim de alertar os responsáveis pela tomada de decisões da universidade para reconhecer a necessidade de colocar essa questão na agenda governamental e então formular a política de gerenciamento de riscos dos acervos de coleções especiais da Biblioteca Central, para fins de garantir que fatores extrínsecos não danifiquem os documentos e haja a possibilidade de se conseguir uma maior conservação e preservação de tais acervos.

Diante do exposto, acredita-se que a pesquisa tenha atendido o seu objetivo central de verificar como a falta de uma política pública de gerenciamento de riscos afeta as condições de segurança dos locais que abrigam as coleções especiais da Biblioteca Central da UFPE, satisfazendo também aos objetivos específicos de analisar as condições de acondicionamento dos acervos das coleções especiais da BC, identificar a existência de climatização, controle de umidade e luminosidade adequados para a conservação e preservação das obras, conhecer as insuficiências de proteção da BC e, por fim, traçar diretrizes para orientar a formulação de uma política de gerenciamento de riscos dos acervos de coleções especiais da Biblioteca Central da UFPE.

8.1 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Devido ao cenário da pandemia do Covid-19 a pesquisa ficou um pouco prejudicada pelo fato de que a pesquisadora não conseguiu atender a algumas questões inicialmente planejadas.

- A ideia inicial era conseguir aparelhos como luxímetros e higrômetros para atestar *in loco*, por meio da observação participante, a intensidade real da luz solar em todas as salas que contém acervos de coleções especiais, assim como o nível de umidade relativa do ar nas salas, com o intuito de comparar com as recomendações da literatura. No entanto, com o fechamento da Biblioteca Central por conta da pandemia, não houve tempo hábil para tal situação;
- As entrevistas deveriam ter sido realizadas presencialmente e seriam entrevistas semiestruturadas, porém como ainda não tinham sido feitas antes da pandemia, não houve mais a possibilidade de se fazer presencialmente e, portanto, passaram a ser estruturadas e enviadas aos participantes por meio do aplicativo WhatsApp;
- Com relação à quantidade de sujeitos incluídos na pesquisa, acredita-se que caso as entrevistas tivessem sido feitas de modo presencial a porcentagem de servidores participantes, que foi de 50%, teria sido maior, pois houve uma certa dificuldade em conseguir a adesão das pessoas a participar, tanto que apenas um dos cinco entrevistados se prontificou a responder às perguntas por áudio, como solicitado, porque os demais se recusaram a responder dessa forma.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Ana Paula Meneses. História e memória por meio de coleções especiais: o caso da biblioteca da UNESP/FCLAR. *In*: VIEIRA, Brunno V. G.; ALVES, Ana Paula Meneses (org.). **Acervos especiais: memórias e diálogos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 45-69.
- ALVES, Marco Antonio; AZEVEDO, Sandson Barbosa; LOPES, Paulo Roberto Danelon. O processo de formação de agenda: como atrair a atenção do governo e converter problemas em políticas públicas. **Negócios em Projeção**, Ceilândia, v. 7, n. 2, 2016, p. 69-79.
- ANDRADE, Danilo. **Políticas públicas: o que são e para que existem**. 2016. Disponível em: <http://www.politize.com.br/politicas-publicas-o-que-sao/> Acesso em: 20 set. 2019.
- BIBLIOTECA Central da UFPE: histórico. Recife: UFPE, [19--].
- AUSTRALIA, Standards. **AS/NZS 4360: 2004 risk management**. 2004. Disponível em: [Risk Management Standards - AS/NZS 4360-2004 - Standards Australia](#) Acesso em: 14 dez. 2020.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George. (ed.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BENDER, Layra Andressa Paulino; SIMIONATO, Ana Carolina; ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. As coleções especiais em bibliotecas: a catalogação de moedas. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 21, n. 1, dez./mar. 2016, p. 76-88. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1155/pdf> Acesso em: 30 ago. 2020.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Divisão de Obras Raras. **Critérios de raridade: catálogo coletivo do patrimônio bibliográfico nacional (CPBN), séculos XV e XVI**. Rio de Janeiro, [200-?]. Disponível em: <http://arquivo.bn.br/planor/documentos.html> Acesso em: 05 set. 2020.
- BRANCALEON, Brigida Batista et al. **Políticas públicas: conceitos básicos**. São Paulo: USP, 2015.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição**. 1988. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 10 mar. 2018.
- BRASIL. **Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1991/lei-8159-8-janeiro-1991-322180-normaatuizada-pl.pdf> Acesso em: 03 dez. 2020.
- BRASIL. **Lei 10.753, de 30 de outubro de 2003**. Institui a política nacional do livro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.753.htm Acesso em: 06 dez. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Avaliação de políticas públicas**: guia prático de análise *ex post*. Brasília: Casa Civil, 2018. v. 2.

CAPELLA, Ana Claudia Niedhardt. **Formulação de políticas públicas**. Brasília: ENAP, 2018. Disponível em: file:///C:/Users/monic/OneDrive/Documentos/DISSERTAÇÃO%20MESTRADO/POLÍTICA%20PÚBLICAS/Livro_Formulação%20de%20políticas%20públicas.pdf Acesso em: 15 out. 2019.

CAPELLA, Ana Claudia Niedhardt. Formação da agenda governamental: perspectivas teóricas. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 29., 2005, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: ANPOCS, 2005. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/29-encontro-anual-da-anpocs/gt-25/gt19-21> Acesso em: 07 dez. 2020.

CARVALHO, Tereza Cristina Oliveira Nonatto de. UNICAMP: coleções especiais e obras raras. *In*: VIEIRA, Brunno V. G.; ALVES, Ana Paula Meneses (org.). **Acervos especiais**: memórias e diálogos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 89-100.

CASTRO, Vinícius Leão de. **Hobbes**: um estudo dos conceitos de Estado, poder e liberdade. [20--?] Disponível em: <file:///C:/Users/monic/OneDrive/Documentos/DISSERTAÇÃO%20MESTRADO/PAPEL%20DO%20ESTADO/HOBBS.pdf> Acesso em: 08 out. 2019.

CELESTINO, Etina Jéssica Macêdo. **Gestão de risco e salvaguarda de acervos bibliográficos**: o caso do acervo especial da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Monografia (Curso de Biblioteconomia) – UNIFOR, Fortaleza, 2017.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de empresas**: uma abordagem contingencial. 3.ed. São Paulo: Makron Books, 1994.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). Resolução nº 510, de 12 de dezembro de 2016. Normas aplicáveis a pesquisas em ciências humanas e sociais. Disponível em: <http://www.comitedeetica.saomateus.ufes.br/principais-resolucoes-e-normativas> Acesso em: 04 out. 2020.

ESTATUTO e Regimento Geral da Universidade Federal de Pernambuco: republicação. **Boletim Oficial UFPE**, Recife, v. 53, n. 67, 2019, p. 1-60. Especial. Disponível em: <https://www.ufpe.br/institucional/estatuto-e-regimento> Acesso em: 08 jul. 2020.

ESTATUTO do Sistema de Bibliotecas. **Boletim Oficial UFPE**, Recife, v. 26, n. 5, 1991, p. 1-19. Disponível em: https://www.ufpe.br/documents/39058/594591/Estatuto_do_Sistema_de_Bibliotecas_da_UFP_E_1991.pdf/3b19597e-349a-4836-b511-f9b8fb5cebdl Acesso em: 08 out. 2019.

FIGUEIREDO, Marcus Faria; FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. **Análise & Conjuntura**, Belo Horizonte, v. 1, n. 3, set./dez. 1986, p. 107-127. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Avaliação-política-e-avaliação-de-políticas%3A-um-de-Figueiredo-Figueiredo/fb07907d3b2c5cc39c43973a49b8b6f990e033e9> Acesso em: 08 maio 2020.

GIANEZINI, Kelly; BARRETTO, Letícia Manique; GIANEZINI, Miguelangelo; LAUXEN, Sirlei de Lourdes; BARBOSA, Gabriel Dario; VIEIRA, Reginaldo de Souza. Políticas públicas: definições, processos e constructos no século XXI. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 21, n. 2, 2017, p. 1065-1084.

HOBBS, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

HUBNER, Marcos Leandro Freitas; KUHN, Ana Carolina Araujo. Bibliotecas universitárias como espaços de aprendizagem. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande, v. 31, n. 1, jan./jun. 2017, p. 51-72. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos> Acesso em: 20 ago. 2020.

KRAFZIK, Maria Luiza de Alcântara. **Acordo MEC/USAID: a comissão do livro técnico e do livro didático – COLTED (1966/1971)**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – UERJ, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=100869 Acesso em: 03 set. 2020.

LENZI, Tié. **Políticas públicas**. [20--]. Disponível em: <<https://www.todapolitica.com/politicas-publicas/>>. Acesso em: 08 mar. 2018.

LINDBLOM, Charles E. *Muddling through 2: a ubiquidade na decisão incremental*. In: HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco. **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: UNB, 2009. p. 181-202.

LOCKE, John. **Dois tratados sobre o governo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MACHADO, Elisa Campos. Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, 2010, p. 94-11.

MANUAL do estudante. Recife: UFPE, 1972.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Barueri: Ciranda Cultural, 2019.

MELO, Tatiana Massaroli; FUCIDJI, José Ricardo. Racionalidade limitada e a tomada de decisão em sistemas complexos. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 36, n. 3, jul./set. 2016, p. 622-645. Disponível em: <file:///C:/Users/monic/OneDrive/Documentos/DISSERTAÇÃO%20MESTRADO/POLÍTICAS%20PÚBLICAS/RACIONALIDADE%20LIMITADA%202.pdf> Acesso em: 08 nov. 2019.

MELO, Thelma Marylanda Silva de; RIOS, Francisco Welton Silva; FREITAS, Giordana Nascimento de. A biblioteca universitária e seu papel no desenvolvimento da competência informacional do docente: desafios e novos horizontes. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: FEBAB, 2013. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1481/1482> Acesso em: 30 ago. 2020.

MESQUITA, Simone. Conservação preventiva e reservas técnicas: ainda um desafio para as instituições. In: SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. **Preservação documental: uma mensagem para o futuro**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 67-77.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.) *et al.* **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINTROM, Michael; VERGARI, Sandra. Coalizões de defesa, empreendedores políticos e mudanças políticas. **Policy Studies Journal**, Nova Jersey, v. 24, n. 3, 1996, p. 420-434.

MOSCA, G. A classe dirigente. In: SOUZA, A. (Org.). **Sociologia política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1954. p. 51-69.

NUNES, Martha Suzana Cabral; CARVALHO, Kátia de. As bibliotecas universitárias em perspectiva histórica: a caminho do desenvolvimento durável. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, jan./mar. 2016, p. 173-193. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci> Acesso em: 20 ago. 2020.

OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de; CRANCHI, Daniela Carvalho. O papel da biblioteca universitária como espaço de afiliação estudantil e o bibliotecário como educador e agente inclusivo. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 27, n. 2, maio/ago. 2017, p. 35-47. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies> Acesso em: 20 ago. 2020.

PARETO, Vilfredo. As elites e o uso da força na sociedade. In: SOUZA, A. (Org.). **Sociologia política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1954. p. 70-88.

PASSADOR, Claudia Souza. **Ciclo de políticas públicas**. Ribeirão Preto: USP, 2018. Disponível em: file:///C:/Users/monic/OneDrive/Documentos/DISSERTAÇÃO%20MESTRADO/Apresentação%20Políticas%20Públicas_Palestra%20CIA%20DO%20RISO.pdf Acesso em: 18 out. 2019.

PINHEIRO, Ana Virgínia. História, memória e patrimônio: convergências para o futuro dos acervos especiais. In: VIEIRA, Brunno V. G.; ALVES, Ana Paula Meneses (org.). **Acervos especiais: memórias e diálogos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 33-44.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; GRANATO, Marcus. Para pensar a interdisciplinaridade na preservação: algumas questões preliminares. In: SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. **Preservação documental: uma mensagem para o futuro**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 23-40.

PORTES, Monick Raquel Silvestre da Silva. A necessidade de políticas públicas informacionais para as bibliotecas públicas do Brasil e os entraves para uma implementação bem sucedida. **Espaço Público**, Recife, v. 2, dez. 2018, p. 78-88. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politicaspUBLICAS/article/view/238600> Acesso em: 04 mar. 2020.

QUIRINO, Célia Galvão. Tocqueville: sobre a liberdade e a igualdade. In: WEFFORT, Francisco C. (Org.). **Os clássicos da política: Burke, Kant, Hegel, Tocqueville, Stuart Mill, Marx**. 10. ed. São Paulo: Ática, 2001. cap. 5.

RAEDER, Savio. Ciclo de políticas: uma abordagem integradora dos modelos para análise de políticas públicas. **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, v. 7, n. 13, jan./jun. 2014, p. 121-146.

RAMOS, Marília Cossich. **Marcos regulatórios para as bibliotecas públicas no Brasil**. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) – UNIRIO, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/6582/3/Versao%20final_dissertacao.pdf Acesso em: 06 dez. 2020.

REIS, Palhares Moreira. **A Universidade Federal de Pernambuco**. Recife: [s.n.], 1969.

RODRIGUES, Márcia Carvalho. Como definir e identificar obras raras?: critérios adotados pela Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 1, jan./abr. 2006, p. 115-121.

RODRIGUES, Márcia Carvalho. O que é livro raro? **ComCiência**, Campinas, n. 127, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/216757730_O_que_e_livro_raro Acesso em: 03 set. 2020.

RODRIGUES, Maria Solange. Preservação e conservação de acervos bibliográficos. *In*: ENCONTRO NACIONAL DOS USUÁRIOS DA REDE PERGAMUM, 9., 2007, Paraná: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2007.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. Porto Alegre: L & PM, 2007.

SABATIER, Paul A. Top-down and bottom-up approaches to implementation research: a critical analysis and suggested synthesis. **Journal of Public Policy**, Cambridge, v. 6, n. 1, 1986, p. 21-48. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-public-policy> Acesso em: 04 mar. 2020.

SALLES JÚNIOR, Carlos Alberto Corrêa *et al.* **Gerenciamento de riscos em projetos**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SANT'ANA, Rizio Bruno. Critérios para a definição de obras raras. **Revista Online da Biblioteca Prof. Joel Martins**, Campinas, v. 2, n. 3, jun. 2001, p. 1-18. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/568> Acesso em: 15 set. 2020.

SANTOS, Luciana de Souza dos; SILVEIRA, Naira Christofolletti. A representação documentária de coleções especiais: breves considerações sobre os acervos do Rio de Janeiro. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. **Anais** [...]. João Pessoa: UFPB, 2015. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/schedConf/presentations> Acesso em 30 ago. 2020.

SANTOS, Raquel do Rosário; GOMES, Henriette Ferreira; DUARTE, Emeide Nóbrega. O papel da biblioteca universitária como mediadora da informação para construção de conhecimento coletivo. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 15, n. 2, 2014.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@s Revista Eletrônica**, Campina Grande, v. 17, n. 1, 2015, p. 1-14.

SILVA NETO, Nathan da; TABAK, Benjamin Miranda. Políticas públicas e racionalidade limitada: o controle das decisões políticas pelo Ministério Público. **RDIET**, Brasília, v. 12, n. 1, jan./jun. 2017, p. 482-539.

SIMON, Herbert A. Modelo comportamental de decisão racional. In: HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco. **Políticas públicas e desenvolvimento**: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: UNB, 2009. p. 133-154.

SISTEMA Integrado de Bibliotecas, 2020. Disponível em: <https://www.ufpe.br/sib/sobre> Acesso em: 10 jul. 2020.

SISTEMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS. **Política nacional de leitura e escrita é sancionada**, 2018. Disponível em: <http://snbp.cultura.gov.br/pnlesancionada/> Acesso em: 06 dez. 2020.

SPINELLI JÚNIOR, Jayme. **A conservação de acervos bibliográficos e documentais**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1997.

SPINELLI JÚNIOR, Jayme; PEDERSOLI JÚNIOR, José Luíz. **Biblioteca nacional**: plano de gerenciamento de riscos – salvaguarda & emergência. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul./dez. 2016, p. 20-45.

SOUZA, Ingrid Lopes de; AZEVEDO, Fabiano Cataldo de; LOUREIRO, Maria Lúcia de Niemeyer Matheus. Coleções especiais e valor de memória: reflexões no contexto de bibliotecas universitárias. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais [...]**. Marília: UNESP, 2017. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/5352> Acesso em 30 ago. 2020.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA; BIBLIOTECA CENTRAL. **Plano de contingência da Biblioteca Central e do Sistema de Bibliotecas da Universidade de Brasília (SiB-UnB)**. Brasília: UNB, 2020. Disponível em: [Plano-de-contingência-total.pdf \(unb.br\)](#) Acesso em: 10 dez. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO; AGÊNCIA DE NOTÍCIAS (ASCOM). **Bombeiros controlam incêndio no 3º andar da Biblioteca Central da UFPE**, 2018. Disponível em: https://www.ufpe.br/agencia/noticias/-/asset_publisher/VQX2pzmP0mP4/content/bombeiros-controlam-incendio-no-3-andar-da-biblioteca-central-da-ufpe/40615 Acesso em: 05 out. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 07, de 31 de julho de 1987**. Institui o Programa de Estudos Norte Americanos (PRENAM) e estabelece normas de funcionamento. Disponível em:

<https://www.ufpe.br/documents/398575/485150/Res+07+1987+CCEPE+%28institui+o+PRE+NAM%29.pdf/6c4a8671-202d-4cd4-9f2f-06e7d54a9f50> Acesso em: 03 set. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **A instituição**, 2020. Disponível em: <https://www.ufpe.br/institucional/a-instituicao> Acesso em: 03 dez. 2020.

WINTER, Lairton Moacir. A concepção de Estado e poder político em Maquiavel. **Tempo da Ciência**, Toledo, v. 13, n. 25, 2006, p. 117-128.

THE WORLD UNIVERSITY RANKINGS, 2020. Disponível em: <https://www.timeshighereducation.com/search?search=universidade%20federal%20de%20pernambuco> Acesso em: 03 dez. 2020.

APÊNDICE A – PERGUNTAS DA ENTREVISTA

- 1 - Suas atividades estão diretamente relacionadas aos acervos de coleções especiais?
- 2 - Você acredita que as salas que abrigam os acervos de coleções especiais da Biblioteca Central da UFPE possuem condições apropriadas para a conservação e preservação desses acervos?
- 3 - Na sua opinião, a temperatura ambiente é um fator que interfere na conservação e preservação das obras de coleções especiais? Caso a resposta seja sim, por que você acha isso?
- 4 - Com relação à temperatura, você considera que os acervos de coleções especiais da Biblioteca Central da UFPE estão abrigados em salas com a temperatura adequada, para fins de conservação e preservação das obras? Por favor, explique a sua resposta.
- 5 - Qual é a média da temperatura ambiente dessas salas?
- 6 - No que se refere à umidade do local, você acha que é um fator que deve ser considerado quando se trata de conservação e preservação dos acervos? Você pode justificar a resposta?
- 7 - Qual é o nível de umidade que você acredita que seja ideal para os locais que armazenam as coleções especiais?
- 8 - Você considera que as salas dos acervos de coleções especiais da Biblioteca Central da UFPE possuem o nível de umidade controlado para conservar e preservar as obras?
- 9 - Tratando-se da luminosidade adequada para as salas que comportam os acervos de coleções especiais, você acredita que a luz em excesso pode danificar as obras? Caso acredite, por que?
- 10 - Os acervos de coleções especiais da Biblioteca Central da UFPE estão alojados em locais com controle de luminosidade, considerando os níveis ideais para a conservação e preservação dos acervos?

11 - No seu ponto de vista, os locais que abrigam os acervos de coleções especiais da Biblioteca Central da UFPE apresentam problemas que possam interferir na segurança das obras quanto à conservação e preservação das obras? Caso positivo, quais são os problemas?

12 - Quais melhorias você considera que seriam necessárias para uma maior segurança dos acervos de coleções especiais da Biblioteca Central da UFPE no que se refere à conservação e preservação das obras?

APÊNDICE B – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 01

1 - Suas atividades estão diretamente relacionadas aos acervos de coleções especiais?

R: Sim

2 - Você acredita que as salas que abrigam os acervos de coleções especiais da Biblioteca Central da UFPE possuem condições apropriadas para a conservação e preservação desses acervos?

R: Afirmo categoricamente que não, apesar de o MDB contar com uma estrutura diferenciada (estantes deslizantes, termo higrômetro, acompanhamento diário de temperatura e umidade, por exemplo) para custódia desses acervos.

3 - Na sua opinião, a temperatura ambiente é um fator que interfere na conservação e preservação das obras de coleções especiais? Caso a resposta seja sim, por que você acha isso?

R: Toda a literatura especializada a respeito das condições adequadas de preservação e conservação de acervos especiais, sejam eles bibliográficos, cartográficos, audiovisuais ou de qualquer outra natureza, é unânime em relação à importância do controle da temperatura e umidade do ambiente destinado à custódia desses acervos. Não havendo este controle, são recorrentes situações de degradação dos suportes associada à umidade e temperatura.

4 - Com relação à temperatura, você considera que os acervos de coleções especiais da Biblioteca Central da UFPE estão abrigados em salas com a temperatura adequada, para fins de conservação e preservação das obras? Por favor, explique a sua resposta.

R: No caso do MDB há a preocupação de se manter a temperatura e umidade recomendadas para custódias desses acervos (temperatura entre 20° e 22°, e umidade relativa entre 45° e 60°). Entretanto, salvo engano, há em outros espaços da biblioteca acervos especiais que não estão custodiados em salas com temperatura adequada.

5 - Qual é a média da temperatura ambiente dessas salas?

R: No MDB, conforme já informado, temperatura entre 20° e 22°, e umidade relativa entre 45° e 60°.

6 - No que se refere à umidade do local, você acha que é um fator que deve ser considerado quando se trata de conservação e preservação dos acervos? Você pode justificar a resposta?

R: Sem dúvida que sim. Tanto a umidade quanto a temperatura são fatores que contribuem significativamente para a conservação e preservação dos acervos. No caso dos acervos bibliográficos, por exemplo, a higroscopicidade, característica comum ao papel, associada à umidade, provoca dilatações e contrações bruscas que levam ao rompimento da estrutura do papel.

7 - Qual é o nível de umidade que você acredita que seja ideal para os locais que armazenam as coleções especiais?

R: As recomendações do IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus) e da FBN (Fundação Biblioteca Nacional) são de que a umidade relativa do ar de tais ambientes deve situar-se entre 45° e 60°.

8 - Você considera que as salas dos acervos de coleções especiais da Biblioteca Central da UFPE possuem o nível de umidade controlado para conservar e preservar as obras?

R: No caso do MDB, conforme já assinalado, sim.

9 - Tratando-se da luminosidade adequada para as salas que comportam os acervos de coleções especiais, você acredita que a luz em excesso pode danificar as obras? Caso acredite, por que?

R: Uma Iluminação inadequada em ambientes que custodiam coleções especiais é capaz de fragilizar os materiais constitutivos dos documentos, conduzindo a um processo de envelhecimento e até a danos irreparáveis do suporte. Tal processo é conhecido como fotodegradação.

10 - Os acervos de coleções especiais da Biblioteca Central da UFPE estão alojados em locais com controle de luminosidade, considerando os níveis ideais para a conservação e preservação dos acervos?

R: Não. Ao que me consta, no momento de elaboração e construção de tais espaços, não houve uma consulta prévia a especialistas da área.

11 - No seu ponto de vista, os locais que abrigam os acervos de coleções especiais da Biblioteca Central da UFPE apresentam problemas que possam interferir na segurança das obras quanto à conservação e preservação das obras? Caso positivo, quais são os problemas?

R: Os problemas são diversos, passando por iluminação inadequada, manutenção periódica das janelas dos espaços, maior oferta de estantes que otimizem o espaço físico e protejam os documentos, dentre outros.

12 - Quais melhorias você considera que seriam necessárias para uma maior segurança dos acervos de coleções especiais da Biblioteca Central da UFPE no que se refere à conservação e preservação das obras?

R: Capacitação técnica periódica dos profissionais envolvidos para lidar com tais acervos, disponibilização de equipamentos de proteção individual (EPI's), distribuição de higrômetros e desumidificadores, além da elaboração de um Plano de Gestão de Riscos, aumentando a capacidade de prevenção e antecipando-se a possíveis ocorrências, evitando e minimizando os efeitos negativos dos diversos agentes de risco.

APÊNDICE C – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 02

1 - Suas atividades estão diretamente relacionadas aos acervos de coleções especiais?

R: Não diretamente no quesito de armazenagem. Junto com outro bibliotecário, selecionamos diversos itens que entram no acervo do SIB UFPE. Nas doações recebemos diversos livros e periódicos especiais, incluindo obras raras autografadas.

2 - Você acredita que as salas que abrigam os acervos de coleções especiais da Biblioteca Central da UFPE possuem condições apropriadas para a conservação e preservação desses acervos?

R: Não me sinto qualificada para responder esta pergunta.

3 - Na sua opinião, a temperatura ambiente é um fator que interfere na conservação e preservação das obras de coleções especiais? Caso a resposta seja sim, por que você acha isso?

R: Tem de ter uma temperatura constante para o material não sentir a variação e dobrar. Se não tem ar condicionado o tempo todo, é melhor que fique na temperatura ambiente, com ventilação natural.

4 - Com relação à temperatura, você considera que os acervos de coleções especiais da Biblioteca Central da UFPE estão abrigados em salas com a temperatura adequada, para fins de conservação e preservação das obras? Por favor, explique a sua resposta.

R: No setor que estou alocada os materiais ficam em transição. Nós selecionamos, catalogamos e ele vai para o acervo. No que se refere ao setor, a temperatura não é constante, mas não muda muito. Principalmente a área que ficam as publicações.

5 - Qual é a média da temperatura ambiente dessas salas?

R: 25° no DAPT

6 - No que se refere à umidade do local, você acha que é um fator que deve ser considerado quando se trata de conservação e preservação dos acervos? Você pode justificar a resposta?

R: Bom, umidade alta é bom para proliferação de micro-organismos, então não.

7 - Qual é o nível de umidade que você acredita que seja ideal para os locais que armazenam as coleções especiais?

R: Não me sinto qualificada para responder.

8 - Você considera que as salas dos acervos de coleções especiais da Biblioteca Central da UFPE possuem o nível de umidade controlado para conservar e preservar as obras?

R: Não me sinto qualificada para responder.

9 - Tratando-se da luminosidade adequada para as salas que comportam os acervos de coleções especiais, você acredita que a luz em excesso pode danificar as obras? Caso acredite, por que?

R: Luz solar em excesso desbota qualquer coisa.

10 - Os acervos de coleções especiais da Biblioteca Central da UFPE estão alojados em locais com controle de luminosidade, considerando os níveis ideais para a conservação e preservação dos acervos?

R: Os materiais que ficam na transição não recebem diretamente luz natural.

11 - No seu ponto de vista, os locais que abrigam os acervos de coleções especiais da Biblioteca Central da UFPE apresentam problemas que possam interferir na segurança das obras quanto à conservação e preservação das obras? Caso positivo, quais são os problemas?

R: Não me sinto qualificada para responder.

12 - Quais melhorias você considera que seriam necessárias para uma maior segurança dos acervos de coleções especiais da Biblioteca Central da UFPE no que se refere à conservação e preservação das obras?

R: Não me sinto qualificada para responder.

APÊNDICE D – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 03

1 - Suas atividades estão diretamente relacionadas aos acervos de coleções especiais?

R: No momento não, mas, tenho contato e acesso.

2 - Você acredita que as salas que abrigam os acervos de coleções especiais da Biblioteca Central da UFPE possuem condições apropriadas para a conservação e preservação desses acervos?

R: De acordo com as recomendações e orientações de especialistas, acredito que não.

3 - Na sua opinião, a temperatura ambiente é um fator que interfere na conservação e preservação das obras de coleções especiais? Caso a resposta seja sim, por que você acha isso?

R: Certamente que sim, pois, os materiais que compõem as coleções especiais por sua própria natureza, requerem condições de temperatura, umidade e acondicionamento específicos.

4 - Com relação à temperatura, você considera que os acervos de coleções especiais da Biblioteca Central da UFPE estão abrigados em salas com a temperatura adequada, para fins de conservação e preservação das obras? Por favor, explique a sua resposta.

R: Não. As coleções especiais da Biblioteca Central estão passando pela fase de requalificação, pois, estamos formando um novo arranjo físico. No momento, estas obras estão acondicionadas em prateleiras comuns, apenas separadas do Acervo Circulante (obras destinadas a consultas e empréstimos domiciliares), mas, no mesmo ambiente. E, em virtude da pandemia do Covid-19, a sala está mantida com os equipamentos de refrigeração desligados.

5 - Qual é a média da temperatura ambiente dessas salas?

R: Não dispomos de equipamento para medir ou controlar a temperatura no ambiente. Mas, acredito que a temperatura média deve ser em torno de 37°C, considerando que os equipamentos de ar-condicionado estejam desligados.

6 - No que se refere à umidade do local, você acha que é um fator que deve ser considerado quando se trata de conservação e preservação dos acervos? Você pode justificar a resposta?

R: Sim. Assim como a temperatura, a umidade do ar é um fator que deve ser levado em consideração quando se trata de conservação e preservação de acervos, pois, temperatura e

umidade inadequadas contribuem para o processo de deterioração do papel, que é a principal matéria dos acervos bibliográficos.

7 - Qual é o nível de umidade que você acredita que seja ideal para os locais que armazenam as coleções especiais?

R: A umidade está condicionada à temperatura do ambiente. Então, de acordo com especialistas, o ideal é que seja uma temperatura estável de 21°C ou menos, e uma umidade relativa do ar estável, entre um mínimo de 30% e um máximo de 50%.

8 - Você considera que as salas dos acervos de coleções especiais da Biblioteca Central da UFPE possuem o nível de umidade controlado para conservar e preservar as obras?

R: Não. Como não dispomos de equipamento para medir e controlar, é possível que o acervo esteja totalmente fora dos padrões de conservação e preservação das obras.

9 - Tratando-se da luminosidade adequada para as salas que comportam os acervos de coleções especiais, você acredita que a luz em excesso pode danificar as obras? Caso acredite, por que?

R: Sim. A luminosidade também é fator importante para a conservação e preservação dos acervos, pois, pode acelerar a deterioração dos acervos, assim como a temperatura e a umidade.

10 - Os acervos de coleções especiais da Biblioteca Central da UFPE estão alojados em locais com controle de luminosidade, considerando os níveis ideais para a conservação e preservação dos acervos?

R: Não. Se houver, desconheço.

11 - No seu ponto de vista, os locais que abrigam os acervos de coleções especiais da Biblioteca Central da UFPE apresentam problemas que possam interferir na segurança das obras quanto à conservação e preservação das obras? Caso positivo, quais são os problemas?

R: Sim. Os principais problemas são os seguintes:

- Acondicionamento - as obras não possuem envelopamento de proteção ou local especial para guarda;
- Luminosidade - a luz natural (solar) penetra através das vidraças e a iluminação artificial (led) do ambiente é uniforme em todo o salão de acervos, durante o expediente;
- Climatização - Os aparelhos de ar-condicionado funcionam apenas durante o horário de expediente. Ou seja, a temperatura e a umidade são instáveis e podem ser agressivas ao

acervo tendo em vista que todas as noites, finais de semanas e feriados os aparelhos se mantêm desligados.

12 - Quais melhorias você considera que seriam necessárias para uma maior segurança dos acervos de coleções especiais da Biblioteca Central da UFPE no que se refere à conservação e preservação das obras?

R: Considero necessários:

- Aquisição de equipamentos para controle de umidade, temperatura e luz;
- Manutenção de condições estáveis de temperatura e umidade, durante o ano inteiro e não apenas no horário de expediente;
- Aquisição de materiais para o acondicionamento adequado;
- Formação de equipe especializada em obras raras e especiais;
- Política de conscientização para preservação de acervos especiais.

APÊNDICE E – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 04

1 - Suas atividades estão diretamente relacionadas aos acervos de coleções especiais?

R: Não, minhas atividades não estão diretamente relacionadas aos acervos de coleções especiais e estão. Refazendo a resposta, estão sim porque trabalho no setor que se encarrega da formação de acervos na verdade, então eu estou diretamente ligado à questão dos acervos de coleções especiais também e dos outros acervos também da biblioteca, então eu estou diretamente ligado como setor responsável pela formação das coleções.

2 - Você acredita que as salas que abrigam os acervos de coleções especiais da Biblioteca Central da UFPE possuem condições apropriadas para a conservação e preservação desses acervos?

R: Bom, na verdade essa questão ligada à ambiente não é propriamente a minha especialidade nessa área de coleções especiais, mas algumas coisas a gente conhece, então eu tenho uma opinião que na verdade a gente não tem, as salas, os espaços, eles não estão adequados à questão de coleções especiais porque eles não estão com a climatização necessária, com relação à questão do ambiente mesmo que necessita de controle de temperatura, enfim, para que a gente tenha um acervo de coleções especiais saudável, então a gente realmente, eu acho que não só a Biblioteca Central, como nenhuma biblioteca do sistema hoje, tem uma condição ideal para abrigar coleções especiais e obras raras.

3 - Na sua opinião, a temperatura ambiente é um fator que interfere na conservação e preservação das obras de coleções especiais? Caso a resposta seja sim, por que você acha isso?

R: Essa questão é um tanto quanto complicada de responder, porque com relação à temperatura ambiente, ela tem tudo a ver com a preservação da coleção, tanto uma temperatura natural como uma temperatura climatizada, o uso de ar condicionado, essas coisas. Então a gente tem que ter, no nosso caso, como a gente é um clima muito quente, a gente era para ter um desumidificador, entendeu? Na verdade, a temperatura ela interfere, interfere muito na questão da preservação por essas questões que eu te falei, a gente tem um clima muito quente, um clima que é propício à deterioração das obras e a gente também o uso do ar condicionado, quando se usa o ar condicionado a coleção também tende a ficar, a ter problemas se realmente não for feita uma temperatura adequada, uma temperatura controlada. E uma coisa também que o nosso clima aqui, especificamente aqui em Recife é um clima muito úmido e a área que a Biblioteca está

hoje, na Várzea, dentro daquela região da Várzea, é um clima também muito úmido, então assim, precisa realmente ter um controle muito bem feito para que a gente possa ter uma coleção de acervos especiais e obras raras com mais saúde e que possa durar muito, porque a gente sabe que essas coleções, o livro impresso, ele tem uma vida útil, por mais cuidado que se tome, ele se acaba, ele se degenera, agora essa degeneração pode ser uma coisa a longo prazo, se a gente realmente tiver uma estrutura adequada para que essa preservação faça com que a obra dure.

4 - Com relação à temperatura, você considera que os acervos de coleções especiais da Biblioteca Central da UFPE estão abrigados em salas com a temperatura adequada, para fins de conservação e preservação das obras? Por favor, explique a sua resposta.

R: O que eu falei anteriormente com a questão 5 já responde, realmente a gente não tem uma temperatura adequada, hoje na Biblioteca Central, o único setor que está tendo uma preocupação, não é uma questão de preocupação, que está fazendo um trabalho com desumidificador e controle de temperatura é o Memorial Denis Bernardes, eles fazem um controle de temperatura legal, eles tentam, mas ainda assim não é uma situação adequada, aliás, desculpa, adequada não, ideal, é fazer o que se pode. Com relação à essa questão de ambiente eu queria fazer uma observação aqui também, queria dizer o seguinte, a Biblioteca Central é um prédio que foi pensado para ter um sistema de ar condicionado central, geral, que nunca aconteceu, ele sempre teve a estrutura, toda a estrutura da Biblioteca foi feita para ter uma climatização central, mas nunca teve. Embora ele tenha também um lado positivo, ele é um prédio que é muito aberto, tem muitas janelas e tem muita luminosidade. A luminosidade ela é boa e ruim e também a questão do ambiente, da ventilação natural, então a Biblioteca Central hoje, se ela não tivesse fechada em alguns setores com ar condicionado, ela poderia ser um clima não ideal, fora disso, realmente não tem como, mas ela poderia ajudar, no sentido de ser uma biblioteca muito ventilada, uma biblioteca com uma iluminação natural, que facilitaria, no nosso caso pelo nosso clima, talvez facilitaria a questão de evitar fungos e essas coisas por conta de ter uma ventilação boa, ali se tivesse tudo aberto, e uma luminosidade natural, mas assim, independentemente de tudo isso, foi só uma observação, realmente a gente ainda tá muito longe de alcançar hoje um ambiente adequado pra preservação a longo prazo de obras especiais e obras raras.

5 - Qual é a média da temperatura ambiente dessas salas?

R: Essa questão é muito específica, eu não sei te dizer exatamente uma média, eu sei que os nossos ares condicionados, eles estão programados para ficar entre 18° e 22°. Então assim, é

mais ou menos essa temperatura que mantém nas salas, mas isso vai depender muito da época do ano também, na época mais fria, mês de maio a gosto, por aí, esta temperatura pode ficar mais alta porque é menos quente, a gente pode botar uma temperatura maior para o ar condicionado e nos períodos mais quentes do ano, no verão mesmo que vai de setembro até março, por aí, abril, a gente tem que botar uma temperatura menor porque realmente fica muito quente o ambiente, que é outra coisa que a Biblioteca Central tem que não é adequada, que é o fato de os servidores atuarem, trabalharem no mesmo ambiente que o acervo está. Então assim, a gente não tem uma sala para as pessoas fazerem as atividades técnicas e o acervo ser acessado apenas na hora de pegar uma obra. A gente não tem essa condição, acho que a maioria das bibliotecas do Brasil não tem, mas seria adequado mesmo com relação a obras raras e acervos especiais que o acervo estivesse numa sala fechada e a equipe trabalhasse numa sala diferente, onde a gente pudesse ter uma climatização para o acervo e uma para o servidor, mas infelizmente hoje a gente não tem essa condição.

6 - No que se refere à umidade do local, você acha que é um fator que deve ser considerado quando se trata de conservação e preservação dos acervos? Você pode justificar a resposta?

R: É o seguinte, a questão da umidade na nossa situação, na nossa cidade, Recife, que a umidade é muito grande, é realmente um problema, é um inconveniente. Então ela deve ser considerada, logicamente, todos os acervos teriam que ter um aparelho desumidificador, seria o ideal, para que a gente pudesse ter o controle disso, porque realmente a umidade, a nossa umidade, a nossa temperatura, ela prejudica muito o acervo.

7 - Qual é o nível de umidade que você acredita que seja ideal para os locais que armazenam as coleções especiais?

R: Eu confesso que eu não vou saber te responder, o nível de umidade que a gente precisa ter. Tudo que eu estou te respondendo na verdade é baseado em coisas que eu aprendi e vi em cursos que eu fiz e em algumas leituras que eu fiz, mas eu não tenho essa informação tão precisa, de dizer exatamente qual é o nível de umidade adequado. Teria que fazer um estudo baseado no lugar onde a biblioteca está, no caso na região da Várzea, o nível de umidade da região e com relação ao que o acervo pede.

8 - Você considera que as salas dos acervos de coleções especiais da Biblioteca Central da UFPE possuem o nível de umidade controlado para conservar e preservar as obras?

R: Não, a resposta é não. Apesar de eu não saber exatamente, não saber fazer esse cálculo para saber qual é o nível de umidade para a preservação daquela região, eu sei, baseado na experiência e no que a gente vê no próprio acervo, porque a gente vê como aqueles acervos pegam umidade e mofo, como eles mofam rápido, principalmente quando eles estão numa área pouco acessada, pouco aberta, então a gente vê que as salas não têm realmente um ambiente adequado com relação à umidade. Precisaria se fazer um estudo de fato e tratar dessa questão.

9 - Tratando-se da luminosidade adequada para as salas que comportam os acervos de coleções especiais, você acredita que a luz em excesso pode danificar as obras? Caso acredite, por que?

R: É um consenso que muita luz também prejudica e nós somos uma cidade de muita luz. Tanto a luminosidade natural, com muito sol, uma cidade com aquela luz estourada, muito sol, então a gente tem que ter um controle de luminosidade sim e talvez aquelas lâmpadas que sejam usadas, aquelas lâmpadas fluorescentes, todas acesas de uma vez, tudo aquilo também prejudique. A gente sabe que a lâmpada fluorescente não é uma lâmpada adequada, então com certeza a gente não tem essa condição. Agora dizer exatamente o porquê é como eu te falei, essas questões voltadas mais para a preservação, para a conservação, esses cálculos todos, realmente não é uma área que eu tenho segurança de falar assim com muita certeza, eu estou falando baseado nas conversas e nas coisas que a gente já discutiu em alguns cursos, mas essa parte é muito voltada para a preservação e conservação, então é uma opinião o que estou te dando.

10 - Os acervos de coleções especiais da Biblioteca Central da UFPE estão alojados em locais com controle de luminosidade, considerando os níveis ideais para a conservação e preservação dos acervos?

R: Não. Mais uma vez os acervos de coleções especiais da Biblioteca Central não estão alojados em locais com controle de luminosidade considerando os níveis ideais. Com certeza, os ambientes onde os acervos estão colocados na Biblioteca Central e em todo o sistema de bibliotecas, eles não são adequados, não são ideais para a preservação de acervos de memória e acervos de coleções especiais e obras raras. Todos eles precisam passar por avaliações. Os espaços não têm condição, não estão adequados, todos os espaços da Biblioteca Central precisam passar por uma avaliação bem séria mesmo para a questão de ser um ambiente ideal para abrigar essas coleções.

11 - No seu ponto de vista, os locais que abrigam os acervos de coleções especiais da Biblioteca Central da UFPE apresentam problemas que possam interferir na segurança das obras quanto à conservação e preservação das obras? Caso positivo, quais são os problemas?

R: Com certeza, todos possuem. Todos têm problema de luminosidade em excesso, todos têm problema de umidade, todos têm problema de trânsito de pessoas, porque isso é uma das coisas que a gente precisa entender que a gente tem que ter um espaço para o acervo e um espaço para o servidor. Eu não sei se no caso da Biblioteca Central, pelo prédio que a gente tem, que é muito antigo, um prédio que foi construído numa época que não se pensava muito nessas coisas, então talvez a gente não vai conseguir nunca ter um ambiente ideal pra isso, por questão de espaço, por a gente ter um acervo muito grande, então talvez a gente nunca vai conseguir adequar 100%, mas que realmente os espaços estão totalmente fora do que seria um ambiente ideal pra conservação de obras raras, estão, isso aí sem dúvida nenhuma. E os problemas são esses, muita umidade, muito calor, muita luz, muitas pessoas transitando no ambiente, que isso também interfere, enfim, todos esses problemas que a gente passa, a questão de bichos também, a gente tem timbus, esses animais, formigas, porque a gente tem muito mato ali ao redor, a gente está num ambiente, num campus com muito mato, então a gente tem muito bicho também que interfere, cupim, traças, essas coisas todas que têm que ser estudadas.

12 - Quais melhorias você considera que seriam necessárias para uma maior segurança dos acervos de coleções especiais da Biblioteca Central da UFPE no que se refere à conservação e preservação das obras?

R: Essa questão dá vontade de responder assim: constrói outra biblioteca. Ali vai ter que ser tudo adaptado, na verdade nada que a gente fizer naquele prédio vai conseguir cem por cento, mas a gente pode chegar a um ambiente o máximo adequado, eu acho que consegue. Mas assim, realmente ali é um trabalho, nós temos várias questões ali. Como eu já falei, todas as questões anteriores praticamente já respondi essa, a gente tem muitos animais, muitos insetos, tem muita umidade, muita luminosidade, muita gente transitando no ambiente, então assim, tudo isso precisa ser pensado e criar um ambiente adequado para que a gente pudesse fazer essas melhorias para que o acervo pudesse ser mais bem conservado. Então eu acho que ali tem que mudar tudo, o tipo de estante inclusive, porque aqueles acervos deveriam estar todos em estantes deslizantes, extremamente bem controlados, o tamanho das estantes, a gente também sabe que a gente tem pouco espaço para colocar aqueles livros de grandes dimensões, que às vezes ficam deitados, às vezes ficam mal posicionados e isso também atrapalha na preservação, enfim, a gente tem que praticamente mudar tudo ali.

APÊNDICE F – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 05

1 - Suas atividades estão diretamente relacionadas aos acervos de coleções especiais?

R: Sim, estão.

2 - Você acredita que as salas que abrigam os acervos de coleções especiais da Biblioteca Central da UFPE possuem condições apropriadas para a conservação e preservação desses acervos?

R: Ainda não, a discussão sobre preservação e conservação deste acervo vem sendo discutida recentemente.

3 - Na sua opinião, a temperatura ambiente é um fator que interfere na conservação e preservação das obras de coleções especiais? Caso a resposta seja sim, por que você acha isso?

R: Sim. A temperatura inadequada e/ou a sua oscilação contribuem fortemente para a degradação dos materiais custodiados por uma biblioteca.

4 - Com relação à temperatura, você considera que os acervos de coleções especiais da Biblioteca Central da UFPE estão abrigados em salas com a temperatura adequada, para fins de conservação e preservação das obras? Por favor, explique a sua resposta.

R: Sim. O Memorial Denis Bernardes adota uma política de conservação/preservação do seu acervo monitorando, por exemplo, a temperatura e umidade do ambiente. Para isso utilizamos de equipamentos destinados a este fim.

5 - Qual é a média da temperatura ambiente dessas salas?

R: 22 graus.

6 - No que se refere à umidade do local, você acha que é um fator que deve ser considerado quando se trata de conservação e preservação dos acervos? Você pode justificar a resposta?

R: Sim. A umidade, assim como a temperatura merecem muita atenção quando tratamos de acervos especiais. O Recife apresenta nível alto de umidade ao longo do ano, no inverno essa umidade chega a duplicar. O excesso de umidade no ambiente é um fator que contribui muito para a degradação do papel e de outros materiais acondicionados nas bibliotecas.

7 - Qual é o nível de umidade que você acredita que seja ideal para os locais que armazenam as coleções especiais?

R: Aqui no Memorial Denis Bernardes adotamos a política de mínimo de 30% e máximo de 50%.

8 - Você considera que as salas dos acervos de coleções especiais da Biblioteca Central da UFPE possuem o nível de umidade controlado para conservar e preservar as obras?

R: O memorial Denis Bernardes possui.

9 - Tratando-se da luminosidade adequada para as salas que comportam os acervos de coleções especiais, você acredita que a luz em excesso pode danificar as obras? Caso acredite, por que?

R: Sim. A luz natural ou artificial é um catalizador de oxidação que provoca, por exemplo, a descoloração do papel.

10 - Os acervos de coleções especiais da Biblioteca Central da UFPE estão alojados em locais com controle de luminosidade, considerando os níveis ideais para a conservação e preservação dos acervos?

R: Embora a construção arquitetônica da Biblioteca central não favoreça a proteção de seu acervo em relação a incidência de luminosidade, algumas alternativas como estantes fechadas foram adotadas para diminuir este dano.

11 - No seu ponto de vista, os locais que abrigam os acervos de coleções especiais da Biblioteca Central da UFPE apresentam problemas que possam interferir na segurança das obras quanto à conservação e preservação das obras? Caso positivo, quais são os problemas?

R: Sim. Falta de uma equipe de limpeza treinada para lidar com estes acervos. Falta de treinamento para profissionais e bolsistas que atuam no setor.

12 - Quais melhorias você considera que seriam necessárias para uma maior segurança dos acervos de coleções especiais da Biblioteca Central da UFPE no que se refere à conservação e preservação das obras?

R: Reconhecimento pela Gestão da UFPE que as suas bibliotecas possuem acervo culturalmente e monetariamente valiosos.

Investimento em equipamentos de higienização.

Aquisição de materiais adequados para armazenamento e acondicionamento dos diversos suportes informacionais.

Política estruturada sobre a preservação dos acervos especiais da UFPE.